

Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes



SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Regina Alves

Secretária Executiva

Tatiana Barbosa de Alvarenga

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maurício José Silva Cunha

Parceria

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agência Implementadora

Atuação Voluntária

Projeto Gráfico

MMFDH e Atuação Voluntária

**Fórum Nacional sobre Violência Institucional
contra Crianças e Adolescentes**

Projeto BRA 10/007

**“Boas Práticas na Implementação dos Sistemas de
Informação para Infância e Adolescência”**

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
ARIF	<i>Aggressive Research Intelligence Facility</i> Instalação de Pesquisa Agressiva de Inteligência
AV	Atuação Voluntária - Associação de Voluntariado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CELGUE	Centro de Estudos Luís Gue'des
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - versão 10
CPAJ	Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper
DG	Disforia de Gênero
DH	Diretos Humanos
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DSM V	Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria - versão 5
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMDR	<i>Eye Movement Desensitization and Reprocessing</i> Dessensibilização e Reprocessamento do Movimento Ocular
ESP	Escola sem partido
EUA	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FSH	Hormônio folículo-estimulante
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
LGBQT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Queer e Transgênero
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LH	Hormônio luteinizante
LHRH	Hormônio hipotalâmico liberador de LH e FSH
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
ND MAIS	Portal de Notícias da Rede Record
OAB/DF	Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNDCA	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUS	Sistema Único de Saúde
UBRAJUC	União Brasileira de Juristas Católicos
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo.
WCY	<i>World Competitiveness Yearbook</i> <i>Anuário de Competitividade Anual</i>
WPATH	<i>World Professional Association Health Transgender</i> Associação Profissional Mundial de Saúde Transgênero

Sumário

Conheça a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	11
Prefácio	12
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR	
Primeira Palestra	
Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes	13
Segunda Palestra	
Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente	27
Terceira Palestra	
A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos	57
Quarta Palestra	
Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes	66
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Primeira Palestra	
A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero	77
Segunda Palestra	
Panorama geral das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental	83
Terceira Palestra	
Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes	106
SISTEMATIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS	121

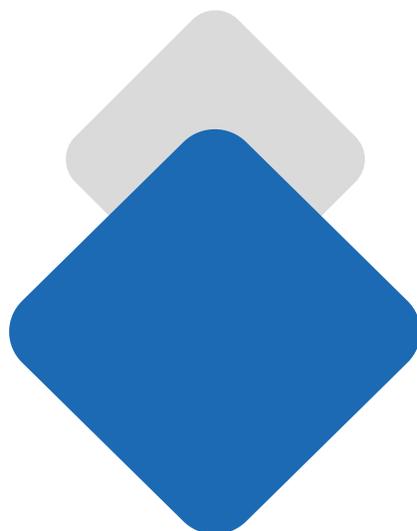


Conheça a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) é uma das oito secretarias que fazem parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e possui uma vasta área de atuação. É responsabilidade da Secretaria, de acordo com o Decreto nº 10.174/2019, formular, coordenar, acompanhar e avaliar políticas e diretrizes para implementação e articulação das ações governamentais e das medidas referentes à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para a prevenção, a conciliação de conflitos e o enfrentamento a todas as formas de violação desses direitos.

Também está a cargo da SNDCA propor e incentivar a realização de campanhas de conscientização pública e fomentar ações estratégicas intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas que tratem da prevenção e do enfrentamento de violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase no combate à agressão física, à violência psicológica e à violência sexual; ao suicídio; e à violência autoinfligida e à automutilação infantil.

A promoção e fortalecimento do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária e a implementação de ações estratégicas que promovam a responsabilidade e a liberdade das famílias na criação, no cuidado e educação dos filhos menores e, ainda, a promoção dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva da família e o dever prioritário da família em assegurar tais direitos completam as atividades da Secretaria.



PREFÁCIO

Este e-book, oriundo do quarto Fórum Nacional, vem compor uma série de oito encontros nacionais que visam promover um espaço de escuta, diálogo e compartilhamento de experiências e boas práticas nacionais e internacionais, fomentando ações regionalizadas, multidisciplinares e intersetoriais, bem como servindo de subsídio para nortear políticas públicas nas áreas da prevenção e enfrentamento das principais violações de direitos das crianças e adolescentes em nosso país.

O tema escolhido é o da violência institucional contra o público infantojuvenil, assunto gravíssimo que o Brasil ainda precisa superar. Este livro será, então, um compilado do que foi tecnicamente debatido durante os encontros que visaram, sobretudo, a proteção de crianças e adolescentes contra os impactos da violência institucional em suas vidas.

Desde já é necessário esclarecer duas grandes questões. A primeira é que não há, em hipótese alguma, a negação dos direitos já conquistados pela Comunidade LGBT, ou qualquer outro grupo social. Vale dizer, inclusive, que se alguma escola ou educador se omite diante da discriminação a um aluno LGBT, claramente erra em seu papel de educar e promover o respeito devido a todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

A segunda questão – e aqui é o ponto principal – é que o modo forçoso de infundir a ideologia de gênero em crianças e adolescentes afronta diametralmente o pleno e saudável desenvolvimento biopsicossocial. A ideologia de gênero, seja ela abordada na área da educação, seja na área da saúde, é violência contra crianças e adolescentes, na medida em que os privam de referenciais necessários ao seu pleno desenvolvimento sexual, emocional e afetivo, bem como os expõe a inconveniente manipulação psicológica. Muito embora dependentes da tutela e de acompanhamento da família, da sociedade e do Estado, crianças e adolescentes não devem ser objetos de quaisquer ideologias, mas sujeitos de direito, e como tal devem ser respeitados em sua fragilidade psicológica, dentro da sua especial condição de desenvolvimento, um dos pilares da doutrina da proteção integral que fundamenta o nosso marco normativo.

Encerro essas minhas palavras com uma mensagem de esperança em relação ao futuro. Sei que são grandes os desafios que teremos pela frente! Mas nós acreditamos muito na força do trabalho e na capacidade que temos de transformar a realidade. Com a força da nossa união, e a boa-fé, haveremos de fazer deste país um lugar muito melhor para nossos meninos e meninas, onde possam viver em plenitude.

Boa leitura!

Maurício Cunha

**Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

Violência Institucional no

Ambiente Escolar



Photo by MChE Lee on Unsplash

Primeira Palestra

Palestra proferida em 27 de abril de 2021 em formato *online*.

Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes

Autoria: Inez Augusto Borges

Assessora Especial do Gabinete do Ministro da Educação. Bacharel e licenciada em Psicologia pela Universidade Braz Cubas, Mestre em Educação Cristã pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ), Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Pós-Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É escritora, tradutora e palestrante.

Palestra disponível em: https://youtu.be/PXW5S9ID_M4?t=4254

QR-Code de acesso à palestra:



Fotografia por Ben White em Unsplash

Violência Institucional e Ideológica contra crianças e adolescentes

Os valores humanos estão sendo violentados e destruídos e tal destruição é aclamada nos círculos acadêmicos, sociais e políticos como filosofia desconstrucionista, pós-moderna e progressista.

Iniciando esta reflexão introdutória, é necessário direcionar a atenção dos leitores para uma terrível forma de violência que tem atacado, não apenas crianças e adolescentes e não apenas a sociedade brasileira, mas toda a sociedade ocidental e até mesmo a sociedade humana em todo o planeta. Ela se chama desconstrucionismo. Os valores humanos estão sendo violentados e destruídos e tal destruição é aclamada nos círculos acadêmicos, sociais e políticos como filosofia desconstrucionista, pós-moderna e progressista. É necessário “desconstruir” para reorganizar, dizem seus defensores, mas o resultado e, muito provavelmente o resultado deliberadamente almejado, é a destruição da própria sociedade sustentada por esses pilares¹.

O ponto de partida é a destruição do sentido das palavras e das narrativas. Não é mais ensinado a se pensar no significado dos conceitos. Não se aprende mais por meio de definições e as pessoas são levadas a cogitar que as palavras têm significados óbvios ou que os significados não são relevantes, e que cada um atribui aos conceitos o significado que lhe parecer mais interessante. Palavras como justiça, direito, dever, educação, democracia, família, bem e mal, são utilizadas com significados os mais contraditórios possíveis. Juntamente com o esvaziamento do sentido das palavras está a “desconstrução” (leia-se destruição) da gramática, da lógica e da retórica (ou, do discurso).

Neste contexto, corrigir um erro gramatical pode ser considerado preconceito linguístico, ou seja, uma violência, quando, na prática, a violência está em fomentar a ignorância sobre o sentido das palavras, limitando, assim, o acervo de conceitos e ideias e, consequentemente, as possibilidades de pensamento lógico e de expressão desses pensamentos. Fomentar a ignorância linguística é também fomentar a ignorância sobre a história humana e essas têm sido as principais estratégias para a efetiva destruição da civilização.

Há um desafio aos leitores a considerarem sobre a afirmativa de que palavras importam. Palavras têm consequências.

¹ O desconstrucionismo tem sido definido como conceito criado a partir dos trabalhos de Jaques Derrida. Entretanto, a desconstrução ou desmonte da história e da linguagem é muito anterior. Já no início do século XVIII Voltaire escreve seu tratado de Filosofia da História, no qual defende a autoridade do historiador como filósofo ou intérprete das fontes históricas. Para Voltaire, a autoridade histórica é o historiador e não o autor do documento escrito, seja uma carta, um diário ou um documento público. John Dewey, ao defender uma “Educação para a Democracia” (nome de uma de suas obras) também ataca a pertinência do ensino da gramática e da história e suas ideias são determinantes para as concepções educacionais vigentes ao longo de todo o século XX e até nossos dias.

Por isso, há um desafio aos leitores a considerarem sobre a afirmativa de que **palavras importam**. Palavras têm consequências. Ideias importam. Discursos importam, mas sem palavras as ideias e os discursos são impossíveis ou incompreensíveis.

Ao longo da história, milhares de pessoas foram condenadas ou sofreram inomináveis violências apenas por causa do peso de suas palavras, as quais expressavam suas ideias. Por isso, as forças que visam a destruição ou cancelamento da civilização humana atacam violentamente a objetividade das evidências, atacando e violentando a objetividade das palavras e dos discursos. Toda violação é uma forma de violência.

Segue à definição das palavras-chave do próprio título deste Fórum. Deve ser lembrado, antes disso, que os dicionários também têm servido ao movimento desconstrucionista e que é necessário o uso de dicionários clássicos para nos socorrer.

O que é violência institucional e o que é violência ideológica.

A palavra violência² designa aquilo que é produzido por meio da força em oposição ao que acontece de forma natural. Violência é injúria; maltrato; abuso, brutalidade, selvageria e desumanidade. Violência é o resultado da violação e, violar, por sua vez, significa enganar, impor, perverter, danificar, causar danos, causar prejuízos, prejudicar, depreciar, enfraquecer, piorar, causar dor e fazer sofrer.

Toda violência gera dano, prejuízo, fere a dignidade, destrói, anula, cancela, deturpa e perverte. Toda violação da natureza é uma violência, ainda que seja uma prática aceitável socialmente. Esta ideia da violação da natureza como sendo uma violência tem sido considerada como verdadeira entre os defensores do meio ambiente. Entretanto, quando o assunto são os seres humanos, o consenso já não é o mesmo. A violação da natureza da vida humana ainda no ventre materno, por exemplo, nem sempre é considerada como violência. Essa é apenas uma pequena amostra da confusão resultante da falta de clareza quanto à definição de conceitos. Já ninguém sabe o que é a vida, quando ela começa e quais os princípios que devem ser respeitados em relação a ela.

A palavra institucional, por sua vez, faz referência à autoridade; ao que é instituído por lei. Violência institucional é a forma de violência reconhecida e legitimada pelas autoridades.

² As definições apresentadas neste texto são traduções livres do Dicionário de Noah Webster, em sua primeira versão, publicada em 1828. Disponível em <http://webstersdictionary1828.com/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Violência ideológica e institucional é toda forma de injúria, abuso, engano, imposição, perversão da natureza humana, diminuição do valor humano, prejuízo, depreciação e destruição do ser humano causados pela autoridade instituída e legitimados por sistemas de crenças que moldam o comportamento de determinada sociedade.

A palavra institucional, por sua vez, faz referência à autoridade; ao que é instituído por lei. Violência institucional é a forma de violência reconhecida e legitimada pelas autoridades. Ideologia, finalmente, é um sistema de ideias que legitima o poder e o interesse das classes.

A palavra Ideologia não é encontrada em dicionários clássicos como o Webster, de 1828. Dicionários modernos a definem como um conjunto de crenças e certezas de um indivíduo ou de um grupo de pessoas, bem como suas percepções pessoais, culturais e políticas³. Ideologia é também definida como um sistema de princípios que sustentam ou legitimam formas de vida e estruturas de poder.

Assim, pode ser dito que ideologia é sinônimo de cosmovisão (uma visão de mundo) ou até mesmo de filosofia de vida. Sob esse prisma, o mundo já não é mais percebido por meio de conceitos objetivos, mas por meio das diferentes formas de visão que indivíduos e grupos têm sobre o mundo. Não é difícil conjecturar, a partir dessa reflexão, que uma pessoa acabe cometendo violência contra outra por causa do que acredita em relação ao que a outra deve ser, fazer, acreditar e defender.

Ao longo de toda a história sempre houve diferentes formas de violências praticadas por causa das crenças (violência ideológica) e violência praticada pelas autoridades instituídas (violência institucional). Geralmente toda violência institucional é também ideológica, pois as autoridades são sustentadas por sistemas de crenças que dão legitimidade ao sistema legal.

Ao longo de toda a história sempre houve diferentes formas de violências praticadas por causa das crenças (violência ideológica) e violência praticada pelas autoridades instituídas (violência institucional). Geralmente toda violência institucional é também ideológica, pois as autoridades são sustentadas por sistemas de crenças que dão legitimidade ao sistema legal.

Resumindo, violência ideológica e institucional é toda forma de injúria, abuso, engano, imposição, perversão da natureza humana, diminuição do valor humano, prejuízo, depreciação e destruição do ser humano **causados pela autoridade instituída** e legitimados por sistemas de crenças que moldam o comportamento de determinada sociedade.

Abordagem histórica da violência institucional e ideológica

A abordagem histórica delineada neste tópico tem o objetivo de facilitar o reconhecimento desse tipo de violência em nossos dias, para que sejam desenvolvidas posteriores reflexões sobre novas formas de enfrentá-la.

Antropólogos, arqueólogos e historiadores fazem referências à prática institucional e ideológica do sacrifício de crianças⁴ entre povos da antiguidade. Entre os assírios, por exemplo, crianças eram oferecidas a Moloque, representado por alguns pesquisadores como uma estátua de homem com cabeça de touro. A estátua, feita em ferro, tinha os braços estendidos e uma abertura no tronco – uma espécie de forno – na qual o fogo era acesso e para onde rolavam as crianças colocadas em seus braços. Essa violência contra crianças inocentes era instituída pelas leis e costumes do povo. Em seu contexto, portanto, era algo natural.

Outro exemplo histórico de violência institucional, violência instituída pela autoridade pública, são as escolas de Esparta, nas quais a criança entrava, obrigatoriamente aos sete anos de idade e era tratada com castigos físicos e intensa pressão psicológica. A alimentação era propositalmente escassa para que a criança aprendesse a buscar o sustento por si mesma, ainda que fosse por meio do roubo. Se uma criança roubasse o alimento da outra, o roubador era elogiado e a que sofreu o dano era ainda punida por não ser capaz de defender-se. A crueldade dos mais velhos em relação aos mais novos era incentivada. Embora a educação fosse supervisionada por um magistrado, as punições eram impostas pelos colegas mais velhos e as sessões de açoites e humilhações públicas faziam parte da rotina escolar⁵.

No contexto do Império Romano, uma forma terrível de violência institucional era a crucificação, considerada uma forma de punição de criminosos e, ao mesmo tempo, um recurso didático para que a população (constituída por povos dominados), diante da perspectiva do horrendo castigo, não praticasse os crimes dos quais o crucificado era acusado.

A mais terrível forma de violência institucional e ideológica da qual foram vítimas tanto crianças quanto homens e mulheres de todas as idades é a escravidão, reconhecida institucionalmente e praticada por muitos séculos em todo o mundo.

4 KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau, informa que Porfírio, (Abst., 2, 5, 6), Diodoro da Sicília (Bibl. Hist, 20, 14, 4) ou Q. Curtius Rufus (Hist., 4, 3), falam de um apogeu da prática do sacrifício de crianças pelos assírios, diante de situações de perigo. In Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 10, p. 100-122, 2017. ISSN: 2318-9304. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/18973/12889>. Acesso em: 07 mar. 2021.

5 Sobre este assunto ver o artigo Esparta: origem, sociedade, educação e política. Disponível em: <https://incrivelhistoria.com.br/esparta-educacao-sociedade-politica/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

A riqueza do Império Britânico era totalmente dependente do tráfico de escravos, mas a população inglesa, em sua maioria, não percebia em suas ruas os sinais da crueldade e desumanidade que mantinha a prosperidade da nação.

Quando crianças e adolescentes sofrem violência praticada e legitimada pelas autoridades de uma comunidade ou nação, essa violência certamente é estendida aos adultos e a história nos ensina ser necessário olhar o problema a partir de uma perspectiva mais abrangente.

Sem sombra de dúvida, a mais terrível forma de violência institucional e ideológica da qual foram vítimas tanto crianças quanto homens e mulheres de todas as idades é a escravidão, reconhecida institucionalmente e praticada por muitos séculos em todo o mundo.

Retomando a definição de violência e violação, a instituição da escravidão aviltava corpos e mentes, aniquilava qualquer resquício de dignidade humana; depreciava, pervertia, desumanizava, barbarizava. Era a própria selvageria institucionalizada e defendida nos Parlamentos como direito. Ao longo dos séculos XVI a XIX, milhões de seres humanos foram empilhados em navios e transportados como carga; vendidos nos mercados e nas praças públicas e oferecidos nos jornais como uma mercadoria qualquer. Os então chamados navios negreiros cruzavam o oceano livremente. Neles, as pessoas sequer conseguiam mover-se por semanas e até por meses inteiros. Alguns relatos informam que durante a viagem, cerca de metade dos embarcados não suportava o sofrimento e morria, sendo lançados ao mar. Quando chegava ao final da viagem, eram marcados e comercializados sem nenhuma consideração por sua origem, grupo familiar ou qualquer outra afinidade que pudesse dar-lhes qualquer sentido humano.

A “invisibilidade” da violência institucional

Na Inglaterra, entretanto, a escravidão, esta grotesca forma de violência institucionalizada, não era percebida explicitamente entre a população comum. Os escravos eram capturados, comprados ou trocados por mercadorias na África e transportados para as grandes plantações na América do Norte e na América Central, de modo especial na região chamada de Índias Ocidentais. De lá, a produção de açúcar chegava aos mercados londrinos e abastecia os lares mais abastados assim como os mais simples, sem que muito fosse mencionado sobre sua origem.

A riqueza do Império Britânico era totalmente dependente do tráfico de es-

É importante que sejam vasculhados os documentos históricos para que melhor possamos compreender outra forma de violência institucional de nossos dias: a negação da história.

cravos, mas a população inglesa, em sua maioria, não percebia em suas ruas os sinais da crueldade e desumanidade que mantinha a prosperidade da nação. Neste contexto, falar no Parlamento ou nas ruas contra esta instituição era como uma tentativa de traição aos valores nacionais. Assim, o movimento abolicionista era um movimento subversivo, percebido por muitos como um movimento cujo objetivo era arruinar a Nação. A ideologia, ou seja, o conjunto de crenças partilhado pela maioria da população, postulava que a abolição do tráfico resultaria no colapso

financeiro de todo o Império.

Falácias ensinadas hoje sobre a violência institucionalizada

Como foi enfrentado este tipo de violência? Como o horror institucionalizado foi derrotado? O que a história tem a nos ensinar sobre isso?

É importante que sejam vasculhados os documentos históricos para que melhor possamos compreender outra forma de violência institucional de nossos dias: a negação da história.

A violência institucional daqueles tempos não era a violência de uma raça contra outra. Não era a violência do branco contra o negro ou do europeu contra o africano. Não era apenas isso. Era a violência de seres humanos contra seres humanos e foi necessário que alguns seres humanos europeus e africanos, ainda que poucos, se unissem e dedicassem suas vidas ao projeto da abolição, certamente um projeto de longo prazo e, para muitos, o único ou maior projeto para toda a vida.

A história da abolição é a história da coragem, ousadia, intrepidez e perseverança de homens, mulheres, crianças e adolescentes que não se conformaram com os horrores infligidos a outros seres humanos, e não se deixaram paralisar pela indignação, mas transformaram a indignação em ação efetiva.

Sempre foi assim, ao longo da história humana. A violência institucionalizada é reconhecida como normal pelas autoridades e nunca é vencida de fora para dentro. Ela precisa ser reconhecida como violência e ser percebida como abominável no interior de algumas mentes e corações para que, depois, se torne assim percebida no interior de pequenos grupos que lutarão para sua abolição no âmbito social e legal.

No combate ao tráfico de escravos e na luta pela abolição da instituição da es-

cravidão, há homens e mulheres como John Newton, William Wilberforce, Hannah More, Thomas Clarkson, Phillis Wheatley, Harriet Stowe, Harriet Tubman, Barbara Spooner, Olaudah Equiano, Antônio Pereira Rebouças, Chiquinha Gonzaga, Elvira de Faria Souto, Anália de Passos Figueiroa, Maria Firmina dos Reis e muitas outras pessoas, entre as quais, Dona Izabel Cristina, a Princesa Izabel.

Muitas são as histórias que poderiam ser relatadas para demonstrar a coragem desses heróis da luta contra a violência institucional. Por causa do espaço e do tempo limitados, fiquemos apenas com alguns dentre os muitos exemplos citados.

William Wilberforce

Wilberforce gastou sua juventude, sua saúde e seus recursos financeiros falando em favor dos que não tinham voz.

William Wilberforce, nascido em 1759 em uma abastada família inglesa, tinha tudo para acomodar-se à violência institucional que mantinha a prosperidade do Império. Aos 21 anos de idade, Wilberforce já era um brilhante orador e foi eleito como representante do povo no Parlamento. Ele poderia ter se conformado com a situação que o cercava e viver sem grandes dissabores ao longo da vida. Mas, quando entendeu

que todos os seres humanos eram igualmente imagem e semelhança de Deus, sua voz forte e, a princípio, solitária, ecoou em todas as cidades de Inglaterra e também da América. Ao longo de quarenta e seis anos sua voz foi ouvida e suas petições repetidamente apresentadas diante do Parlamento. Wilberforce gastou sua juventude, sua saúde e seus recursos financeiros falando em favor dos que não tinham voz. A primeira vitória, a proibição do comércio de escravos, veio após vinte longos anos de incansáveis batalhas. Sua luta continuou e mais vinte e seis anos foram necessários até que a instituição da escravidão fosse declarada extinta em todos os domínios do império Britânico. Wilberforce é considerado como um dos maiores reformadores sociais de toda a história da humanidade.

Evidentemente, Wilberforce não lutou sozinho. Seu grupo de amigos não era grande, mas entre eles estavam homens e mulheres inspirados por sua coragem e determinação; pessoas que também utilizaram seu talento e seus recursos na luta contra a violência institucional e ideológica de seu tempo.

Hannah More

Hannah More fazia parte do grupo de Wilberforce. Nasceu em 1745 e faleceu em 1833. Como Wilberforce, fazia parte de uma família rica e erudita, que valoriza a educação clássica, inclusive das meninas. Hannah aprendeu a ler aos três anos de idade; aos dezesseis, escreveu sua primeira peça teatral e começou a lecionar para crianças pobres. Abriu dezenas de escolas em pequenas cidades e nos subúrbios de Londres. Entendia que não era suficiente haver escolas, sendo necessário também providenciar bons livros para as crianças. Assim, passou a escrever diariamente textos para serem lidos nas muitas escolas que dirigia. É importante lembrar que Hannah More não dispunha de computador e nem mesmo uma simples máquina de datilografia. Escrevia suas histórias manualmente e as encaminhava para serem impressas nos jornais da cidade. Milhares de crianças foram beneficiadas por seu talento de escritora.

Hannah More transformou sua indignação em combustível para sua luta em favor dos menos favorecidos e das vítimas da violência.

Hannah More juntou-se ao grupo de Wilberforce e canalizou considerável parte do seu tempo lutando pela causa abolicionista. A violência institucionalizada a escandalizava e causava horror, mas não a intimidava. Hannah More transformou sua indignação em combustível para sua luta em favor dos menos favorecidos e das vítimas da violência. Como Wilberforce, usou sua voz e sua pena em favor daqueles que nem eram reconhecidos como seres humanos. Ela é reconhecida como poetisa, dramaturga e filantropa, sendo que a abolição e as injustiças sociais eram sempre parte de suas produções.

Uma mulher escritora e fundadora de escolas, em pleno século XVII? Como assim? Neste tempo as mulheres não eram proibidas de estudar? As mulheres não eram mantidas na ignorância e consideradas indignas de receberem educação? Se a história de Hannah More surpreende, maior surpresa ainda será a história da nossa próxima personagem.

Phillis Wheatley

Phillis Wheatley também é uma mulher do século XVIII e é também uma escritora e abolicionista. Phillis Wheatley nasceu na África em 1753 e foi transportada junto com outros seres humanos para ser vendida como escrava nos Estados Unidos. Na

cidade de Boston, a família que a comprou ensinou-a a ler e escrever, inclusive em Grego e Latim. Como era comum entre as meninas da cidade de Boston, Wheatley aprendeu história universal, história grega antiga e filosofia cristã. Ainda menina, escreveu poemas e discursos, sendo que seu livro foi publicado em Londres pela Sociedade Abolicionista. No centro da cidade de Boston, uma estátua foi erigida em sua homenagem e muitas crianças poderiam ser inspiradas por sua história de vida e de luta contra a violência institucionalizada.

Harriet Tubman e a Underground Railroad

A tradução literal de *Underground Railroad* é ferrovia subterrânea. Este termo foi utilizado para designar uma imensa rede composta por pessoas e lugares que nada mais era do que uma extensa rota de fuga de escravizados dos estados sulistas para o Norte dos Estados Unidos e para o Canadá⁶. Uma rede de ativistas contra a escravidão e de abrigos para os escravos em fuga funcionou durante quase um século.

Harriet Tubman⁷ foi ajudada por esta rede quando fugiu e depois tornou-se parte indispensável na tarefa de ajudar centenas de outras pessoas como ela a encontrarem um lugar seguro para viver em liberdade. Tubman nasceu em 1822 e enfrentou os maus tratos desde muito pequena, inclusive sofrendo uma fratura craniana ao receber um golpe desferido contra outro escravo. Por causa deste ferimento, ela sofreu dores de cabeça, insônia e outros males ao longo de toda a vida. Apesar disso, resgatou pessoalmente mais de 300 pessoas, incluindo alguns membros de sua própria família. Tubman viajava preferencialmente à noite e conhecia muito bem os abrigos nos quais os seus “passageiros” poderiam ficar em segurança até que os perseguidores desistissem de prosseguir no encalço dos fugitivos. Harriet Tubman já em seu tempo passou a ser chamada de “Moisés”, em clara alusão ao libertador do povo hebreu do cativeiro do Egito.

Tubman resgatou pessoalmente mais de 300 pessoas, incluindo alguns membros de sua própria família.

⁶ HISTORY.COM EDITORS. Underground Railroad. Disponível em: <https://www.history.com/topics/black-history/underground-railroad>. Acesso em: 6 abr. 2021. BRITÂNICA, Enciclopédia. Underground Railroad: United States History. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Underground-Railroad>. Acesso em: 5 abr. 2021.

⁷ Sobre a vida de Harriet Tubman ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Harriet_Tubman. Acesso em: 6 abr. 2021.

Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis foi educadora, escritora e compositora brasileira, nascida no estado do Maranhão, em 1822. No seu registro de nascimento não consta o

Em 1859, (Maria Firmina) publicou seu romance “Úrsula”, a primeira obra dessa natureza em toda a América Latina a ser publicado por uma mulher afrodescendente.

nome de seu pai, podendo ser este um indicador de que tenha nascido fora do casamento. Perdeu a mãe quando estava com cinco anos de idade e, a partir daí, passou a morar com uma tia materna. Sendo afrodescendente em plena vigência da instituição da escravidão, certamente enfrentou muitas dificuldades ao longo da vida. Apesar de tudo, formou-se professora e certamente exerceu o magistério com brilhantismo, pois recebeu o título de “Mestra Régia”. Em 1847, foi aprovada em um concurso público e assumiu a cadeira de Instrução Primária, na cidade de

Guimarães, também no Maranhão. Em 1880 fundou uma escola mista e gratuita, a primeira do seu estado e uma das primeiras do país. A resistência a esta escola foi insuportável e a escola foi fechada. Maria Firmina passou a ser conhecida pela imprensa local, publicando poemas, ficção, crônicas e até enigmas e charadas em diversos jornais da cidade. Escreveu romances e compôs, inclusive, um hino em louvor à abolição da escravatura. Em 1859 publicou seu romance “Úrsula”, a primeira obra dessa natureza em toda a América Latina a ser publicado por uma mulher afrodescendente. Nesta e em praticamente todas as demais obras, é abordado o tema da escravidão, sendo seu trabalho de grande relevância para o movimento abolicionista.

O apagamento da história

Mas, por que esses fatos e essas pessoas não são conhecidos pelas crianças e adolescentes em nossos dias? Por que temos a impressão de que essas pessoas nunca existiram? Por que os livros didáticos não trazem referências a estes personagens? Por que nem mesmo pesquisadores com diplomas de mestrado e doutorado em história fazem referência a esses nomes e a esses episódios?

Às perguntas do parágrafo anterior é necessário

A ideologia segundo a qual não é importante conhecer a história, mas sim, fazer história, tem imposto uma ignorância generalizada e, como consequência, a fácil manipulação das massas em direção a uma sociedade cada vez mais dividida e mais violenta.

A usurpação da história é, assim, uma forma de violência institucional e ideológica e essa violência tem causado muitas outras formas de violências.

acrescentar outras: por que os brasileiros nunca estudaram sobre os irmãos Rebouças, os dois engenheiros afrodescendentes que foram responsáveis por obras como Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, plano de abastecimento de água do Rio de Janeiro, Docas da Alfândega e Doca Dom Pedro II e a Estrada da Graciosa, entre outras?

Por que nada se sabe sobre o pai desses engenheiros, o qual, sendo filho de uma escrava liberta e um simples alfaiate, tornou-se advogado, deputado, conselheiro de Dom Pedro II e abolicionista, em pleno período imperial? Por que nunca se ouviu falar de seu irmão, Manuel Maurício Rebouças, médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, admitido por meio de concurso no ano de 1832? E por que nada se sabe do outro irmão, José Pereira Rebouças, maestro e compositor erudito, formado em regência, na Itália?

A resposta pode não ser tão simples, mas certamente parte dela envolve a violência institucionalizada e ideológica da negação do acesso à educação de qualidade, que não é possível sem o conhecimento das fontes primárias da História nacional e universal. A ideologia segundo a qual não é importante conhecer a história, mas sim, fazer história, tem imposto uma ignorância generalizada e, como consequência, a fácil manipulação das massas em direção a uma sociedade cada vez mais dividida e mais violenta.

Nada se sabe sobre os personagens apresentados acima porque a história da abolição do tráfico de pessoas, assim como toda a história da civilização ocidental tem sido desconstruída. Toda a história tem sido contada em termos meramente econômicos. Ensinou-se desde os primeiros anos escolares que pessoas com determinada cor de pele sempre foram opressoras e outras, com outra cor, sempre foram oprimidas. É ensinado que toda a história pode e deve ser explicada em termos de interesses de classes. É dito que os ingleses mudaram as leis, abolindo uma violência institucional, a escravidão, para imporem outra violência, a do capitalismo de consumo.

As ideias acima são defendidas “religiosamente” no contexto da “educação laica”. As crianças são levadas a crer que a motivação para os movimentos abolicionistas sempre foi o poder e a economia, e nunca as razões de consciência e fé. É ensinado para crianças e jovens que todo o progresso da humanidade, de modo especial no que diz respeito às liberdades e aos direitos humanos, não tem nada a ver com pessoas que enfrentaram a violência, muitas vezes com o sacrifício de seu próprio conforto e prestígio pessoal e outras vezes com risco da própria vida, simplesmente

por convicção de que era este o seu dever como ser humano.

Caminhando para o final, fica claro que esta forma de educação é, em si mesma, outra forma de violência institucionalizada. Jovens e crianças não têm heróis. Tem lhes sido usurpada a possibilidade de se espelharem em homens e mulheres de qualquer raça, cor ou religião, os quais lutaram contra a violência institucional e ideológica por causa do amor à humanidade, por desapego a sua própria condição social e por lealdade a uma visão de mundo e a um conjunto de princípios mais elevados que considera a dignidade humana como valor inegociável. Tem sido negado às crianças e aos jovens o conhecimento de histórias que não se enquadram na definição de sociedade como contínua luta de classes. A usurpação da história é, assim, uma forma de violência institucional e ideológica e essa tem causado muitas outras formas de violências.

Esta forma de violência, já há muitas décadas, tem usurpado das crianças e jovens nas escolas e, por conseguinte, também dos professores, dos pais e mães de família e dos profissionais de todas as áreas, a esperança de que elas também possam fazer parte de algo significativo para a história humana, para que seja possível um mundo melhor.

Diante do elevadíssimo contingente de analfabetos funcionais, mesmo entre os diplomados, em nosso país (e também em muitas outras partes do mundo), repensar a educação é o ponto de partida para o enfrentamento desse tipo de violência.

É necessário mais e mais eventos como este, para fomentar a reflexão sobre as raízes e o desenvolvimento histórico das diferentes formas de violência institucional e ideológica. Muitas dessas raízes serão encontradas nos livros de filosofia da educação.

É necessário desenvolver nos estudantes e na sociedade como um todo o amor pelo conhecimento e ajudá-los no processo de busca do conhecimento fundamentado em evidências científicas, entendidas aqui como evidências matemáticas, físicas, biológicas, históricas, biográficas, documentais, gramaticais e lógicas. É necessário ensinar as próximas gerações a pensar com base em premissas consistentes e verificáveis para que possam tomar decisões como seres humanos racionais, livres e responsáveis que são.

Somente esse tipo de educação para a liberdade responsável, este olhar respeitoso para a integridade da pessoa e para a integridade do conhecimento poderá impedir que muitas formas de violência institucional e ideológica continuem a ser impostas, autoritariamente, como se fossem direitos pelos quais é digno lutar.

Referências Bibliográficas

- BRITÂNICA, Enciclopédia. Underground Railroad: United States History. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Underground-Railroad>, acessado em 05 de abril de 2021.
- BERNARDIN, Pascal. Maquiavel Pedagogo: ou o Ministério da Reforma Pedagógica. Campinas: Ecclesiae e Vide Editorial, 2012.
- BORGES, Inez Augusto. Educação para a Integridade: referencial teórico. São Paulo: Inez A. borges Consultoria Educacional, 2017.
- DALRYMPLE, Theodore. A vida na sarjeta: o círculo vicioso da miséria moral. São Paulo: É Realizações Ed., 2013.
- DICIO. Dicionário online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/ideologia/>, acessado em 06 de abril de 2021.
- Esquizofrenia Intelectual: cultura, crise e educação. Brasília: Editora Monergismo, 2016.
- FLESCHE, Rudolph. Why Johnny can't read and what you can do about it. Harper Collins, 1983.
- GILES, Thomas R. História da Educação. São Paulo: EPU, 1987.
- GUILEBAULD, Jean-Claude. A reinvenção do mundo: um adeus ao século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HISTORY.COM EDITORS. Underground Railroad. <https://www.history.com/topics/black-history/underground-railroad>, acessado em 06 de abril de 2021.
- LEWIS, Clive S. A abolição do Homem. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.
- Nossa cultura... ou o que restou dela: 26 ensaios sobre a degradação dos valores. São Paulo: É Realizações Ed., 2015.
- RUSHDOONY, Rousas John. The Roots of Reconstruction. Califórnia: Ross House Books, 1991.
- This Independent Republic. Ross House Book. 2002.
- VAN TIL, Henry R. O conceito calvinista de cultura. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- VICTOR, Hugo de São. Didascalion: a arte de ler. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- VOLTAIRE. Filosofia da História. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEBSTER, Noah. American Dictionary of the English Language, versão 1828. Disponível em: <http://webstersdictionary1828.com/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Segunda Palestra

Palestra proferida em 27 de abril de 2021 em formato online.

Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente

Palestrante: Ana Caroline Campagnolo

Autoria: Ana Caroline Campagnolo e David Rossler Amato

Ana Caroline Campagnolo

Deputada Estadual em Santa Catarina, eleita em 2018 com mais de 34 mil votos. Graduada em História e pós-graduada em Literatura Portuguesa. Professora na rede pública e privada de ensino desde 2009.

David Rossler Amato

Graduando em Segurança Pública, é articulista de portais como Mídia Sem Máscara. Dedicou-se ao estudo e aplicação da metapolítica, trabalhando como consultor parlamentar em assuntos relativos.

Palestra disponível em: https://youtu.be/PXW5S9ID_M4?t=8160

QR Code de acesso à palestra:



Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente

Resumo

Este artigo apresenta a versão escrita e complementar de uma palestra com duração de cinquenta minutos apresentada em 27 de abril de 2021 no Fórum Nacional Sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes, promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A jornada temática que adotamos parte de uma breve apresentação dos Direitos Humanos que deveriam ser vivenciados por todas as famílias brasileiras e respeitados por todos os professores e órgãos públicos. A título de exemplo: o Pacto de San José da Costa Rica de 1969. À vista disso, demonstramos três diferentes formas por meio das quais um professor pode violar tais direitos e ofender seus alunos e as famílias de origem de cada estudante. Tais abusos acontecem em todo o país e há muito tempo, mas destacamos nossos exemplos em episódios recentes no estado de Santa Catarina. Por fim, concentramo-nos na questão da teoria de gênero sendo aplicada à revelia dos interesses da comunidade e das famílias para voltarmos à questão do Direito e concluirmos com argumentos de contraponto a essa teoria.

Abstract

This paper puts forward the written and complementary version of a fifty-minute lecture presented on April 27th, 2021 at the National Forum on Institutional Violence Against Children and Adolescents, promoted by the Ministry of Women, Family and Human Rights. The subject that we have adopted is part of a brief presentation of Human Rights that should be experienced by all Brazilian families and respected by all teachers and public agencies. For example: the Pact of San José, Costa Rica, signed in 1969. Hence, we demonstrate three different ways in which a teacher can violate these rights and offend his students and their family origin. Such abuses have occurred across the country for a long time, but we highlight our examples in recent episodes in the state of Santa Catarina. Finally, we focus on gender theory and how it has been applied despite its refusal by the local community and families. Then, we come back to Family and Children's Rights and refute those theories that goes against them.

Por alguns anos, o aparelhamento de instituições ligadas aos Direitos Humanos deixou em muitos brasileiros a impressão de que tais assuntos não se referiam a “coisas sérias”, mas a delírios de lideranças distantes da realidade da maioria da população realmente vitimada em seus direitos universais. A suposta bandeira da igualdade desses grupos dirigentes parecia ter concluído que “alguns são mais iguais do que outros”, como escreveu George Orwell¹. Recentemente, no entanto, as esperanças se renovaram quando este ministério voltou sua atenção para todos os brasileiros verdadeiramente afetados pela urgência do respeito aos seus direitos. Entre esses seres humanos estão os mais comuns e, talvez, por isso mesmo, os mais negligenciados: as famílias em geral, o cidadão e o pai trabalhador, a mãe atarefada, as crianças em idade escolar, o peculiar e vulnerável adolescente. Tamanha foi essa transformação que o nome do ministério mudou. Agora, os brasileiros podem contar com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Assim, as famílias, como base que são da sociedade, voltam a receber a atenção que lhes é devida – da mesma forma que eram reconhecidas desde os textos de Aristóteles.

Para compreender a dimensão política de ter os esforços voltados para a defesa das famílias, faz-se necessário um breve destaque dos tratados internacionais a esse respeito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi votada e aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948. Foi esboçada por John Peters Humphrey (1905-1995), um jurista canadense, contando com a contribuição de especialistas de todo o mundo. Humphrey foi chamado pelo secretário-geral da Nações Unidas para trabalhar no projeto da declaração, inicialmente chamada de “Carta de Direitos”. Ele havia sido recém-indicado como diretor da divisão de direitos humanos dentro do secretariado das Nações Unidas. Segundo o Guinness Book, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento traduzido para o maior número de línguas (525 traduções, segundo a última aferição). Nesse documento, o mais popular e importante tratado sobre nossas liberdades fundamentais, vemos assegurados os seguintes direitos que merecem destaque:

A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

- **Art. 12º:** “Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação.”

¹ “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros” refere-se à adulteração do sétimo mandamento do Animalismo na fábula política conhecida como “A Revolução dos Bichos” ou “A Fazenda”. O livro foi publicado em 1945 pelo escritor inglês e inspirado no fracasso da Revolução Russa de 1917.

- **Art. 16º:** “3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.”
- **Art. 25º:** “2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social ”

Neste ponto, é interessante demonstrar uma ressalva feita à conhecida “Liberdade de pensamento e de expressão”. Ressalva que existe justamente para a preservação e cuidado das crianças e adolescentes. O Pacto San José da Costa Rica² do qual o Brasil é signatário, oferecido na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, confirma esse direito no item 4 do Artigo nº 13, colocando uma aparente exceção as muitas liberdades que o cidadão deve ter. Afirma que “4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.”

- **Art. 26º:** “3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.”

O Pacto San José da Costa Rica novamente reafirma esse princípio importante em seu artigo 12 que trata sobre “Liberdade de consciência e de religião” ao pontuar literalmente que “os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos **recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.**”

...muitos professores tomaram todo o tempo da aula para falar do paraíso e do inferno em que se transformaria esse país se tal ou tal candidato vencesse as eleições.

Cientes das garantias que as famílias deveriam ter, pode-se avançar para a exposição de diversos casos em que tais direitos foram claramente violados, principalmente, por funcionários públicos e/ou professores contra crianças, adolescentes e suas famílias – tema central deste artigo e deste fórum. Desde os idos anos 2000, pais e alunos iniciaram uma série de denúncias, a princípio modestas e tímidas, sobre abusos em salas de aula. Da ocultação do pensamento divergente até a aberta e enérgica propaganda político-partidária, alguns poucos corajosos protestaram na internet. Mas foi somente a partir de 2013, em Brasília, com o 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, que esses alunos vitimados receberam alguma atenção política efetiva. Dois anos depois, dentro da Câmara Federal, professores universitários apresentaram aos parlamentares e ao povo brasileiro, relatos sistemáticos como este:

² Esse tratado foi subscrito em 22 de novembro de 1969. Segundo informações do Superior Tribunal de Justiça, o documento entrou em vigor no Brasil em 25 de setembro de 1992, com a promulgação do Decreto 678/1992, e se tornou um dos pilares da proteção dos direitos humanos no país, ao consagrar direitos políticos e civis, bem como os relacionados à integridade pessoal, à liberdade e à proteção judicial.

Eu pude constatar com meus próprios olhos inúmeros colegas da UnB entrando e saindo de suas salas de aula com *bottoms* de seus candidatos, sobretudo da candidata Dilma, mas também dos candidatos Aécio e Marina. Mais ainda, escutei de vários alunos meus que muitos professores tomaram todo o tempo da aula para falar do paraíso e do inferno em que se transformaria esse país se tal ou tal candidato vencesse as eleições. Como disse Max Weber, eis aí um exemplo de atitude torpe por parte de um professor; eis aí, direi eu, uma maneira eficaz mediante a qual o professor conspira contra a sua autoridade profissional sobre os seus alunos (especialmente sobre os melhores alunos, conforme verifico em minha experiência pessoal; quanto mais relapsos são os alunos mais vulneráveis eles tendem a ser a livros e artigos ideologicamente doutrinários). (p.12)³

O professor Bráulio de Matos estava denunciando de dentro do ambiente universitário, onde transitam e disputam jovens adultos e seus experientes professores. Apesar de todos os prejuízos educacionais daí decorrentes, ainda estamos falando de adultos capazes (ou supostamente capazes) de se defender e alongar o debate acadêmico.

Acontece que esse fenômeno desceu a pirâmide educacional e chegou às escolas de níveis médio e fundamental. Nessas escolas, foram observados três principais tipos de abusos que pretendemos denunciar nesta ocasião trazendo, para isso, exemplos de casos reais e recentes que se deram em todo o país, mas, especialmente, no estado de Santa Catarina. São os abusos (1) político-ideológicos, (2) de intolerância religiosa ou (3) de humilhação e erotização de crianças.

Abusos políticos, partidários e ideológicos

Em 2019, nosso gabinete na Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi acionado pelo tardio recebimento de uma denúncia feita em outubro de 2018 por um vereador emedebista do município de Palhoça/SC. Segundo o jornalista Moacir Pereira⁴, do portal catarinense NSC Total, trezentos pais teriam denunciado ou exigido uma posição do Colégio Visão pelo ocorrido com a professora de redação. Segundo o portal, “revoltaram-se contra a professora Miramaya Jabur, que, segundo

³ DE MATOS, Bráulio Tarcísio Porto. Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. (Artigo apresentado em 24 de março de 2015 em exposição na Câmara Federal, Brasília-DF) Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/braulio>. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁴ Matéria de 01/10/2018 sob o título “Pais pedem afastamento de professora que criticou Bolsonaro em escola”. Disponível em: <https://www.nscctotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/pais-pedem-afastamento-de-professora-que-criticou-bolsonaro-em-escola>. Acesso em: 15 abr. 2021.

eles, fez contundente discurso em sala de aula contra o candidato Jair Bolsonaro”.

A gravação feita por um aluno se tornou pública e continha o seguinte trecho da aula da professora que dizia:

Por que tanta gente tá se reunindo para dizer que não? Pra dizer que não quer uma ditadura no Brasil, que não quer um cara que é homofóbico, que não quer um cara que é machista, que não quer um cara que é racista, que não quer nada disso. A gente tem que parar pra pensar, por que é que tem tanta gente se manifestando contra uma única pessoa? Minha mãe virou pra mim e falou assim: “O que é isso? Você anda colocando ele não, ele não”. Eu falei: “ele não, mãe. Ele não”. Ela falou assim: “Se teu pai souber de um negócio desse, você mata ele do coração”. Eu falei: “Então, infelizmente, meu pai vai morrer do coração”. [risos dos alunos] Se ele não concorda, sinto muito. Aqui, pai: “ele não”. E assim, ó gente, vocês que estão nessa idade, a gente não é obrigado a concordar com os pais da gente. E ainda falei: “Pai, cê tem certeza? Você tem duas filhas mulheres e um filho gay. Você tem certeza que vai votar no Bolsonaro? Tem certeza? Você já tá velho, está aposentado, está idoso. Nós estamos aqui, ó”. Gente, é verdade. É verdade.⁵

Dois momentos demonstram claramente que a posição da professora extrapolou sua função e feriu os direitos dos alunos. Primeiro, o fato de a terem gravado demonstra que, de imediato, os próprios estudantes perceberam algo de errado, algo que ultrapassou os limites da exposição da matéria ou de qualquer reflexão crítica razoável acerca dela. Em segundo lugar, a revolta das famílias demonstra que se sentiram verdadeiramente atacadas e contrariadas bem no centro de seu direito à primazia pelo tipo de educação moral que seus filhos devem receber, o que está bastante claro no momento em que a professora incentiva os alunos a discordarem de seus pais e enfrentá-los como ela mesma teria feito com os seus. Ela diz: “então, infelizmente, meu pai vai morrer do coração”.

Após a pressão e cobrança dos pais – que só foi possível graças ao registro que os alunos fizeram das declarações de Miramaya em sala de aula –, a professora emitiu uma nota se desculpando com a comunidade. A nota foi publicada pelo portal Palavra Palhocense⁶ no dia 11 de outubro de 2018 e dizia:

5 A prova fonográfica desse abuso cometido em sala de aula, assim como outros inúmeros abusos, foi transmitida em vídeo (ao vivo e gravado) a todos os brasileiros interessados que participaram do Fórum promovido por este Ministério dos Direitos Humanos em 27 e 28 de abril de 2021.

6 Matéria de 11/10/2018 sob o título “Professora se desculpa por manifestação política”. Disponível em: <https://www.palhocense.com.br/noticias/professora-se-desculpa-por-manifestacao-politica>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Às Alunas e aos Alunos, aos Pais, às Mães e a toda Comunidade Palhocense. Gostaria registrar aqui minhas sinceras desculpas por todo transtorno causado esta semana [...] há registrado nos áudios momentos de empolgação, com excessos que extrapolam o conteúdo da disciplina [...] na verdade, a intenção foi a de ensinar que opiniões podem ser contrárias e que o ambiente acadêmico é o espaço do diálogo, que pessoas são livres para exercer suas convicções. Falhei. Talvez porque tenha sido mal interpretada, talvez **porque não tenha sabido me expressar corretamente**. Peço as mais sinceras desculpas e reforço que, como professora, meu compromisso com as alunas e os alunos, com o Colégio Visão e com toda a Comunidade Escolar é de formação, nunca de manipulação ideológica. [...]

Chama a atenção o fato de uma professora de redação ter frisado a sua própria dificuldade pessoal de se expressar ou colocar em palavras seus sentimentos e opiniões. Essa confissão nos permite perguntar: essa não seria, justamente, a função de um professor de Língua Portuguesa e produção textual? Não cabe a ele refinar a habilidade de comunicação dos alunos, de preferência, sem discursos agressivos e elementos dispersantes ou prejudiciais a essa função?

Segundo a Base Nacional Curricular Comum, na sessão dedicada a Língua Portuguesa, os alunos devem chegar ao Ensino Médio aptos a continuar o desenvolvimento da habilidade comunicativa que já deve vir preparada dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A BNCC descreveu:

Para além de continuar a promover o desenvolvimento de habilidades relativas ao trato com a informação e a opinião, no que diz respeito à veracidade e confiabilidade de informações, à adequação, validade e força dos argumentos, à articulação entre as semioses para a produção de sentidos etc., é preciso intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o debate de ideias. Tal desenvolvimento deve ser pautado pelo **respeito**, pela ética e pela **rejeição aos discursos de ódio**. (p.490)

Apesar de todas as críticas que existem a respeito desse currículo, o trecho é transparente acerca da função de ensinar sem a incitação a nenhum tipo de discurso de ódio, incluindo-se aí, por extensão, a rejeição a qualquer discurso de ódio contra o Presidente da República, presidenciais ou familiares dos alunos. As pessoas ofendidas podem perdoar a professora Miramaya após seu pedido de desculpas tornado público por meio de uma nota; no entanto, esses descomedi-

mentos não devem ser ignorados. Já não são casos isolados. Esses tipos de abusos não apenas violam os Direitos Humanos, mas são também prejudiciais do ponto de vista pedagógico. O Professor Bráulio de Matos⁷ – Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1993), PhD pela Universidade de Sussex na Inglaterra (2004) e professor adjunto da Universidade de Brasília desde 1994 – apresentou dados alarmantes da educação em 2015, na Câmara Federal, ainda durante o Governo Dilma.

Eu diria até que o problema da doutrinação político-ideológica é mais grave nos cursos de Pedagogia do que nos demais [...] Nos cursos de Pedagogia, contudo, não raro escutamos professores sustentando a tese de que “não estamos ali apenas para preparar professores que saberão ensinar as crianças a ler, escrever e fazer contas; que estamos ali sobretudo para formar cidadãos críticos”. Considero essa tese absurda e desonrosa para qualquer alfabetizador de verdade. Como assim apenas ler, escrever e fazer contas?! Será que esses professores se esqueceram como foi difícil para eles mesmos aprenderem a ler, escrever e fazer contas, a gostar de ler, escrever e fazer contas, e quanta gratidão eles devem àqueles e àquelas que os alfabetizaram?

O Professor Bráulio de Matos também apresentou, naquela ocasião, pesquisas que comprovam suas alegações de que a preferência de alguns professores por discursos ideológicos ocorre em detrimento da transmissão dos conteúdos mais relevantes do currículo (como alfabetizar ou lecionar efetivamente sobre língua portuguesa e redação). Não é mera especulação. Foi o que aconteceu no episódio da escola palhocense em 2018. Bráulio cita a pesquisadora Bernardete Gatti⁸ que estuda a formação de professores no Brasil desde 1960 para tentar explicar esse fenômeno. Expõe o professor:

Após analisar mais de 4.000 ementas das disciplinas obrigatórias de uma amostra de 70 cursos de pedagogia existentes no país, a pesquisadora Bernardete Gatti descobriu que menos de 30% das

O Professor Bráulio de Matos apresentou pesquisas que comprovam suas alegações de que a preferência de alguns professores por discursos ideológicos ocorre em detrimento da transmissão dos conteúdos mais relevantes do currículo”.

7 DE MATOS, Bráulio Tarcísio Porto. Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. (artigo apresentado em 24 de março de 2015 em exposição na Câmara Federal, Brasília-DF) Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/braulio>. Acesso em: 15 abr. 2021.

8 Matéria de novembro de 2016 sob o título “Bernardete Gatti: nossas universidades não sabem formar professores”. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/11/bernardete-gatti-nossas-faculdades-nao-sabem-formar-professores.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

disciplinas desses cursos são destinados ao que e como ensinar em termos de conteúdos científicos consagrados. A maioria das disciplinas é destinada ao que ela chama de “fundamentos sociais da educação” e “legislação escolar”. O mesmo perfil de formação foi identificado pela professora Gatti após analisar editais de 30 concursos públicos destinados a contratação de professores em diversos estados da federação. O quadro seria ainda mais impactante se a professora Gatti tivesse também analisado o provável viés ideológico marxista, neomarxista, filomarxista, etc. presente nas disciplinas que compõem a categoria que ela denomina fundamentos sociais da educação: muita pseudofilosofia, pseudo-sociologia, pseudo-história, etc. Isso para não falar da precariedade dos estágios supervisionados no âmbito desses cursos, hipótese também levantada pela professora Gatti.

Tabela 01 – Formação de Professores para o Ensino Fundamental	Disciplinas dos cursos		Bibliografia dos concursos	
	n	%	n	%
Categorias				
FUNDAMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO [história, sociologia, psicologia, filosofia, etc...] [didática geral]	903 [794] [109]	22,3 [19,6] [2,7]	161 - -	29,2 - -
LEGISLAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR [currículo]	547 [172]	13,5 [4,3]	174 -	31,5 -
CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS [Metodologia, didáticas específicas e práticas pedagógicas] [Conteúdos do currículo: alfabetização, português, matemática, ciências, história, geografia, artes, etc...] [Tecnologia]	960 667 [258] [35]	23,7 [16,5] [6,4] [0,9]	172 [27] 145 -	31,2 [4,9] [26,3] -
OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO (Educação de adultos, educação especial, etc...)	399	9,9	17	3,1
OUTROS SABERES (temas transversais, etc...)	274	6,8	28	5,1
Total	4.043	100 0	552	100 0

Fonte: Dados adaptados de Bernardete Gatti e outros. Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos. (BPTM)

Pedagogicamente, o prejuízo dessa postura é verificável. As pesquisas internacionais têm colocado alunos em posições cada vez mais decrescentes. O apa-

relhecimento ideológico das nossas escolas deprime a qualidade educacional do sistema público e privado. E o mais impressionante é estar fazendo tal manobra sob a justificativa de contribuir para uma sociedade melhor ou para o pensamento crítico dos alunos. Essa era também a justificativa que, provavelmente, a professora palhocense dava a si mesma enquanto desperdiçava o tempo de aula dos alunos para equivocadamente “conscientizá-los” politicamente. Proporcionar ao aluno que seja capaz de ler fluentemente e compreender efetivamente um texto jornalístico, um artigo científico ou uma poesia – objetivo fim da disciplina de redação – seria muito mais proveitoso para a real emancipação política desse adolescente. Ele estaria apto a compreender por conta própria e ampliar a sua capacidade decisória.

A pergunta do professor Bráulio é também a nossa:

Como explicar, conforme indícios por mim coletados ao processar os microdados do Prova Brasil, que os alunos de professores com titulação em pedagogia não apresentem um desempenho significativamente acima dos alunos cujas professoras são tituladas apenas em nível médio (antigo curso normal, magistério de 1º grau)?⁹

O questionamento do professor é de 2015. Mas nada melhorou desde então, mesmo que os gastos com educação em relação ao Produto Interno Bruto, de 6%, continuem sendo equiparáveis aos gastos dos países ricos. No Anuário de Competitividade Mundial 2020 (*World Competitiveness Yearbook* – WCY) divulgado recentemente, o Brasil continua com péssimos índices. Estamos em último lugar no fator educação, posição 63.

Abusos com intolerância religiosa, humilhação e erotização precoce

Desde 2007, o estado de Santa Catarina esteve envolvido em um imbróglio judicial que só terminou em 2019. O Estado foi condenado a pagar R\$ 162 mil por danos morais em virtude de ofensas pessoais e genéricas que um professor de escola pública proferiu contra treze de seus alunos. A decisão é do juiz Alexandre Dittrich Buhr, da 1ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba. O magistrado pontuou a inércia dos agentes

Nem todos os brasileiros têm um profundo entendimento dos seus direitos nem esclarecimentos mínimos para reagir, o que faz com que busquem por políticos ou entidades que possam orientá-los.

9 DE MATOS, Bráulio Tarcísio Porto. Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. (artigo apresentado em 24 de março de 2015 em exposição na Câmara Federal, Brasília-DF) Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/braulio>. Acesso em: 15 abr. 2021.

públicos (coordenadores e secretários) mesmo após inúmeras queixas dos alunos: “a existência da conduta omissa do réu é inequívoca. Isso porque, apesar de ter havido inúmeras denúncias acerca do comportamento do professor, o Estado não cumpriu com seu dever de manter a organização e salubridade do ambiente escolar”. Evidentemente, o dinheiro do Estado é o dinheiro do povo. Isso nos leva a inevitável conclusão de que o povo catarinense está pagando pelos descompassos e abusos perpetrados pelos professores públicos.

Como já mencionado, os pais têm procurado ajuda. Nem todos os brasileiros têm um profundo entendimento dos seus direitos nem esclarecimentos mínimos para reagir, o que faz com que busquem por políticos ou entidades que possam orientá-los. Por anos, esse foi o caso do precocemente extinto Programa Escola Sem Partido (ESP) coordenado pelo advogado e ex-Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, que recebia denúncias de todo o país. Em 2015, o ESP recebeu inúmeros apelos como este:

Senhores, preciso de uma orientação muito importante. Minha filha testemunhou uma aula dita de “educação sexual” em novembro de 2014 sem o consentimento dos pais. Minha filha, que tinha acabado de completar 12 anos, disse que tinha vontade de chorar, de fugir da sala de aula pelo grande constrangimento que a fizeram passar. A aula continha um pênis de plástico que era passado pela mão das alunas para aprenderem a colocar camisinha, ensinaram a praticar sexo oral e anal. Enfurecido, fui até a escola para falar com a diretora, que informou ser obrigatório pela Prefeitura, e os agentes do Posto de Saúde eram profissionais preparados. Eu falei sobre a CADH e ela fez pouco caso. Procurei advogados. Infelizmente eles disseram que processo contra o município seria de grande demora para receber. Então não pegariam. Agora, em 25/02/2015, minha filha disse que a professora de ciências falou sobre penetração, sobre o homem quando goza dentro da vagina... Estou impotente. Não tenho condições de levar minha filha para outra escola agora. Crio meus filhos dentro de nossa doutrina religiosa e, mesmo sabendo das necessidades de aprender sobre as manifestações de nossos organismos, tento planejar a descoberta dos pequenos através de etapas. Sei que é desnecessário apresentar essas coisas nessa idade. Porventura querem prepará-los para realizarem o ato sexual precocemente? Me ajudem no que puderem, por favor. Sou um pai desesperado, implorando para alguém que tenha um conhecimento mais amplo que eu. Por favor.¹⁰

¹⁰ DE MATOS, Bráulio Tarcísio Porto. Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. (Artigo apresentado em 24 de março de 2015 em exposição na Câmara Federal, Brasília-DF) Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/braulio>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Desde então, os apelos se multiplicam. Uma mãe catarinense¹¹ entrou em contato com gabinete, em 2019, para relatar episódios que aconteciam com seu filho pequeno. Mandou-nos uma foto do menino com as unhas pintadas. Veio assim da escola após uma proposta da professora. Outro pai teve problemas com a justiça – mas, felizmente, saiu exitoso do processo após o apoio e a orientação prestados pelo nosso gabinete – por ter questionado as motivações de uma mostra de cinema que exibiria o caso de um relacionamento lésbico de duas crianças para as turmas onde suas filhas estudavam. Resumidamente, o pai que buscou fazer cumprir os seus direitos foi processado pela professora e tachado como “intransigente e intimidador”. Uma completa inversão. Nas declarações da equipe de ensino também transparece esse total desconhecimento pela família. O portal ND Mais publicou:

Originalmente, a mostra ocorreria no dia 23 de agosto, mas foi suspensa devido a uma interferência externa, criada pelo pai de duas alunas. A direção da escola explicou que tentou contornar a situação por meio de diálogo, mas diante de uma postura “de intransigência e intimidação, optou-se por uma atitude de cautela, decidindo pelo adiamento”. A Secretária de Educação de Florianópolis reitera a sua posição de que a escola tem autonomia para decidir se o evento ocorreria, como planejado, ou se seria cancelado. “A SME não é um órgão de censura. Defendemos o direito de liberdade de expressão dos membros da comunidade escolar”, afirma o secretário Maurício Fernandes Pereira.¹²

Esses abusos também podem acontecer motivados por intolerância religiosa, quando o professor age com flagrante desrespeito às crenças e convicções apresentadas pelo aluno a partir da formação moral constituída em sua vivência familiar e comunitária fora do ambiente escolar. Uma ocorrência emblemática que comprova a recorrência dessa prática foi acompanhada de perto pelo nosso mandato, sendo, inclusive, apresentado algumas vezes na tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina: o “caso Dona Rosana”.

Moradora de Caçador, cidade do Meio-Oeste do Estado, a auxiliar de cozinha Rosana Soares, mãe da estudante do 9º ano, Danielle Soares, publicou em uma rede social um desabafo sobre a reiterada atuação questionável de uma professora em sala de aula, que tanto perseguia a sua filha por evidenciar sua confissão religiosa, quando tentava influenciar a opinião dos alunos da classe impondo sua visão política durante o período das aulas, incitando o desprezo contra a Bíblia, os

11 Fotografias e detalhes do relato estão no vídeo apresentado no Fórum em 27 de abril de 2021.

12 Matéria de 11/09/2018, “Após polêmica, confirmada Mostra de Cinema sobre diversidade em escola do Santinho”. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/confirmada-mostra-de-cinema-sobre-diversidade-em-escola-do-santinho/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

cristãos e diversos políticos que não pertenciam ao partido pelo qual simpatizava:

“Eu estou gravando esse vídeo aqui porque eu estou indignada! A minha filha chegou da escola agora [...] a professora de história, que era pra dar história, seria o correto, [...] deu uma aula [...] totalmente incitando o ódio (eles que falam tanto em preconceito), primeiro, contra cristãos, contra a Bíblia e, depois, dizendo que, se Bolsonaro ganhar, ele vai pegar e botar todos os negros de volta na senzala [...], e que o Bolsonaro vai trazer a lei do estupro [...]. Tentando mexer na cabecinha de crianças e adolescentes”, denunciou.¹³

Em vários momentos, a professora lançava provocações para alfinetar a religião da jovem, que é evangélica; além disso, chegou a fazer insinuações constrangedoras relacionadas à vida sexual da aluna, sendo que ela era virgem. A mãe chegou a conversar com a direção da escola sobre as ocorrências, mas sem saber como proceder corretamente devido à pouca orientação sobre os seus direitos, não documentou nenhuma dessas conversas. A perseguição continuou até o momento em que Danielle gravou um trecho da aula onde a professora promovia ataques políticos aos principais presidentes que concorreriam na eleição daquele ano, 2018, contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), em especial, contra o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, apelando a declarações completamente absurdas:

Então ele falou que ele eleito presidente, o índio não vai receber sequer... sequer um único pedaço de terra, e que o negro vai voltar para a senzala. E tem negros que apoiam ele! [...] Nós somos 86% negros no Brasil, tá, e 72% mulheres [...]. Alguma mulher que ouve o que esse cara fala e vai dizer que vai votar para ele... Se apoiar um cara que diz que o estupro é legítimo? Se realmente ele ganhar, realmente a mulher tem que sofrer todo tipo de abuso mesmo e o negro tem que voltar para a senzala, porque é minoria, fora nós, que somos mestiços [...]. E vocês aqui, a maioria de vocês, tem mais instrução do que o pai de vocês, que a mãe de vocês, que o responsável por vocês. Então vocês têm a obrigação. Ele defende todo tipo de violência [...]. Ele acredita que nós, a população... claro, pessoal... homens... meninas! Homens brancos têm direito a ter arma. Porque ele não vai colocar arma na mão da mulher e nem na mão do negro! Nem na mão do indígena! [...] Há muito tempo atrás, por exemplo, até 15 anos atrás, antes da Lei da Maria da Penha, você ligava para a polícia, digamos, que a minha

¹³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escola-sem-partido-processa-santa-catarina-por-nao-impedir-doutrinação-em-escola/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

vizinha estava brigando com o marido lá, e eu, com dó dela, alguma coisa, ligasse, o policial respondia: “Em briga de marido e mulher, ninguém bota a colher!”. Hoje não, hoje eles são obrigados a vir. Dependendo do policial, se ele é um partidário do Bolsonaro, ele demora 5 horas pra vir atender a ocorrência, e deixa a mulher ali, os filhos, apanharem, né, da forma que for.

A militância ideológica em sala de aula toma o tempo em que os alunos deveriam estar aprendendo conteúdos que possibilitassem o verdadeiro desenvolvimento das habilidades intelectuais dos estudantes.

Como pode ser constatado, são muitos dados falsos, mentiras históricas e estatísticas infundadas lançadas sem nenhum critério para as crianças. São dois prejuízos: primeiro porque essa militância ideológica em sala de aula toma o tempo em que os alunos deveriam estar aprendendo conteúdos que possibilitassem o verdadeiro desenvolvimento das habilidades intelectuais dos estudantes, e segundo porque incute nas crianças e jovens convicções políticas e até morais que não são aquelas defendidas pelas suas famílias.

O mais revoltante neste caso é que a mãe foi punida por ter manifestado seu descontentamento ante o comportamento antiético apresentado pela docente. Por causa da publicação em que denunciava o ocorrido, dona Rosana foi intimada pela escola e acabou processada pela professora, que moveu uma ação de reparação por danos morais. Desconhecendo seus direitos e as jurisprudência, a mãe se sentiu acuada. Temendo um desfecho ainda mais lesivo, acabou aceitando um acordo judicial para pagar 4 mil reais para a professora. Essa disputada injusta foi se estendendo até que o Dr. Miguel Nagib, idealizador do Programa Escola Sem Partido, assumiu a defesa da mãe e processou o Estado de Santa Catarina pela completa omissão diante do abuso denunciado.

Casos como esses continuam a aparecer. De todos os tipos de excessos cometidos no desrespeito ao Pacto San José da Costa Rica, no seu Artigo nº 12, que trata sobre “Liberdade de consciência e de religião”, o mais recorrente e muitas vezes despercebido é a aplicação da teoria de gênero nas práticas educacionais. Basicamente, os ideólogos de gênero compreendem que não há diferenças relevantes entre meninos e meninas, razão pela qual ficaram tão escandalizados com a metáfora da Ministra de Estado Damares Alves ao afirmar que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. Não é preciso grande genialidade para entender que a ministra não falava sobre cores e roupas, mas sobre diferenças essenciais decorrentes do sexo reconhecido no nascimento (macho ou fêmea) e, conseqüentemente,

A chamada “ideologia de gênero” reinterpreta a história sob uma perspectiva neomarxista, em que a mulher se identifica com a classe oprimida e o homem com a opressora.

da carga hormonal e do modelo físico, fisiológico e psicológico de cada criança.

O conceito de teoria de gênero

Convém, portanto, clarear o conceito de “teoria de gênero” e o porquê de alguns autores defenderem se tratar de uma “ideologia”, de uma escolha política e não científica. Basicamente, a teoria de gênero separa informação biológica (sexo) de informação psicológica (gênero) quando se trata na identidade de um ser humano. Esses teóricos vêm tratando com naturalidade o fato de uma pessoa “simplesmente” não se sentir psicologicamente compatível e confortável com o sexo de seu corpo. Para tais teóricos, não é mais curioso um homem sendo biologicamente homem sentir-se mulher ou uma mulher sendo biologicamente mulher sentir-se homem. Essa seria apenas uma questão de escolha ou performance. E você também poderia escolher e mudar de ideia quantas vezes desejasse. Uma questão de fluidez. E você também não estaria necessariamente restrito a duas alternativas, masculino e feminino, podendo escolher entre outros gêneros ou a ausência deles. Uma questão de negar o sexo binário e a heteronormatividade.

Nesse sentido, segue um trecho da cartilha “*Você sabe o que é ideologia de gênero?*” do professor e radialista Felipe Aquino, um apologeta católico que conseguiu definir em poucas linhas a trajetória desse pensamento:

A palavra gênero começa a substituir a palavra sexo [...] Gênero, por sua vez, é uma ideologia que quer impor que sexo não existe; ou seja, ser masculino ou feminino é apenas uma questão social ou psicológica imposta pela sociedade, e que existem muitas formas de sexualidade que a pessoa deve escolher livremente [...] Em vez de falar de diferença entre os sexos, fala-se de diferença entre os gêneros. **A chamada ‘ideologia de gênero’ reinterpreta a história sob uma perspectiva neomarxista,** em que a mulher se identifica com a classe oprimida e o homem com a opressora. O matrimônio monogâmico é a síntese e expressão do domínio patriarcal.¹⁴

É difícil entender por que para alguns pesquisadores ou cientistas a opinião de homens acerca do feminismo e da teoria de gênero não merece atenção. Mas se é necessário lidar com tais proselitismos, talvez convenha citar escritoras mulheres

O novo feminismo quer eliminar a família biológica.

que possam afirmar coisa semelhante. É o caso da ativista Dale O'Leary, mãe, avó, jornalista e escritora que registrou que “o novo feminismo quer eliminar a família biológica. Alison Jagger, no livro usado nos cursos para as mulheres, mostra qual deveria ser o resultado desejado da revolução das classes de gênero: a eliminação da família biológica eliminará também a necessidade da opressão dos sexos.”¹⁵

Compreendendo que ainda existe muita intolerância e preconceito contra os religiosos e conservadores, talvez as referências ao Professor Aquino e à jornalista Dale não sejam suficientes para o leitor mais partidário. Devemos, então, citar o Dr. Leonard Sax, PhD em Psicologia e médico da família na Pensilvânia, que publicou diversos livros sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes e chegou a conclusões semelhantes sobre o conceito de gênero – e escreveu também sobre os prejuízos pedagógicos de se ignorar o sexo na adoção das abordagens pedagógicas. Ele garante que:

as feministas erram ao afirmar que o **gênero é uma construção social**, uma invenção da sociedade. Na realidade, o gênero não é uma construção social. É um fato biológico da nossa espécie, assim como nos gorilas e chimpanzés e todos os outros primatas [...] Hoje é comum ouvir pessoas instruídas dizerem que o sexo biológico, masculino e feminino, é algo “determinado” no nascimento [...] Mas o gênero – masculino ou feminino – não é “determinado no nascimento”. É mais certo dizer que é “reconhecido” no nascimento. Quando um obstetra faz um parto, vê um pênis e anuncia “é um menino!”, não se trata de uma determinação arbitrária, e sim do reconhecimento de um fato.¹⁶

Incontáveis estudiosos classificam essa teoria como uma artimanha ideológica e não apenas uma hipótese científica. Aqueles que denunciam os perigos de sua aplicação na escola também não são poucos. “Condicionar as crianças a acreditarem que uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto é normal e saudável é abuso infantil”¹⁷. Essa foi uma das conclusões publicada pela Associação de

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade.

15 Entrevista com Dale O'Leary disponível em: <https://www.diocesedeapolis.org.br/ideologia-do-genero-o-que-e-como-surgiu/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

16 SAX, Leonard. Por que gênero importa? São Paulo: LVM Editora, 2019, pp. 380-381, grifo nosso.

17 AMERICAN COLLEGE OF PEDIATRICIANS. Gender Ideology Harms Children. American College of Pediatricians, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.medicinaepersona.ch/wp-content/uploads/2017/03/1.30.17b-Gender-Ideology-Harms-Children-updated.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Pediatria dos EUA, mostrando como a teoria (ou ideologia) de gênero é prejudicial às crianças. Dentre os itens listados na nota, destacam-se:

“A sexualidade humana é uma característica biológica binária objetiva: ‘XY’ e ‘XX’ são marcadores genéticos de macho e fêmea, respectivamente – e não marcadores genéticos de uma desordem” (tradução livre)¹⁸;

- “Ninguém nasce com um gênero. Todos nascem com um sexo biológico. O gênero (uma consciência e um senso de si mesmo como homem ou mulher) é um conceito sociológico e psicológico; não um conceito biologicamente objetivo” (tradução livre)¹⁹;

- “Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico²⁰, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade” (tradução livre)²¹;

- “As taxas de suicídio são quase vinte vezes maiores entre os adultos que usam hormônios do sexo oposto e passam por cirurgias de mudança de sexo, mesmo na Suécia²², que está entre os países com políticas mais afirmativas em relação aos LGBTQ” (tradução livre)²³;

Na nova dialética de inspiração marxista, as mulheres virão, portanto, tomar o lugar dos proletários

“Que pessoa razoável e compassiva condenaria crianças a esse destino, sabendo que depois da puberdade 88% das meninas e 98% dos meninos aceitarão o seu sexo real e terão saúde física e mental?” (tradução livre)²⁴.

Classificada como “ideologia de gênero”

A primeira aparição do termo “ideologia de gênero” se deu em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru, em 1998. Intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”²⁵. A nota discorria sobre as reais intenções da agenda por trás do uso do termo “gênero” embutido em diversas falanges revolucionárias, dentre elas o “feminismo de gênero”. Amparada por inúmeras declarações que antecede-

18 AMERICAN COLLEGE OF PEDIATRICIANS, 2017, p. 1.

19 Idem.

20 A obra citada pelo autor pode ser conferida em: Associação Americana de Psiquiatria. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5 ed. 2013.

21 AMERICAN COLLEGE OF PEDIATRICIANS, op. cit., p. 1.

22 Os dados citados pelo autor podem ser conferidos em: DHEJNE, C. et al. Long-Term Follow-Up of Transsexual Persons Undergoing Sex Reassignment Surgery: Cohort Study in Sweden. PLOS ONE, v. 6, n. 2. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0016885>. Acesso em: 15 abr. 2021.

23 AMERICAN COLLEGE OF PEDIATRICIANS, op. cit., p. 2.

24 Idem.

25 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. A ideologia de gênero: seus perigos e alcances. 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

deram a agenda, o Mons. Oscar Alzamora Revoredo, autor da nota, foi taxativo:

Não é necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das consequências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético. Dilui-se a diferença entre os sexos como algo convencionalmente atribuído pela sociedade e cada um pode “inventar” a si mesmo.²⁶

Para as feministas de gênero, diferente é desigual, e desigual é injusto.

Na mesma linha, o jesuíta Michel Schooyans foi bastante assertivo em seu livro *O Evangelho Perante A Desordem Mundial*²⁷.

Na nova dialética de inspiração marxista, as mulheres virão, portanto, tomar o lugar dos proletários: irão reapropriar-se do seu corpo; controlarão a sua fecundidade e utilizarão nesse sentido as novas técnicas biomédicas. O objetivo final procurado não é meramente a eliminação dos privilégios masculinos: é a abolição total de toda e qualquer distinção de classe, fim esse que não será alcançado senão pela abolição de todas as diferenças entre homens e mulheres. Termos como “casamento”, “família”, “mãe”, devem, pois, ser eliminados, porque não correspondem já a nenhuma das realidades admitidas por essa ideologia.²⁸

O alerta para a subversão do termo gênero soou durante a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Pequim, na China. Durante a conferência, feministas advogaram insistentemente pela inclusão do termo “perspectiva do gênero”, dando ênfase ao discurso da diferença entre os sexos como mera construção social a ser desconstruída. Em artigo condensado do livro *A Agenda de Gênero: Redefinindo a Igualdade*²⁹, Dale O’Leary explica:

As forças por trás da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres da ONU acreditam que a sua “perspectiva de gênero” é uma verdade auto evidente. Elas já estavam ocupadas, mesmo antes da Conferência de Pequim, no encaminhamento

26 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 1.

27 SHOOYANS, Michel. *O Evangelho Perante a Desordem Mundial*. Lisboa: Grifo, 2000.

28 SHOOYANS, 2000, p. 58.

29 O’LEARY, Dale. *A agenda de gênero: redefinindo a igualdade*. 1997. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/padrepauloricardo-files/uploads/ou1vyvqf7edairu6mgq7/agenda-de-genero.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

de seus planos de “incorporar a perspectiva de gênero” em toda escola, em toda empresa, em toda família, em todo programa público e privado, em todos os níveis, e em todos os países.³⁰

O paradigma da identidade de gênero era uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir nos anos quarenta, de que não se nasce mulher.

Para as feministas de gênero, diferente é desigual, e desigual é injusto. Ignorando as diferenças dos sexos ou, pior, considerando-as como obstáculos, declaram guerra à natureza humana, tanto à natureza da mulher, como também à natureza do homem.³¹

Tendo essas e outras considerações em vista, conclui-se que o fato de muitos escolherem o termo “ideologia” para se referirem à teoria de gênero é, além de apropriado, uma eficiente maneira de denunciar a manipulação pedagógica que vemos acontecer. Em

seu livro *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*³², a escritora Donna Haraway explora a trajetória do “paradigma da identidade de gênero”, listando as contribuições das obras do psicanalista Sigmund Freud, dos sexologistas Krafft-Ebing e Havelock Ellis e da feminista Simone de Beauvoir, famosa pela frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”³³. No entanto, é fato que o conceito de gênero na literatura feminista – algo incomum até a década de 1960 – e sua posterior disseminação, parte de um ponto central, elencado por Haraway como reflexo das obras do psicólogo e sexólogo John Money e do psicanalista Robert Stoller.

Foi nos anos 1950 que Money, ao lado de seu colega Anke Ehrhardt, desenvolveu uma série de programas e pesquisas sobre as diferenças entre sexo e gênero, propagando o termo na literatura científica a partir de estudos sobre hermafroditismo. Apesar de compreender a morfologia sexual externa como variável fundamental, Money não descartava a questão social como construtora principal dos papéis de gênero, embora defendesse a importância da consonância entre ambos. Money ficou mundialmente conhecido por conduzir uma experiência desastrosa e trágica com Bruce Reimer. Trata-se de um bebê que foi submetido à troca de sexo e gênero e, por isso mesmo, cresceu desajustado. O menino criado como menina, então chamado Brenda, desenvolveu – assim como toda a sua família – problemas psicológicos. Nele e em seu irmão gêmeo, o resultado do experimento de gênero foi o suicídio. Essa, podemos dizer, foi a primeira tentativa de provar a hipótese de que o gênero é fluído e determinadamente construído socialmente. Aconteceu nas

30 O'LEARY, 1997, p. 2.

31 Ibid, p. 28.

32 HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. Nova York: Routledge, 1991.

33 BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Paris: Librairie Gallimard, 1967, p. 9.

décadas de 1960 e 1970.

Alguns anos antes, o Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais, pertencente à Universidade da Califórnia, em Los Angeles, constituiu o Projeto de Pesquisa sobre Identidade de Gênero. Em 1963, o fundador do centro e professor da Escola de Medicina da mesma faculdade, Robert Stoller, apresentou o termo “identidade de gênero” ao Congresso Internacional de Psicanálise³⁴, em Estocolmo. Ainda que abordados de maneira introdutória, fica claro que os estudos de Money e Stoller se deram no campo biomédico³⁵, tendo sido abraçados posteriormente por correntes feministas. Segundo Haraway,

A “segunda onda” da política feminista em torno dos “determinismos biológicos” versus “construcionismo social” e das bio-políticas das diferenças de sexo/gênero ocorrem no interior de campos discursivos pré-estruturados pelo paradigma de identidade de gênero, cristalizado nos anos cinquenta e sessenta. O paradigma da identidade de gênero era uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir nos anos quarenta, de que não se nasce mulher.³⁶

A teoria de gênero trata-se de mais uma hipótese entre tantas outras gravitando em torno das áreas da história, sociologia, psicologia e etc.

Em outras linhas, esta foi a deixa para que as feministas pudessem trabalhar dialeticamente o determinismo biológico *versus* o construcionismo social, defendendo este como antítese para obter a síntese que se mantém até os dias atuais: a da abolição da família, necessidade abertamente defendida pelo materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels nos livros *O Manifesto do Partido Comunista*³⁷ e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*³⁸.

Mas essa teoria não é auto evidente como muitas teóricas esperam que ela seja tratada, tampouco pode ser cabalmente provada pela ciência. O assunto nunca se encerrou. A ciência não bateu o martelo em desfavor da biologia. A teoria de gênero trata-se de mais uma hipótese entre tantas outras gravitando em torno das áreas da história, sociologia, psicologia, etc. É pincelada com apenas fragmentos de verdade, mas sobreviveu à opinião popular manobrando o sofrimento real de

34 STOLLER, Robert Jesse. A contribution to the study of gender identity. *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 45, 1964.

35 GERMON, Jennifer. *Gender: a genealogy of an idea*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

36 HARAWAY, 1991, p. 127.

37 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

38 ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985

muitas pessoas para fins políticos.

Foi o caso do sofrimento da família Reimer, já mencionado na palestra deste fórum. O Dr. John Money, grande defensor do que podemos chamar de identidade psicosexual (gênero), tentou demonstrar sua teoria com dois bebês gêmeos. Ele era psicólogo clínico da Johns Hopkins University e diretor da Unidade de Pesquisa Psico-Hormonal quando seu livro foi publicado no Brasil. Juntamente com a co-autora Patricia Tucker, relatou o caso na obra *Os Papéis Sexuais* como se fora um grande sucesso. O experimento com os gêmeos começou no ano de 1966 e, ainda que tenha se mostrado desastroso, os autores o apresentam como prova de sua hipótese acerca do “gênero”.

Bruce Reimer foi levado juntamente com seu irmão gêmeo – tinham por volta de sete meses de vida – para um hospital a fim de realizarem um procedimento de circuncisão. Decorrente da imperícia médica, o pênis de Bruce é queimado e acaba mutilado, seco como se fosse um cordão umbilical. O próprio Money relata³⁹ com verdade esta parte da história: “quando a pele não cedeu na primeira tentativa, nem na segunda, o médico aumentou a corrente. Na terceira tentativa o calor literalmente cozinhou o pênis do bebê. Impossibilitado de cicatrizar, o pênis secou e em poucos dias caiu completamente”.

Os pais da criança procuraram todo tipo de ajuda, até que aceitaram conselhos pela reformulação do sexo da criança. “Esta era uma ideia nova e assustadora para os pais e a princípio eles afastaram-na atemorizados”⁴⁰, mas a repetição dos argumentos os convenceu. Entre os vários profissionais consultados estava o Dr. Money que viu naquelas crianças gêmeas a sua grande chance.

Os pais não sabiam, mas Money era conhecido como uma espécie de guru da sexualidade e preconizava comportamentos sexuais ousados, embora compatíveis com o espírito da época nos Estados Unidos, quando vigorava o protesto contra o Vietnã, o movimento hippie questionava tradições culturais arraigadas e o **movimento feminista** explodia com grande radicalidade. Money defendia casamentos abertos, nos quais os cônjuges poderiam ter amantes com consentimento mútuo, estimulava o sexo grupal e bissexual, além de, em momentos mais extremados,⁴¹ parecer tolerar o incesto e a pedofilia.⁴²

39 MONEY, John; TUCKER, Patricia. *Os papéis sexuais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.82.

40 MONEY; TUCKER, p.82.

41 O portal brasileiro de notícias Gazeta do Povo também publicou sobre a relação de Money com a pedofilia. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/john-money-criador-do-termo-identidade-de-genero-era-defensor-da-pedofilia/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

42 TELLES, Sérgio. Psicanálise em debate: o caso de David Reimer e a questão da identidade de gênero. *Psychiatry on line Brasil, Part of The International Journal of Psychiatry*, junho de 2004, vol.9, n.6. (grifo nosso)

Money defendia casamentos abertos, nos quais os cônjuges poderiam ter amantes com consentimento mútuo, estimulava o sexo grupal e bissexual, além de, em momentos mais extremados, parecer tolerar o incesto e a pedofilia.

Como uma possibilidade de solução para o caso, sugere-se a reformulação sexual do bebê mutilado. Os pais chegaram ao Dr. Money após assistirem-no em um programa televisivo. No primeiro encontro entre o casal Reimer e o médico, que ocorreu no Johns Hopkins, o profissional “explicou a Ron e Janet que o bebê poderia receber uma vagina perfeitamente funcional, “adequada para o ato sexual e para o prazer, inclusive para o orgasmo”.⁴³

Não foi ainda nesse primeiro encontro que o casal optou pela reformulação sexual do filho, mas o foi com a insistência e ansiedade do médico – que via uma grande oportunidade nesse experimento – e o baixo grau de instrução e desespero dos pais que a decisão foi tomada. A astúcia de Money aparece

em diversos momentos dessa tragédia. Em seu próprio livro admite: “embora não sejam possuidores de muita cultura, os pais dos gêmeos são pessoas inteligentes e excepcionalmente sensíveis”.⁴⁴ O Dr. John Colapinto, que acabou se tornando grande adversário dessa farsa, confirma:

O que não fica claro nas anotações de Money a respeito desse encontro é se Janet e Ron, cuja educação à época não passava do nono e do sétimo graus, respectivamente, entenderam que esse procedimento era na verdade apenas experimental e que, embora Money e seus colegas do Johns Hopkins já tivessem alterado o sexo de crianças hermafroditas, nunca tinham feito uma mudança num bebê como Bruce, com genitais e sistema nervoso normais.⁴⁵

O que também não está claro para nós é saber se os pais e as famílias brasileiras sabem a que tipos de experiências e teorias os seus filhos estão sendo expostos. Há indícios de que os pais dos gêmeos Reimer não tinham dimensão do sofrimento que causariam ao próprio filho. Alguns meses depois do primeiro encontro com Dr. Money, “na segunda-feira, 3 de julho de 1967, Bruce foi castrado numa sala de cirurgia ginecológica no John Hopkins Hospital. O cirurgião foi o co-fundador da-

43 COLAPINTO, John. Sexo trocado: a história real do menino criado como menina. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p.12

44 MONEY; TUCKER, p.84.

45 COLAPINTO, p.70.

clínica de Identidade de Gênero de Money, o Dr. Howard Jones”⁴⁶.

Durante quase vinte anos, Bruce viveu uma mentira. Foi enganado pelos pais, que por sua vez o foram pelo Dr. Money, e cresceu pensando que era uma menina. Uma menina muito desajustada e infeliz, com problemas na escola e na comunidade, com dificuldades de entender a si mesmo(a). O caso deveras foi desastroso na opinião dos críticos e da inocente cobaia. Mas Money e seus parceiros ideológicos venderam esse experimento como se fora um sucesso de ressignificação de sexo ou, melhor, de gênero.

O psicólogo escreveu que as chances de êxito eram muitas, “uma vez que a criança mal tinha começado a falar quando os pais se decidiram pela reformulação, havia uma excelente probabilidade de a identidade sexual não estar ainda muito diferenciada na direção masculina”,⁴⁷ e muitos acreditaram neles. Eles tinham diplomas, títulos, autoridade científica e estavam empenhados, na universidade e na mídia, em dar prova de que o gênero é apenas uma construção social. Money e Tucker tentam evidenciar o sucesso da operação usando todo tipo de inverdades: “aos cinco anos, a garotinha [Bruce Reimer] já preferia vestido em lugar de calças, gostava de usar fitas no cabelo, pulseiras e blusas enfeitadas, e adorava ser a queridinha do pai [...] Embora a menina tenha sido o gêmeo dominante na primeira infância, aos quatro anos de idade já não havia dúvida acerca de quem era o menino e quem era a menina”.⁴⁸

Ainda que Money e Tucker tentem mostrar o sucesso da reformulação de sexo, a história da família Reimer aponta para outra direção. Nas palavras do próprio Bruce Reimer⁴⁹ (depois chamado David Reimer), sua trajetória foi a de uma vida

Mas o experimento fracassado do Dr. John Money e inúmeras pesquisas contrariando sua tese não foram suficientes para barrar o avanço da teoria de gênero que hoje alcança as salas de aula de todo o Brasil.

de sofrimento: “sofri uma espécie de lavagem cerebral. Daria qualquer coisa para ser hipnotizado e apagar todo o meu passado. Pois ele é uma tortura. O que fizeram com o corpo [mutilação, erotização precoce] às vezes não chega a ser tão ruim quanto o que fizeram com a cabeça”. Infelizmente, (Bruce) David Reimer acabou se suicidando após seu irmão ter feito o mesmo. Os pais acumularam problemas com alcoolismo e esquizofrenia. A família Reimer foi destruída.

Mas o experimento fracassado do Dr. John Mo-

46 COLAPINTO, p.72.

47 MONEY; TUCKER, p.83.

48 MONEY; TUCKER, p.86.

49 COLAPINTO, p.12.

ney e inúmeras pesquisas contrariando sua tese não foram suficientes para barrar o avanço da teoria de gênero que hoje alcança as salas de aula de todo o Brasil. Muitos desconheciam tais pesquisas, “outros achavam que a revelação das mentiras do Dr. Money não tinha qualquer consequência para a teoria dele. Eles continuavam a defender a ideia do Dr. Money de que gênero é tão somente uma invenção da sociedade”.⁵⁰ É o caso das feministas, atualmente, maiores defensoras dessa ideologia e que têm trabalhado ativamente na educação pública e nos currículos escolares para implementar essas contínuas experiências com nossas crianças. E o mais impressionante: à revelia do interesse dos pais que, como já mencionamos, deveriam estar protegidos pelo Estado como se vê prescrito na lei.

Desde o caso desastroso da família Reimer, cientistas diversos têm contestado a aplicação da teoria de gênero, principalmente se o público (ou cobaia) for infantojuvenil. Diversas pesquisas demonstram fatos que contrariam a defesa da aplicação da teoria de gênero com crianças em idade escolar.

Nos últimos 15 ou 20 anos houve uma explosão de pesquisas documentando a influência do [sexo] em todos os níveis da função cerebral. A onda de estudos sobre esse assunto é tão poderosa que a forma padrão de desprezar as influências sexuais foi completamente refutada para os que reconhecem o valor da pesquisa. Os 73 artigos expostos neste volume documentam enfaticamente que as influências sexuais nas funções cerebrais são onipresentes [...] demonstrando o quanto o sexo importa.⁵¹

No mesmo ano em que David Reimer se suicidou, o urologista Dr. William Reiner divulgou um estudo sobre 16 meninos com extrofia cloacal (malformação congênita rara com defeito ao nível da parede abdominal infra-umbilical e envolvimento dos sistemas genitourinário e intestinal).

Apesar de ser colega do Dr. Money na Universidade, acreditava que ele estava errado quanto à afirmação de que gênero é apenas uma construção social. [Nesse estudo], os pais de 16 meninos [com extrofia cloacal] foram

...a agenda que envolve a aplicação da teoria de gênero em idades escolar investe pesadamente contra crianças e adolescentes, modificando cartilhas e defendendo intervenções hormonais cada vez mais precoces.

50 SAX, p.328.

51 [Tradução livre] CAHILL, Larry. An Idea Whose Time Has Come. *Journal of Neuroscience Research*, Volume 95, 2017, p.12-13. (Edição com 791 páginas e 73 artigos científicos.). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/jnr.23972>. Acesso em: 15 abr. 2021.

aconselhados a criar seus filhos como meninas. 14 aceitaram [...] Todos os 14 meninos continuaram a ter interesses tipicamente masculinos [...] Problemas graves podem surgir quando a identidade de gênero imposta à criança não combina. Hoje, a maioria dos médicos concorda que qualquer cirurgia genital deve ser adiada até que a criança tenha idade suficiente para expressar sua verdadeira identidade.⁵²

Até mesmo a feminista Camille Paglia, que se considera transgênero, quando esteve no Brasil, concedeu uma entrevista em que denunciou a sanha de muitas ativistas feministas de interferir precocemente na vida sexual e na identidade de gênero das crianças. Longe de lidar com adultos e a liberdade individual que cada um possui para conduzir a própria vida como melhor lhe aprouver, a agenda que envolve a aplicação da teoria de gênero em idades escolar investe pesadamente contra crianças e adolescentes, modificando cartilhas e defendendo intervenções hormonais cada vez mais precoces. Todavia, uma análise minimamente criteriosa retira qualquer razoabilidade de prática sob a égide progressista.

Gênero não é um clamor popular: a falta de organicidade

O que explica a necessidade em impor uma revolução completamente avessa à saúde física e psicológica de crianças e adolescentes a partir da instrumentalização de minorias igualmente prejudicadas? Quais as origens e intensões de um movimento artificial e arquitetado de cima para baixo por fundações bilionárias?

Se há tanta resistência e provas em contrário, convém questionarmos como pautas representadas por minorias tão barulhentas avançam tão rapidamente. Pode-se apontar a retroalimentação do sistema doutrinador, o avanço do progressismo na mídia e sua confirmação no Parlamento. Há ainda o patrocínio internacional. Depois do enorme acúmulo de riqueza, o suficiente para não mais se submeterem às regras mercadológicas que, desde o início, as impulsionaram, as grandes corporações invertem a lógica de adequar produtos e serviços aos consumidores, passando a moldá-los ao seu próprio produto e serviço final: a sugestão de um governo mundial, livre de obstáculos operacionais. Para isso, a soberania das nações deveria ser gradualmente abolida e as diferenças culturais homogeneizadas, tendo o controle financeiro como ferramenta para tal fim. Conforme Carrol Quigley:

Os poderes do capitalismo financeiro tinham um objetivo de longo alcance, nada menos do que criar um sistema mundial de controle

financeiro em mãos privadas, capaz de dominar o sistema político de cada país e a economia do mundo como um todo. Este sistema deveria ser controlado de forma feudal pelos bancos centrais do mundo agindo em conjunto, por acordos secretos celebrados em reuniões e conferências frequentes.⁵³

O fenômeno globalista advém da paradoxal aliança entre corporações bilionárias e governos socialistas, uma vez que, com a centralização da economia, centralizam-se, da mesma forma, os bancos e o capital financeiro, conferindo imenso poder para aqueles que os controlam.

Já o colossal investimento feito na seara cultural por grupos e famílias que transitam entre as corporações e governos não se dá por acaso. A lapidação de gerações inteiras resultará em arranjos políticos facilitadores da manutenção de ordens dinásticas. As mudanças estruturais necessárias para tal ocorrem justamente com a instrumentalização de pequeníssimos núcleos, uma vez que, quanto menores forem, maiores serão suas ações autoafirmativas.

Um exemplo da falta de organicidade derivada da estratégia acima vem à tona com a análise da pesquisa feita pelo Instituto Williams, na Escola de Direito da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Focado em questões de orientação sexual e identidade de gênero, a pesquisa apontou em 0,78% o percentual de adultos que se identificam como transgêneros nos Estados Unidos⁵⁴; entre os adolescentes de 13 a 17 anos, o percentual seria de 0.7%.⁵⁵

...as prioridades de financiamento de um pequeno número de indivíduos extraordinariamente ricos, pessoalmente investidos na agenda LGBTQ, conduzem o ônibus ideológico.

Uma mudança cultural massiva requer quantias enormes de dinheiro. A revolução de gênero não é um levante de base - meros 3% das pessoas identificadas como LGBTQ contribuem com US\$ 35 ou mais para apoiar causas LGBTQ⁵⁶. Em vez disso, as prioridades de financiamento de um pequeno número de indivíduos extraordinariamente ricos, pessoalmente investidos na agenda LGBTQ, conduzem o ônibus ideológico.

53 QUIGLEY, Carrol. Tragedy and Hope: A History of the World in Our Time. Nova York: The Macmillan Company, 1966, p. 277-288

54 HASSON, Mary. The Trans-Industrial Complex. Disponível em: https://humanumreview.com/uploads/pdfs/The-Trans-Industrial-Complex_-_Humanum-Review.pdf/. Acesso em: 15 abr. 2021.

55 BLAD, Evie. How Many Transgender Children Are There? Disponível em: <https://www.edweek.org/leadership/how-many-transgender-children-are-there/2017/03>. Acesso em: 15 abr. 2021.

56 MAP. 2016 National LGBT Movement Report: A Financial Overview of Leading Advocacy Organizations in the LGBT Movement. Dez. 2016. Disponível em: <https://www.lgbtmap.org/file/2016-national-lgbt-movement-report.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Para se ter uma noção do valor investido, em 2016, fundações e corporações localizadas nos Estados Unidos concederam mais de US\$ 200 milhões para a promoção da ideologia de gênero e outras agendas correlatas.⁵⁷

Conclusão

Sendo uma indústria de transformação social multibilionária, a teoria de gênero usa seus simpatizantes como meros instrumentos para uma causa maior. Expor essa causa evocando os escritos de seus pensadores se mostra mais eficaz e ético do que atacar indivíduos, sejam eles explorados em suas convicções ou não. Tal como o princípio alquímico *solve et coagula* (dissolve e coagula), a aniquilação de padrões basilares produz o vácuo a ser preenchido com “papéis sociais” momentaneamente úteis contra aqueles considerados entraves para os arquitetos de uma nova ordem. Se ainda restam dúvidas, Shulamith Firestone, uma das mais combativas feministas, deixa claro os intentos finais da armadilha em torno do gênero em seu livro *A Dialética do Sexo*⁵⁸:

E assim como o objetivo final da revolução socialista não era apenas a eliminação do privilégio de classe econômica, mas da distinção de classe econômica em si, então o objetivo final da revolução feminista deve ser, ao contrário do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do privilégio masculino, mas da própria distinção sexual, a tirania da família biológica seria quebrada.

[...] Pois, a menos que a revolução destrua a organização social básica, a família biológica - o vínculo por meio do qual a psicologia do poder pode sempre ser contrabandeada - a ténia da exploração nunca será aniquilada.⁵⁹

Ao entender a ligação que há entre as doutrinas marxistas, as pautas feministas e a proposta pedagógica da teoria de gênero, pode-se afirmar que se trata de mais uma bandeira política multifacetada e que deveria ser debatida entre adultos, livremente, nas instituições de ensino superior e não nas escolas de nível básico. É salutar que tal entendimento chegue às famílias que devem ser protegidas pelo ministério que propõe este fórum e publica seus artigos.

Mesmo que não sejam conhecedores de todo esse aparato ideológico por trás

57 FUNDERS FOR LGBTQ ISSUES. 2016 Tracking Report: LGBTQ Grantmaking by U.S. Foundations. Disponível em: https://lgbtfunders.org/wp-content/uploads/2018/04/2016_Tracking_Report.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

58 FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex*. Nova York: Bantam Books, 1970.

59 FIRESTONE, 1970, p. 11-12.

de cada prática pedagógica, mesmo que sem muita profundidade na seara jurídica, os pais precisam estar cientes do básico acerca dos seus direitos. Não apenas os já mencionados acordos e declarações internacionais, mas também da legislação brasileira que protege crianças, adolescentes e seus responsáveis. Assim, podem as famílias reagirem politicamente e judicialmente.

Faz-se necessário encerrar essa análise e voltar ao direito com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O ECA é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que visa proteger integralmente a criança e o adolescente, compreendendo-os como vulneráveis, pessoas em formação e “em condição peculiar” que precisam da contribuição de todos em benefício do seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O ECA é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Segundo seu Art. 5º, *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”*. Dentre essas prerrogativas encontramos o direito de serem respeitados por seus educadores e de contestar avaliações escolares (no Art. nº 53). Mesmo quando estiverem recebendo informações necessárias para sua educação, o Art. nº 71 indica que sua condição peculiar deve ser considerada. Poucas linhas adiante, no Art. nº 73, *“toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária”*.

Fazer conhecidos tais direitos, alardear os efeitos colaterais de uma ideologização indevida das salas de aula e denunciar condutas abusivas como se tem feito neste Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes (2021) é um passo importante na luta pela proteção dos direitos humanos dos nossos mais vulneráveis brasileiros. O Ministério dos Direitos Humanos, portanto, cumpre nestes anais e evento a sua razão de ser e o propósito de suas atividades: promover os direitos mais fundamentais.

Referências Bibliográficas

AMERICAN COLLEGE OF PEDIATRICIANS. *Gender Ideology Harms Children*. **American College of Pediatricians**, jan. 2017. Disponível em: <https://www.medicinaepersona.ch/wp-content/uploads/2017/03/1.30.17b-Gender-Ideology-Harms-Children-updated.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. **Você sabe o que é ideologia de gênero?** 2ª edição. Lorena: Cléofas, 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Paris: Librairie Gallimard, 1967.

BLAD, Evie. **How Many Transgender Children Are There?** Disponível em: <https://www.edweek.org/leadership/how-many-transgender-children-are-there/2017/03>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CAHILL, Larry. **An Idea Whose Time Has Come**. *Journal of Neuroscience Research*, Volume 95, 2017.

COLAPINTO, John. **Sexo Trocado**: a história real do menino criado como menina. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia de gênero: seus perigos e alcances**. 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

DE MATOS, Bráulio Tarcísio Porto. **Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas**. Artigo apresentado em 24 de março de 2015 em exposição na Câmara Federal, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/braulio>

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex**. Nova York: Bantam Books, 1970.

FUNDERS FOR LGBTQ ISSUES. **2016 Tracking Report: LGBTQ Grantmaking by U.S. Foundations**. Disponível em: https://lgbtfunders.org/wp-content/uploads/2018/04/2016_Tracking_Report.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

GERMON, Jennifer. **Gender: a geneology of an idea**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. Nova York: Routledge, 1991.

HASSON, Mary. **The Trans-Industrial Complex**. Disponível em: https://humanum-review.com/uploads/pdfs/The-Trans-Industrial-Complex_-_Humanum-Review.pdf/. Acesso em: 15 abr. 2021.

MAP. **2016 National LGBT Movement Report: A Financial Overview of Leading Advocacy Organizations in the LGBT Movement**. Dez. 2016. Disponível em: <https://www.lgbtmap.org/file/2016-national-lgbt-movement-report.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MONEY, John; TUCKER, Patricia. **Papéis Sexuais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

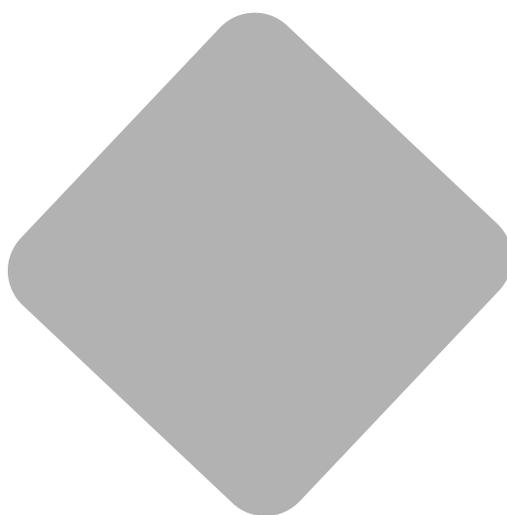
O'LEARY, Dale. **A agenda de gênero: redefinindo a igualdade**. 1997. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/padrepauloricardo-files/uploads/ou1vyvqf7edairu6m-gq7/agenda-de-genero.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

QUIGLEY, Carrol. **Tragedy and Hope: A History of the World in Our Time**. Nova York: The Macmillan Company, 1966, p. 277-288.

SAX, Leonard. **Por que gênero importa?** São Paulo: LVM Editora, 2019.

SHOOYANS, Michel. **O Evangelho Perante a Desordem Mundial**. Lisboa: Grifo, 2000.

STOLLER, Robert Jesse. *A contribution to the study of gender identity*. **The International Journal of Psychoanalysis**, n. 45, 1964.



Terceira Palestra

Palestra proferida em 27 de abril de 2021 em formato online.

A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos

Palestrante: Alexandre Magno Fernandes Moreira

Procurador do Banco Central, advogado e jurista. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá e Mestre em Direito pela Vanderbilt University. Professor de Direito Educacional na Escola Superior de Advocacia (OAB/DF) e Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi Secretário Nacional de Proteção Global, diretor jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar e membro do board da Global Homeschool Conference.

Palestra disponível em: https://youtu.be/PXW5S9ID_M4?t=12690

QR Code de acesso à palestra:



Todos falam de educação e o quanto ela é importante, mas poucas pessoas param para tentar entender o que é, realmente, educação. Para ilustrar, parte-se do exemplo extremo do contrário: do que não é educação, do que a falta completa da educação pode ocasionar a uma pessoa. Há um fenômeno chamado de crianças “fera”, que não foram educadas nem criadas de maneira alguma. Foram casos extremos de crianças largadas no meio da natureza e que foram criadas por bichos, totalmente soltas. O resultado disso é deprimente. A maioria delas não consegue falar, mesmo depois de chegar à sociedade, muitas delas não conseguem ficar numa posição ereta, não conseguem ter as mínimas noções de civilidade porque não participaram de algo fundamental que é o pertencimento à sociedade humana, muito mais no nível cultural do que no nível biológico. E esse é o princípio da educação. A educação é o desenvolvimento do ser humano dentro das suas potencialidades.

O que vai ser desenvolvido no ser humano de dentro para fora? O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. nº 73, apresenta que o ser humano se desenvolve de dentro para fora e que a criança e o adolescente têm direito ao desenvolvimento mental, emocional, social, afetivo e espiritual. Nesse cenário, o desenvolvimento integral da pessoa, tudo o que se faz em prol do desenvolvimento, é o que se chama de educação. Como alguns filósofos já disseram,

A educação consiste em dois movimentos: de dentro para fora, para possibilitar a concretização das capacidades individuais das vocações, dos dons individuais; e de fora para dentro, a transmissão da cultura para as novas gerações.

a educação é um processo de desabrochar aquilo que já existe na pessoa apenas em potência, apenas em possibilidade. Então, pela educação é possível transformar as capacidades humanas em fatos, em experiências reais. A educação ajuda as pessoas a serem tudo aquilo que elas podem ser. Mas esse é o movimento de dentro para fora.

A educação também é um movimento de fora para dentro, é um movimento de socialização. Já se brincou uma vez que todos os anos a nossa civilização é invadida por milhões de bárbaros e ela só vai sobreviver se domá-los. É um jeito engraçado para se

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo nº 3, apresenta que o ser humano se desenvolve de dentro para fora e que a criança e o adolescente têm direito ao desenvolvimento mental, emocional, social, afetivo e espiritual.

Educação e doutrinação são conceitos muito próximos na prática, porque ambas acontecem, na maior parte das vezes, por meio do ensino.

referir aos bebês, às crianças, porque pela educação transmitem-se a cultura, o acervo. O conhecimento acumulado de várias gerações é passado para as novas gerações por meio da educação. Tudo o que ensinado, tudo o que é considerado importante pelas gerações anteriores, a educação transmite às novas gerações. Ou seja, a educação, simultaneamente, consiste em dois movimentos: de dentro para fora, para possibilitar a concretização das capacidades individuais das vocações, dos dons individuais; e de

fora para dentro, a transmissão da cultura para as novas gerações. Dessa forma, pode-se dizer que a educação é algo necessariamente bom. Quando alguém educa, por definição está fazendo algo de bom para essa pessoa. Isto é, não existe uma educação má, uma educação que piore as pessoas. Se piora a pessoa, ou se não faz diferença nenhuma para o progresso ou retrocesso dessa pessoa, não é educação. Educação é aquilo que traz o desenvolvimento individual. É sempre algo positivo, algo eticamente bom. Ao educar, está obrigatoriamente realizando algo bom à pessoa.

A Constituição Federal diz que a educação tem três finalidades essenciais. A primeira, é o pleno desenvolvimento da pessoa em todos os aspectos, desde o mental até o espiritual. Mas, além disso, a educação é do interesse do Estado também. Por isso, a Constituição Federal apresenta que um dos objetivos da educação é a formação para a cidadania. Isso significa que, por meio da educação, as pessoas devem ser preparadas para participar da vida política de seu país, de seu estado, de seu município. A educação trará os conhecimentos necessários e as atitudes necessárias para essa participação política. Mas o Estado tem interesse também no desenvolvimento econômico. Por isso, o terceiro objetivo da educação é exatamente permitir o desenvolvimento econômico, permitir que a pessoa seja um agente econômico produtivo dentro da sociedade nacional. Mas, antes de qualquer coisa, a educação visa ao melhoramento da pessoa enquanto indivíduo.

Há um princípio fundamental da educação que já é reconhecido nos principais tratados internacionais de direitos humanos. É o princípio fundamental da primazia dos interesses do educando. Significa que o educando – o aluno ou estudante –, tem o interesse em se desenvolver e se envolver de uma forma autônoma para que ele, livremente, faça suas próprias escolhas. O Estado tem seus interesses na educação; partidos e ideologias têm seu interesse na educação de transmitir as suas convicções partidárias, ideológicas; os pais têm interesse na educação para transmitir sua cultura e suas crenças; mas, o mais importante de todos é o interesse da própria criança e adolescente. Esse é primordial, está acima de todos os outros: a

primazia dos interesses do educando. Neste aspecto, a educação vai servir para a autonomia e a liberdade do educando, formando adultos livres, capazes de agir de acordo com suas escolhas próprias.

Educação e doutrinação são conceitos muito próximos na prática, porque ambas acontecem, na maior parte das vezes, por meio do ensino. É por meio do ensino que se torna possível tanto educar quanto doutrinar. Enquanto uma visa a liberdade, pensamento crítico e a autonomia, a outra visa a propaganda. Tecnicamente falando, a doutrinação é uma espécie de propaganda.

Faz-se pertinente distinguir entre propaganda e publicidade. Publicidade é aquilo que se vê, rotineiramente, nos meios de comunicação, tentando convencer o consumidor a comprar determinado produto ou serviço. A propaganda é muito mais profunda; ela tem por objetivo convencer a outra pessoa a acreditar em determinadas ideias e em determinadas visões de mundo, tornando-a diferente do que é. A doutrinação não serve aos interesses do educando, serve aos interesses de determinado partido ou de determinada ideologia. Todavia, doutrinar pode ter um sentido mais leve, dependendo de quem atua na doutrinação, de quem transmite a doutrina. Mas, em qualquer situação, faz-se necessário lembrar: crianças e adolescentes são audiência cativa para professores, sobre as quais pode-se ter bastante poder.

É necessário ter discernimento para respeitar crianças e adolescentes, possibilitando que realmente tenham educação e crescimento autônomos. Sendo assim, a doutrinação vai contra os interesses de autonomia da criança e do adolescente. Na verdade, é um modo de conquista da criança e do adolescente para determinado modo de pensar e de ver a vida.

É a família que vai dar à criança algo que é fundamental para a sua formação, e isso é a identidade cultural, reconhecida por vários tratados internacionais de direitos humanos.

A educação consiste em dois movimentos: de dentro para fora, para possibilitar a concretização das capacidades individuais das vocações, dos dons individuais; e de fora para dentro, a transmissão da cultura para as novas gerações.

Em questão estão crianças e adolescentes, protegidos pela Constituição Federal, pela Convenção sobre os Direitos das Crianças e pelo Estatuto das Crianças e dos Adolescentes, o famoso ECA. Um dos direitos protegidos pelo ECA é exatamente o da integridade psíquica e moral, que é essencial para a formação do ser humano e para a felicidade humana, para a paz de espírito, para formar uma personalidade única, íntegra, congruente. Boa parte das pessoas, infelizmente, não tem essa integridade,

não tem essa inteireza; elas acabam sendo compostas por várias personalidades, por várias subpersonalidades, diga-se. Boa parte dos distúrbios psicológicos, das neuroses, das paranoias, vem dessa falta de integração do *eu*. À vista disso, quando se fala em integridade psíquica da criança, refere-se à proteção da criança contra qualquer tipo de violência psíquica ou moral, qualquer tipo de agressão.

Todos devem colaborar para a formação integral da criança, para a formação da sua personalidade, tornando-a sólida, congruente e única. Isso só é possível por conta do ambiente da criança e pelas escolhas que faz no decorrer dos anos. Como toda caminhada tem seu ponto de partida, o ponto de partida de toda criança, aliás, de todo o ser humano, é a família. É a família que vai dar à criança algo que é fundamental para a sua formação, e isso é a identidade cultural, reconhecida por vários tratados internacionais de direitos humanos. Para isso, faz-se necessário pensar em cultura.

Cultura é um conjunto de crenças, de valores, de hábitos, de produções, de artes. De certa forma, cultura é tudo aquilo que o ser humano faz, tudo aquilo que não vem da natureza. Existem várias culturas e opções culturais. Cada pessoa busca definir-se na vida por meio da adesão a determinadas formas de cultura, crenças religiosas, valores morais, hábitos, questões estéticas de etiqueta, todo um conjunto de modos de ser, de modos de se comportar na vida, de ver o mundo, de estar com os outros. Atributos que constroem a sua definição e identidade. O ser humano é definido pelas opções culturais que faz no decorrer da vida. Ao ser perguntado pelo nome e feito um pedido para que se descreva, todo ser humano vai falar exatamente, mesmo que não perceba, das culturas às quais aderiu no decorrer da sua vida – sua religião, seus hábitos, suas crenças, seus valores morais –, o que considera como importante.

No ambiente escolar as convicções morais e religiosas dos pais devem ser respeitadas pelos professores, pela escola e pelo Estado. Tal posição não é mera opinião pessoal, está no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao qual o Brasil aderiu em 1992.

Obviamente, ninguém nasce pronto e todos precisam de uma base, de um chão sólido por onde caminhar. Essa base é dada pelos pais na infância. Para que se possa escolher a cultura, a identidade cultural, antes de mais nada uma cultura tem que ser apresentada. Se a pessoa quer trilhar o próprio caminho, outro alguém deve colocar as fundações para que sejam dados os primeiros passos, os mais titubeantes, os mais difíceis. E são exatamente os pais que constroem essas fundações para os filhos. Essa identidade cultural da criança é dada pela família. Não há outra opção: a criança não tem condições emocio-

nais, tampouco psíquicas de escolher a sua própria cultura. Com o passar dos anos isso vai acontecer naturalmente. Se a criança tem o direito à identidade cultural, e essa identidade é dada em primeiro lugar pela família, é possível chegar a um outro direito: ao direito dos pais. Eles detêm esse direito de transmitir a sua cultura, as suas crenças, os seus valores, tudo aquilo que eles consideram como correto, como útil, como bom.

A Constituição Federal não apenas garante a existência do pluralismo, mas também o estimula e o protege.

Essa é a base inicial da vida de todas as pessoas. Os pais que se recusam a fazer isso cometem um verdadeiro crime contra seus filhos, privando-os dessa base cultural e psíquica. Então, se os pais têm o direito de transmitir a sua cultura, os seus valores, aquilo em que acreditam, isso significa que o Estado e toda a sociedade têm o dever de respeitar esse direito de transmissão cultural. Na prática isso significa que, no ambiente escolar, as convicções morais e religiosas dos pais devem ser respeitadas pelos professores, pela escola e pelo Estado. Tal posição não é mera opinião pessoal, está no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ao qual o Brasil aderiu em 1992. Isso significa o seguinte: a soberania sobre a transmissão de valores morais e religiosos pertence aos pais. Terceiros, necessariamente, devem respeitar as suas crenças morais e religiosas. Por consequência, se os pais estão educando os filhos segundo determinada religião, nenhuma pessoa ou estranho, um terceiro, pode chegar a essas crianças e adolescentes fazendo proselitismo de outra religião. É incontestável respeitar essa transmissão dos valores religiosos para as crianças.

As escolas também podem transmitir uma religião, mas essa atribuição concede-se a escolas confessionais particulares, cuja finalidade, por definição, é transmitir a doutrina e os valores de determinada religião para as crianças. Portanto, cabe aos pais escolherem se colocam ou não o filho em uma escola confessional.

A religião traz vários valores morais, várias concepções de certo e de errado. Mas, além da religião, cada família possui suas opiniões específicas sobre o que é certo e o que é errado, suas concepções ideológicas e políticas sobre a vida em geral. Então, o que uma família considera como correto, outra família vai considerar como errado, por fazer parte de um regime de pluralismo. Isso significa que várias concepções de mundo, de certo e de errado, são permitidas dentro da sociedade.

A Constituição Federal não apenas garante a existência do pluralismo, mas também o estimula e o protege. Há, portanto, o pluralismo de personalidades, de ideias, de concepções, de visões de mundo, de ideologias. Uma sociedade democrática é necessariamente pluralista. Não há apenas uma visão única de como

Uma das maneiras que o professor doutrinador faz de forma muito natural, é dizer que sobre determinado assunto existe unanimidade, existe um consenso. Quando na verdade, em quase tudo que o ser humano faz, não existe consenso nem unanimidade.

as coisas são ou devem ser. O pluralismo acontece principalmente dentro das famílias, porque cada família é uma unidade cultural e tem o seu modo de pensar e de agir. É justamente isso que essa família vai transmitir para os filhos.

Só há uma maneira da escola respeitar as concepções morais de todos os pais: simplesmente adotar uma posição neutra, imparcial e objetiva sobre as grandes questões controversas da nossa sociedade. Se algo é socialmente controverso, se de família a família há visões diferentes sobre determinado assunto, não é papel da escola prestigiar ou contrariar determinado ponto de vista. Isso se reporta aos mais variados assuntos, como veganismo ou aborto. A sala

de aula não é o lugar para um palanque político, seja de direita ou de esquerda, tanto que a legislação eleitoral é muito clara ao dizer: “É proibida a propaganda política partidária dentro de sala de aula”. Em época de eleições é muito comum o Ministério Público Eleitoral receber reclamações contra professores que fazem propaganda partidária dentro do ambiente escolar. Ou seja, a sala de aula pode ser um local para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, mas não pode ser o local para propaganda ou divulgação de determinada posição política.

É importante frisar que tal cenário se dá especificamente à educação básica, a menores que ainda estão formando a sua personalidade. A liberdade de ensinar é garantida pela Constituição Federal e pelos vários Tratados de Direitos Humanos. Mas há uma grande diferença entre a liberdade de ensinar e a liberdade de expressão. A liberdade de expressão significa, literalmente, falar o que se bem entender. É a liberdade total para exprimir os seus pensamentos. Será que o professor tem mesmo liberdade de expressão em sala de aula? A sua liberdade de expressão, de falar, deve corresponder à liberdade de ouvir da outra pessoa. E os alunos não têm liberdade de ouvir, pois são audiência cativa. Os alunos na sala de aula não têm opção; eles, necessariamente, ouvirão. Em outros termos, a liberdade de ensinar diz respeito ao conteúdo com que aquele professor se comprometeu e ao modo de transmitir esse conteúdo.

Não pode haver no processo educacional nenhum procedimento, nenhum ato que seja antiético; o professor em sala de aula é limitado pela sua matéria, pelo seu currículo, pelo planejamento da escola, e por obrigações éticas. Isso significa que o professor precisa necessariamente ser imparcial. É lícito tratar de assuntos controversos em sala, mas não se pode tentar influenciar os alunos a tomar uma ou

outra posição. Existem maneiras já testadas internacionalmente de estimular o pensamento crítico sem tentar influenciar os alunos. Uma das maneiras que o professor doutrinador faz de forma muito natural, é dizer que sobre determinado assunto existe unanimidade, existe um consenso. Quando na verdade, em quase tudo que o ser humano faz, não existe consenso nem unanimidade. Por essa razão, o professor deve tratar o aluno com imparcialidade e com boa fé. O professor não está autorizado a falsear a realidade, a falar de fatos que não existem, de deturpar fatos existentes. O professor exerce sua função educacional de transmitir a cultura para os alunos. Ele não pode, sob o pretexto de educar, transmitir falsidades ou meras opiniões pessoais, independentemente de posições ideológicas. Quanto mais jovem o aluno, maior é a influência do professor e mais cuidado deve ter em sua missão de educar. O professor educa não apenas transmitindo o conhecimento, mas também por meio das suas atitudes. O professor é um adulto de referência para os seus alunos e tudo o que ele faz, poderá, e no final das contas será, de alguma forma, copiado pelos alunos.

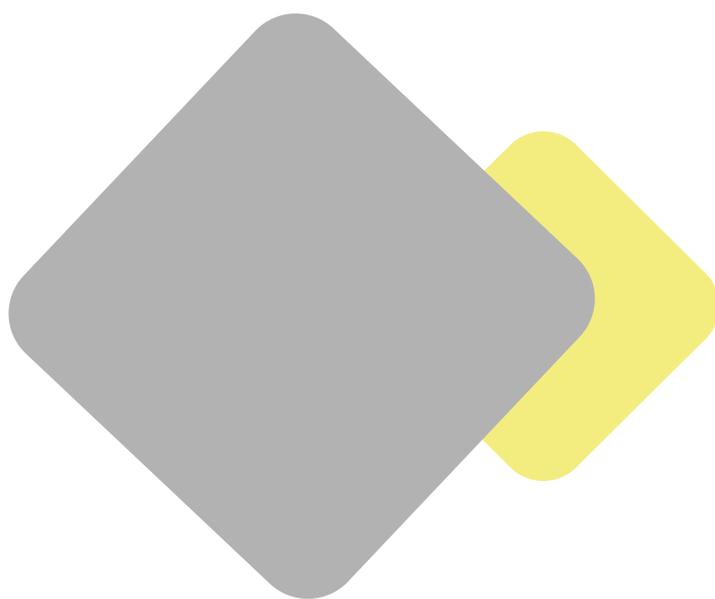
A integridade psíquica dos alunos deve ser respeitada, como também o direito dos pais de transmitir os seus conhecimentos, crenças e valores aos filhos.

A mais importante Corte Internacional de Direitos Humanos, a Corte Europeia de Direitos Humanos, já tratou do assunto em vários julgados. Já determinou o princípio da não doutrinação: os alunos têm o direito de receber todas as informações necessárias de acordo com o seu grau de maturidade, e não podem receber informações distorcidas nem propaganda política, ideológica ou religiosa. A integridade psíquica dos alunos deve ser respeitada, como também o direito dos pais de transmitir seus conhecimentos, crenças e valores aos filhos.

Hoje, todo esse debate a respeito de doutrinação se tornou extremamente passional e muito pouco objetivo. Não está em questão um conflito entre direita e esquerda, mas sim, entre pais e professores, pais e escola. A integridade psíquica da criança, principalmente nos seus primeiros anos, está em receber uma educação moral e religiosa sólida, coerente e íntegra. Só assim ela terá maturidade e capacidade para, nos anos vindouros, questionar a educação que recebeu e, se for o caso, até rejeitar essa educação.

Há uma missão muito importante para todas as escolas, professores e pais que é dividida em duas grandes etapas. A primeira etapa consiste na educação para o compromisso com uma religião, com uma visão de mundo, com valores morais. Os pais têm obrigação de fazer isso e a escola, os professores, têm obrigação de respeitar. A segunda etapa se inicia a partir do momento em que a criança tem uma identidade cultural, em que ela sente que faz parte de uma comunidade.

Principalmente nos anos de adolescência, fornecendo instrumentos de raciocínio crítico, de análise lógica das situações, de informações de cultura geral, para que o adolescente possa avaliar de modo crítico a cultura, a religião e a moral que recebeu. Só assim é possível formar adultos íntegros, sadios e felizes.



Quarta Palestra

Palestra proferida em 27 de abril de 2021 em formato online.

Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes

Autoria: Fernando César Pereira Ferreira

Ouvidor Nacional de Direitos Humanos. Bacharel em Direito pela Faculdades Integradas de Vitória e Pós-Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Corregedor Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal.

Palestra disponível em: https://youtu.be/PXW5S9ID_M4?t=15543

QR Codes de acesso à palestra:



Fotografia por Loui Kiaer em Unsplash

Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes

O presente texto é obtido com a contribuição de Vanessa Vilela Berbel, coordenadora do *Ligue 180*, uma das pessoas que auxiliou a Ouvidoria na confecção do Manual da Taxonomia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no qual consta a evolução de todos os conceitos no que se refere ao registro de denúncias no âmbito da Ouvidoria. Serão abordados, especificamente, acerca da taxonomia, as denúncias contra crianças e adolescentes.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebe, examina, encaminha e acompanha denúncias e reclamações sobre violação de direitos humanos e da família, e tem passado por processos de evolução. Ela presta informações ao cidadão sobre campanhas de combate à violência e cumpre o papel de ouvidoria do próprio ministério que trata as demandas do *e-SIC* e do *Fala.BR*, coordenando, também, o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos. Dessa forma, estruturam-se os canais *Ligue 180*, que faz o acolhimento a mulheres em situação de violência, o *Disque 100*, que realiza acolhimento de denúncias de violações de direitos humanos, de todos os demais grupos vulneráveis nos quais se enquadram a criança e o adolescente, e também nos canais digitais disponíveis desde 2020, como o *DH Brasil*.

Atualmente, são recebidos 8 milhões de registros, com 3,8 milhões de chamadas telefônicas, com 350 mil denúncias registradas, gerando 1,4 milhões de casos de violações de direitos humanos encaminhadas. Além do telefone, pode-se obter e registrar denúncias por meio do site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o www.gov.br/mdh. Nesta página é possível fazer registro de denúncia e observar a divulgação de informações, além de ter acesso a um *chat* como canal de contato aos atendentes. Uma importante novidade é que há o atendimento em Libras para as pessoas surdas. Essas mesmas ferramentas estão disponíveis no aplicativo *Direitos Humanos Brasil*, no qual pode-se fazer registro de denúncia. O *DH Brasil* pode ser baixado tanto no *Google Play* como no *Apple Store*.

A ouvidoria também desenvolveu outras ferramentas tecnológicas, como o contato via *WhatsApp* (61 99656-5008) e o *Telegram* (Direitos Humanos Brasil). Assim, passou a ter diversos canais, não só para receber denúncias de violações de direitos humanos, mas também para fazer atendimentos de forma geral. Em fase

Atualmente, são recebidos 8 milhões de registros, com 3,8 milhões de chamadas telefônicas, com 350 mil denúncias registradas, gerando 1,4 milhões de casos de violações de direitos humanos encaminhadas.

É possível realizar comparativos por mês, por municípios, por grupo vulnerável, por tipo de violação, e outros comparativos entre o primeiro e o segundo semestre.

final de implementação, e interessa muito a quem lida com a política de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, está o *DH Kids* e o *DH Teens*, em parceria com vários outros órgãos, o Unicef, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e coordenado pela Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente. Aplicativos mais lúdicos estão sendo produzidos para promover conversas com crianças e com adolescentes por meio de *chat*, de mensagerias, de vídeos, de informações em revistas e, se necessário, colher denúncias de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2020, foi lançado o painel do primeiro semestre, já com essa taxonomia. Em 2021, editou-se a segunda versão do painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Recentemente, foi possível editar e publicar o painel do segundo semestre de 2020, no qual encontram-se estatísticas sobre as denúncias e balanços anuais, painéis sobre todos os dados de violação de direitos humanos, analisados por Unidade da Federação – os Estados. É possível realizar comparativos por mês, por municípios, por grupo vulnerável, por tipo de violação, e outros comparativos entre o primeiro e o segundo semestre.

Por fim, além dessas ferramentas, desenvolveu-se o Manual da Taxonomia de Direitos Humanos, no qual constam os conceitos e explicações sobre os registros das relações direitos humanos recepcionados pela central de atendimento. Isso foi necessário, pois, só existiam duas centrais de atendimento: o Disque 100 e o Ligue 180, completamente dispersas e dissociadas, e que não se comunicavam. O Ligue 180 ficava em Brasília e o Disque 100, em Salvador. Entretanto, os formulários de denúncia eram diferentes; um modelo de atendimento era diferenciado e, infelizmente, o atendimento poderia demorar até uma hora. Atualmente, os canais foram unificados em uma única central de atendimento, em um único protocolo de atendimento. Esse único formulário proporciona o registro de atendimentos a todos os grupos vulneráveis, tanto da mulher – violência contra a mulher –, violência contra idosos e violência contra crianças e adolescentes.

A partir desse panorama, fez-se necessária a criação de uma taxonomia universal, incluindo conceitos de direitos humanos a serem inseridos nos formulários de modo a permitir que o atendente consiga preencher de forma objetiva o máximo possível de informações sobre um fato. A expectativa é possibilitar a padronização de uma denúncia de violação de direitos humanos. Dessa forma, quando uma denúncia é encaminhada e registrada, não importando quem seja o atendente que

A taxonomia é uma construção importante de catalogação, de classificação das denúncias, e que tem como objetivo alcançar uma finalidade; a otimização do serviço prestado pela Ouvidoria Nacional.

a receba, a base da denúncia é sempre a mesma; há, portanto, uma padronização. No que se refere aos tipos de violação – seja criança ou adolescente, adulto, mulher, idoso –, os registros são alocados a partir de um conceito, que é a taxonomia. Para esclarecimento desse passo importante, convidou-se a Dra. Vanessa Vilela Berbel, pois sua fala contempla mais precisamente os objetivos da taxonomia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

O conteúdo a seguir é referente à fala de Vanessa Vilela Berbel, a convite de Fernando César Pereira Ferreira, preletor do Fórum Nacional sobre Violência Institucional Contra Crianças e Adolescentes.

A taxonomia é uma construção importante de catalogação, de classificação das denúncias, e que tem como objetivo alcançar uma finalidade: a otimização do serviço prestado pela Ouvidoria Nacional. A taxonomia nada mais é do que uma forma de classificar. É o cuidado em ter um olhar sobre o fato que será classificado, que será catalogado. O objetivo da Taxonomia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é contemplar todos os bens jurídicos que são caros à dignidade da pessoa humana e entender como esses bens jurídicos podem ser afetados ou lesionados. Portanto, busca-se uma padronização dos dados em um formato acessível, numa linguagem que o cidadão consiga compreender qual agressão especificamente está sendo abordada. Também busca subsidiar e fortalecer as Políticas Públicas: alimentar os gestores de política pública de informação confiável e catalogada adequadamente. É trazer racionalidade e uniformidade nos fluxos de encaminhamento dessas denúncias. A partir dessa classificação do relato, o objetivo é facilitar o acesso e o manejo das informações a todos que as quiserem consultar.

Todos os dados da Ouvidoria estão no painel de dados, uma ferramenta que proporciona um grande ganho para a comunidade científica, para os agentes públicos, enfim, para o cidadão. Sendo assim, busca facilitar o acesso a essa informação e o seu manejo, aprimorando os fluxos de informação com os demais órgãos governamentais em diálogo com a sociedade civil. Para que fosse possível chegar até esse ponto, foram necessárias diversas modificações na Ouvidoria.

Com intuito de unificar os catálogos em relação ao ser humano, destacando as especificidades dos grupos vulneráveis, sem perder a ideia de dignidade da pessoa humana, foi pensado, primeiramente, nas classes. Quais classes de bens jurídicos atendem a esse núcleo duro da dignidade da pessoa humana, que está presente nos Tratados dos Direitos Humanos, e quais são elementares para que

um ser humano possa viver com dignidade? À vista disso, foram pontuados seis bens jurídicos: vida, integridade, liberdade, direitos sociais, direitos civis e políticos, e o meio ambiente.

A partir da identificação desses bens jurídicos, pode-se trabalhar com níveis de possíveis violações. Esse processo dá origem ao que é chamado de *espécie de violação*. Compreendendo a taxonomia da Ouvidoria a partir da classe *liberdade*, é possível entender que a liberdade é o bem jurídico macro que afeta a dignidade da pessoa humana. Essa liberdade pode desdobrar-se em conceitos, como liberdade de expressão e liberdade de ir e vir. Demais direitos individuais, a partir dos quais a liberdade enquanto direito individual e constituição histórica, muito afetam os direitos de primeira geração. Busca-se compreender como a liberdade pode ser afetada, como ela é lesionada no mundo fenomênico. Conseqüentemente, foram criadas as *espécies*.

Um exemplo de violação à liberdade individual é a condição análoga à de escravo. Incorporada a essa espécie, há ainda a possibilidade de haver outros desdobramentos como, por exemplo, submeter o trabalhador a trabalhos forçados. Para tanto, são seguidas as orientações dos órgãos que estão nessa rede de combate à violação de direitos humanos, como o Ministério Público do Trabalho. Essa classificação, essa taxonomia, também comporta uma diferenciação, uma tentativa de compreender as possíveis violações às crianças e adolescentes. Para tal, buscou-se relevar a preocupação com as categorias que atendam a essas possíveis violações, que consigam catalogá-las em relação às violações ocorridas entre crianças e adolescentes.

O recebimento de denúncias é expressivo. No segundo semestre de 2020, os canais receberam mais de 150 mil denúncias de violação de direitos humanos. Dessas, 27% referem-se a crianças e adolescentes. A Ouvidoria teve cuidado de perceber quais são as violações que mais afetam as crianças e adolescentes prevendo, dentro desse catálogo da taxonomia, as hipóteses que possam acomodá-las. As denúncias podem ser consultadas pelo painel de dados, no qual pode-se observar esse percentual significativo das violações contra crianças e adolescentes.

A partir desses bens jurídicos, já apresentados anteriormente, o processo transcorre para a catalogação das subespécies. O exemplo anterior, do que acontece com a liberdade, permite pensar também em relação à integridade. Integridade que pode desdobrar-se em *integridade física* e *integridade psíquica*. O que é integri-

Quais são as classes de bem jurídicos elementares para que um ser humano possa viver com dignidade? À vista disso, foram pontuados seis bens jurídicos: vida, integridade, liberdade, direitos sociais, direitos civis e políticos, e o meio ambiente.

Denúncias contra a integridade física são muito mais comuns, mas a Ouvidoria também recebe denúncias em relação à integridade psíquica, que engloba esse direito a um desenvolvimento sadio, à manutenção da sua saúde, das suas faculdades mentais, capacidade individual de se autorrealizar, e de ter sanidade psíquica.

dade? É não ter o corpo, a mente, a psique afetada, violada, nem o seu patrimônio, que é uma extensão da dignidade da pessoa humana. O conceito *integridade* pode ser dividido em: integridade física, integridade psíquica e integridade patrimonial.

Partindo desse catálogo, constatou-se que a integridade física é a que mais contempla denúncias na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. No total de 41.581 das denúncias no segundo semestre de 2020, foram queixas referentes a essa classe de integridade física. A integridade psíquica segue como também um importante bem jurídico que é demasiadamente violado. A integridade física é, justamente, a integridade do corpo humano, o direito de não ser violado. Dessa maneira, torna-se possível entender as espécies de possíveis violações desse corpo humano.

Outra categoria é dos *maus-tratos* e a espécie de *agressão em vias de fato*. Todo tipo de maus-tratos é entendido como um excesso nos meios de correção; é quando a criança ou adolescente é corrigido, mas com excedência. O adulto, que está sob a autoridade, guarda ou vigilância de alguém, é claro, tem o dever de corrigir, de orientar e de educar, mas não pode se exceder. É o excesso que gera o crime de maus-tratos, inclusive catalogado e tipificado no Código Penal Brasileiro. A proposta contempla, também, a *agressão em vias de fato*, caracterizada pelas ações de ofensa à integridade física. Não chega a ser a lesão corporal, mas empurrões, puxão de cabelo, jogar um copo d'água, jogar líquidos na vítima, são exemplos de *agressão em vias de fato*. Dessa forma, tentou-se absorver todos os níveis de possível agressão à integridade física, desde aquele que gera a lesão até os maus-tratos, que é o excesso de poder de correção. Contemplando, ainda, aquelas que não chegam a provocar uma lesão, mas que também são ofensivos.

Outra categoria é a integridade psíquica. Denúncias contra a integridade física são muito mais comuns, mas a Ouvidoria também recebe denúncias em relação à integridade psíquica, que engloba o direito a um desenvolvimento sadio, à manutenção da sua saúde, das suas faculdades mentais, capacidade individual de se autorrealizar, e de ter sanidade psíquica. É sabido de todos que é dever dos pais, em relação aos filhos, protegê-los e conferir-lhes a chamada subsistência afetiva; dar-lhes afeto e amor, fazer-se presente na educação, e que a negligência em relação a isso é uma violação de direitos humanos. A negligência, o não realizar, sendo,

portanto, contemplada nessa taxonomia enquanto insubsistência afetiva, algo bastante análogo ao que é conhecido por abandono afetivo. São consideradas, também, as violações que podem ser catalogadas como ameaça ou coação, ou como crimes de exposição. Quem ameaça, quem coage, busca causar um sofrimento, uma intimidação. A intimidação por si já pode ser a finalidade do agente, quando também pode-se ter uma outra espécie prevista nessa taxonomia que é o constrangimento, em que não se dá apenas a intimidação, também se quer que a vítima realize um ato, pratique um ato, um ato omissivo ou comissivo. Tais nuances estão previstas como crime no Código Penal.

...outra classe que é de extrema importância: a previsão da liberdade. Liberdade é um dos primeiros valores que foi reconhecido na humanidade como um direito fundamental, um direito humano.

Logo, ameaçar ou coagir uma criança ou adolescente também é catalogado como uma violação de direitos humanos. Não se trata tão somente de um crime, mas de uma violação de direitos humanos, cujo peso é muito maior do que as tipificações penais, que tratam da exposição – submeter alguém a uma erotização precoce, obrigar a ver ou divulgar imagens que promovam essa erotização, veiculando-as na mídia causando uma cena de erotização.

Por fim, revela-se outra classe que é de extrema importância: a *previsão da liberdade*. Liberdade é um dos primeiros valores que foi reconhecido na humanidade como um direito fundamental, um direito humano. Está, historicamente, diretamente ligada ao Estado no sentido de que este não deve interferir na liberdade, mas com a eficácia horizontal dos direitos fundamentais também se estende nas relações entre particulares. Inclui tanto a liberdade de ir e vir, de consciência, de crença, de associação quanto a de reunião. Todos esses elementos estão previstos na taxonomia de modo que é possível prever as violações que afetam essa liberdade. Dentre os desdobramentos dessa liberdade encaixa-se a questão sexual – a liberdade sexual. É algo gravíssimo quando o ser humano é utilizado como objeto de satisfação da lascívia, principalmente quando são feridos os direitos de crianças e adolescentes.

Então, foram previstos o *abuso sexual físico* e o *estupro*; aquilo que afeta diretamente o corpo da criança e do adolescente. À vista disso, todo abuso sexual físico contempla toda ação que se utiliza de adultos ou crianças e adolescentes, seja para conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso, qualquer tentativa de satisfação da lascívia a partir do corpo dessa criança e adolescente. Já o estupro, é uma situação de abuso agravada, que é de fato o uso do constrangimento, da violência, da grave ameaça para se ter conjunção carnal, ou para obrigar alguém a praticar ou permitir que com ele se pratique algum ato libidinoso.

Além disso, há a liberdade sexual psíquica: de não ter a consciência violada a partir de uma erotização precoce inadequada. O abuso sexual psíquico, embora não tenha contato físico, tem seu efeito quando afeta a integridade psíquica, o direito de não ter a erotização manejada de uma forma irresponsável. É importante lembrar da exploração sexual, que é o uso da criança e adolescente para que seja objeto de satisfação da lascívia mediante uma contraprestação pecuniária. A exploração sexual está eminentemente vinculada à obtenção de vantagens por esse agente, principalmente vantagens econômicas.

Além de relacionar todo esse catálogo, que contempla desde o Direito Penal até o Tratado de Direitos Humanos, no mundo fenomênico, a taxonomia serviu para prever os chamados *elementos circunstanciais*, que vão indicar os níveis de gravidade e motivação dos agentes.

A partir disso, a intenção é apurar essa gradação da lesividade da conduta e quais os motivos: são motivos de ódio? Foram crimes de ódio? Foi uma questão de intolerância ao gênero? Intolerância à raça? Tudo isso está previsto nesses elementos circunstanciais que podem ser identificados na violação ou não.

As principais motivações dos elementos circunstanciais que foram apuradas são em razão da idade, que naturalmente são crianças e adolescentes, em razão de conflitos de ideias – cujo tópico é perfeitamente adequado à temática do presente Fórum. São meios de motivação que levam alguém a violar um direito de uma criança e de um adolescente. Certamente, há situações que agravam essa violação. As agravantes previstas são quando coabitam vítima e agressor: quando há uma convivência familiar, uma relação afetiva, uma relação hierárquica, condutas excessivas e desnecessárias, quando se excede esse direito de educar, e com fins de humilhação. São exemplos das principais agravantes deflagradas nesses elementos circunstanciais.

...a taxonomia serviu para prever os chamados elementos circunstanciais, que vão indicar os níveis de gravidade e motivação dos agentes.

Para complementar, todas essas informações acabam delineadas no painel de dados. Ao acessar o site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, é possível ter um painel de dados tanto do primeiro como do segundo semestres. Do segundo semestre, um pouco mais moderno, é possível fazer centenas de milhares de cruzamentos, inclusive envolvendo crianças e adolescentes, no que se refere aos seus municípios e aos seus estados. Assim sendo, pode-se trabalhar esses elementos específicos da taxonomia criada pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Esse é o primeiro modelo sobre o qual foi construída a taxonomia, internamen-

te na Ouvidoria, com a contribuição da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Atualmente, o modelo encontra-se em evolução: foi contratada a Universidade Federal de Minas Gerais, que está trabalhando não só nos formulários, mas também na taxonomia e na ontologia, que são os conceitos referentes a esses termos utilizados frequentemente.

Por consequência, serão discutidos e analisados outros conceitos para serem aprimoradas as concepções idealizadas. Na verdade, é um constante progresso do que já vem sendo feito ao longo dos tempos na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; é um processo de evolução. Está em fase de execução o Protocolo de Risco da Vítima, para todos os grupos vulneráveis. Hoje está prevista para a mulher e agora os protocolos de risco voltam-se para a pessoa idosa, para a pessoa com deficiência, e para crianças e adolescentes. Ou seja, toda a denúncia de violação direitos humanos, quando recebida pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio dos canais *Disque 100* e *Ligue 180*, acompanhará de um relatório de risco que aquela vítima passa, para que uma autoridade já saiba qual é o risco de vítima que sofre aquela criança, por exemplo, durante aquela agressão que sofrera e que fora denunciada. Estabelece-se, então, uma forma de escolha, de prioridade, por parte de autoridade em ação do estado. Isso vai facilitar muito a execução das Políticas Públicas e a devolutividade da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Em conversa com os Secretários Nacionais, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário e com Organizações Civis, é que se concretizam os elementos que formam e fortalecem o alcance da Ouvidoria. Faz-se imprescindível convocar e convidar os cientistas, os estudiosos, professores, para escreverem artigos científicos utilizando esses dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do painel de dados, para que seja produzido conhecimento acerca de violações de direitos humanos. Não se conhece um painel com tal envergadura. Não há nada igual, nesse nível, no que se refere ao volume de informações que ele possui. Está, portanto, à disposição uma ferramenta extraordinária para que se façam os cruzamentos, produzindo informações e conhecimento em nível internacional.

Atualmente, o modelo encontra-se em evolução: foi contratada a Universidade Federal de Minas Gerais, que está trabalhando não só nos formulários, mas também na taxonomia e na ontologia, que são os conceitos referentes a esses termos utilizados frequentemente.

Violência Institucional na Saúde de

Crianças e Adolescentes



Photo by Jordan Whitt on Unsplash

Primeira Palestra

Palestra proferida em 28 de abril de 2021 em formato online.

A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero

Autoria: Chris Tonietto

Advogada e Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Presidente da União Brasileira de Juristas Católicos (UBRAJUC). Faz parte da Frente Parlamentar da Segurança Pública e é vice-líder do PSL na Câmara. É uma das proponentes do PL nº 246/2019, que Institui o “Programa Escola sem Partido”.

Palestra disponível em: <https://youtu.be/tNutCbeebXq8?t=580>

QR-Code de acesso à palestra:



Fotografia por Luca Charlein Garcia em Unsplash

A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero

Apresentação

Confluência entre diferentes escolas de pensamento e entre o chamado *establishment* universitário e a agenda política de grandes fundações internacionais, a “teoria de gênero” constitui, antes de tudo, uma operação de engenharia social.

Desenvolvida ao longo de décadas no trabalho de filósofos, psicólogos e cientistas sociais, ela alcança sua forma madura nos escritos da filósofa norte-americana Judith Butler, e baseia todo seu poder de convencimento em um falseamento da realidade, substituída por um discurso de forte impacto imaginativo e emocional, embora radicalmente incoerente e ilógico. Trata-se, portanto, de uma ideologia.

Sua aplicação discreta e gradual nos discursos e metas das grandes organizações internacionais, na elaboração de currículos escolares, nas políticas de saúde, nos âmbitos acadêmico e artístico, bem como em outras áreas, aliado ao grande potencial danoso da ideologia de gênero para a família brasileira, bem como para a manutenção da ordem jurídica e institucional, são motivos mais do que suficientes para empreendermos uma investigação profunda a respeito desse discurso revolucionário, para que possamos detê-lo e, na medida do possível, reverter seus efeitos nefastos.

A Natureza Humana

*Há na espécie humana a divisão em dois sexos: o homem e a mulher. Como se revela pela própria etimologia do conceito, o termo latino *sexus* procede do verbo *seccare*, isto é, cortar, seccionar, dividir.*

Para que seja compreendida toda a sua gravidade a desfiguração da natureza humana operada pela chamada “teoria de gênero”, é preciso expor uma breve descrição dos principais dados relativos à identidade do homem, tal como universalmente concebido por todos os povos, tempos, culturas e religiões, embora no Ocidente cristão se tenha alcançado uma melhor precisão no plano intelectual.

De acordo com a clássica definição de Aristóteles, o homem é um animal racional. Constitui uma espécie de ponte entre o mundo material e o espiritual, não sendo pura matéria, como os outros seres terrestres, nem puro espírito, como os anjos, possuindo, no en-

tanto, uma alma racional, capaz de conhecer as essências dos entes por meio da abstração, dito de outra forma, capaz de conhecer a verdade. Há no homem, do mesmo modo, uma união indissolúvel entre corpo e alma, composto uno e indivisível que é separado apenas com a morte. O homem também é pessoa, segundo a célebre definição de Boécio: “substância individual de natureza racional”. Sua alma é constituída de inteligência e vontade, e, nos indivíduos saudáveis, a última faculdade está submetida à primeira.

Por fim, há na espécie humana a divisão em dois sexos: o homem e a mulher. Como se revela pela própria etimologia do conceito, o termo latino *sexus* procede do verbo *seccare*, isto é, cortar, seccionar, dividir. Então, os sexos dividem a espécie humana, mas entre eles há notória complementaridade, não apenas entre os respectivos órgãos reprodutores, mas entre inclinações e funções que desempenham naturalmente na sociedade e, especialmente, na família.

Além da complementaridade e da dualidade, há também na condição sexuada humana a propriedade da fecundidade. Homem e mulher, unindo-se e tornando-se uma só carne, concebem outros seres humanos, participando da obra da Criação e multiplicando a espécie.

A família, instituída por Deus para o bem do gênero humano, é uma instituição natural e universal, constituindo a origem histórica da polis, a base de toda a sociedade e das leis. A instituição familiar é constituída por um homem, uma mulher e sua prole.

A “Teoria de Gênero”

A chamada “teoria de gênero”, que possui sua formulação mais célebre e geral no trabalho da “filósofa” pós-estruturalista Judith Butler, constitui um ponto de interseção entre a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a análise foucaultiana das relações de poder na sociedade e do chamado “micropoder”, contribuindo de forma extremamente eficaz com os projetos globalistas de engenharia social.

Sua obra principal, *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*, introduz uma reflexão a respeito do trajeto percorrido, ao longo de todo o século XX, pelo movimento feminista, lutando por direitos supostamente “naturais” da mulher, tomada em sua acepção historicamente construída. O trabalho de Butler consiste, principalmente, num esforço crítico para “superar” as determinações históricas e as relações de poder que, segundo sua visão, teriam dado origem ao conceito de “mulher”.

A “teoria de gênero” não possui qualquer autoridade científica, mas inculca gradualmente seu discurso revolucionário nas cabeças de mulheres inteiras.

Não se trata, contudo, de uma mera depuração conceitual. A autora – que foge à óbvia constatação biológica da dualidade sexual da espécie humana, considerando a ciência como carregada de ideologia – declara não haver realidade objetiva que fundamente a correspondência entre a identidade física do sexo feminino e o conceito de “mulher”: este último seria constituído pelo poder que, em seguida, exerce seu domínio sobre a categoria por ele próprio criada.

Uma vez dissolvido o conceito de “mulher”, o propósito do movimento feminista torna-se mais abrangente, não se restringindo a reivindicações tópicas tradicionalmente definidas como “Direitos da Mulher”, mas consistindo na realização prática da “crítica” frankfurtiana da sociedade capitalista e das instituições por ela criadas ou sustentadas, segundo os autores desta corrente de pensamento.

O movimento feminista passa a acolher em seu seio indivíduos biologicamente pertencentes ao sexo masculino, e cujos anseios de emancipação aproximam-nos do feminismo: gays, transexuais, travestis, etc. Surge a noção de “gênero” como realidade puramente performática, uma espécie de “personagem” produzido por gestos, fala, sentimentos, imaginação e interação com outros indivíduos, sem qualquer base objetiva.

É importante salientar, contudo, que não se quer dizer que o “gênero” é apenas a afirmação de uma fantasia pessoal: trata-se, segundo Butler, de uma realidade concreta, que não possui, contudo, raiz objetiva, natural. Submetida aos objetivos revolucionários do movimento feminista e LGBT, o “gênero” passa a funcionar como instrumento de desconstrução das categorias “homem” e “mulher”, e da instituição familiar cristã tradicional.

Uma curiosa aplicação da “teoria de gênero” que ajuda a ilustrar a completa irresponsabilidade moral desse discurso e sua incoerência mesmo em relação aos objetivos do movimento feminista é que, segundo Butler, o conceito de “homem” seria produto de uma relação de poder. Porém, o próprio domínio tirânico sobre a mulher e os maus-tratos praticados por homens em culturas diferentes do Ocidente cristão, como a islâmica, não poderiam, de acordo com esse pensamento, sofrer qualquer represália por parte do movimento feminista, por se tratar de categorias diferentemente construídas, expressões de outras relações de poder que as criaram.

Contradições no discurso de “gênero”

Toda teoria científica deve buscar não apenas corresponder à realidade de seu objeto, como, para alcançar a verdade, deve, em primeiro lugar, exibir um conjunto de proposições coerentes entre si, requisito que, se ausente, torna a tese inteiramente absurda.

No caso da ideologia de gênero, transita-se de modo incoerente entre a afirmação de uma liberdade irrestrita do ser humano para a escolha de seu “gênero” e, ao mesmo tempo, o suposto caráter natural – de forma determinista – do comportamento homossexual, que não pode ser modificado, cabendo ao pedagogo apenas a tarefa de, na criança que manifesta tais inclinações, “ajudá-la a descobrir” sua homossexualidade.

O hábito é uma espécie de segunda natureza: assim como repetir muitas vezes uma ação diminui, com o tempo nossa liberdade de agir de outro modo, o que constitui um vício, pela perversão da vontade. A contínua exposição a certas incongruências, por mais que grosseiras, suscita para nós uma aparência de normalidade, e o que é manifestamente falso adquire, por uma perversão da inteligência, ares de autoridade, impondo-se em seguida como lei. Assim ocorre com a “teoria de gênero”, que não possui qualquer autoridade científica, mas inculca gradualmente seu discurso revolucionário nas cabeças de multidões inteiras.

A Aggressive Research Intelligence Facility - ARIF, da Universidade de Birmingham, fez uma revisão médica que descobriu que não há nenhuma evidência conclusiva de que operações de “mudança de sexo” melhorem significativamente a vida dos transexuais.

Consequências

Aplicada às relações familiares, a ideologia de gênero torna-se especialmente perniciosa, levando-se em consideração a relevância desta instituição na preservação dos valores e da identidade de uma comunidade. A família é a base da sociedade e, segundo o Artigo nº 226 da Constituição Federal, deve ter “especial proteção do Estado”. A suposta existência de “novas modalidades de família”, além de não refletir uma mudança sociológica significativa na composição da família brasileira, é aplicação prática temerária de uma teoria, no mínimo, contestável.

Além de tornar os indivíduos obviamente estéreis pela “mudança de sexo”, a fragilização que se segue à disseminação de uma ideologia que os faz negar sua

própria realidade biológica torna-os escravos de seus próprios desejos, totalmente fragilizados diante da autoridade estatal e submissos aos grandes grupos econômicos.

Do mesmo modo, a livre escolha do próprio “gênero” por parte de crianças e adolescentes já gerou inúmeros casos de problemas psicológicos nos Estados Unidos e na Europa, onde a ideologia de gênero se encontra numa fase mais avançada de implantação.

As crianças submetidas a cirurgias de “mudança de sexo”, eufemismo para castração e deformação do próprio corpo, ou criadas como se pertencessem ao sexo oposto – como no famoso caso Reimer, de trágico desfecho – por vontade de seus pais enfrentam traumas para o resto da vida.

Quanto aos adultos que voluntariamente realizam esse procedimento, segundo pesquisa realizada pela Fundação Americana para a Prevenção do Suicídio e pelo Instituto Williams com 6.500 “transgêneros”, mais de 41% tentaram cometer suicídio.

A *Aggressive Research Intelligence Facility* – ARIF, da Universidade de Birmingham, fez uma revisão médica que descobriu que não há nenhuma evidência conclusiva de que operações de “mudança de sexo” melhorem significativamente a vida dos transexuais.

Diante de todo o exposto, ressalte-se, por fim, a grande irresponsabilidade de erigir como lei uma tese tão controversa, tornando-a base de currículos escolares e introduzindo-a na linguagem e na cultura.

Bibliografia sugerida:

AARDWEG, Gerard J. M. Van Den. **A batalha pela “Normalidade” sexual e homossexualidade.** 10ª edição. Aparecida: Editora Santuário, 2017.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica.** Campinas: Ecclesiae, 2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BONNEWIJN, Olivier. **Gender, quem és tu? Sobre a ideologia de gênero.** Campinas: Ecclesiae, 2015.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família.** São Paulo: Katechesis, 2011.

STURIALE, Domenico e MARTINS NETO, Felipe Nery. **Gênero. Ferramenta de desconstrução da identidade.** São Paulo: Katechesis, 2016.

Segunda Palestra

Palestra proferida em 28 de abril de 2021 em formato online.

Panorama Geral das Questões de Gênero na Infância e Adolescência Impacto na Saúde Física e Mental

Autoria: Akemi Scarlet Shiba

Médica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psiquiatra de Adultos pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Psiquiatra da Infância e Adolescência pelo HCPA. Psicoterapeuta de Orientação Analítica de Adultos - Centro de Estudos Luís Guedes (CELGUE) e Departamento de Psiquiatria UFRGS. Psicoterapeuta de Orientação Analítica da Infância e Adolescência - CELGUE e Departamento de Psiquiatria UFRGS. Psicoterapeuta EMDR de Adultos - Associação Brasileira de EMDR. Psicoterapeuta EMDR da Infância e Adolescência - Associação Brasileira de EMDR.

Palestra disponível em: <https://youtu.be/tNutCbeebXq8?t=3795>

Qr Code de acesso à palestra:



Fotografia Beewakoof Com Unsplash

A questão de gênero vem sendo “problematizada” na sociedade nas últimas décadas e se tornou mais um fator gerador de confusão, já que pode colocar em dúvida questões de gênero que antes não eram conflitantes.

A questão de gênero é um tema em destaque na atualidade, mas pouco se conhece em profundidade seus aspectos psiquiátricos, médicos e legais. O leitor terá a oportunidade de ampliar a sua visão e o entendimento deste tema tão complexo a partir do espectro científico e jurídico. Em primeiro lugar vem o questionamento do porquê um número crescente de crianças e adolescentes está sofrendo tanto com a questão de gênero? Por que não estão aceitando o corpo com que nasceram? Quais as causas para a dissociação entre seu gênero e sexo? Como podemos auxiliá-los e ampará-los nessa travessia, cuja transição do mundo infantil para o mundo adulto engloba essencialmente a construção e consolidação

da identidade. As respostas não são simples uma análise ampla dos múltiplos aspectos envolvidos que auxiliarão no melhor atendimento de cada caso com todas as suas peculiaridades.

A Importância dos Conceitos

A adolescência é um período de confusão, pois as estruturas físicas e mentais estão se reorganizando. As expansões cognitivas do neurodesenvolvimento em que algumas estruturas cerebrais estão em ritmo acelerado, enquanto outras estruturas são mais lentas, como o lobo frontal. Este último é o responsável pelo juízo crítico, análise e julgamento, tomada de decisões, controle de impulsos, etc. Muitas mudanças trazem muitos questionamentos. A questão de gênero vem sendo “problematizada” na sociedade nas últimas décadas e se tornou mais um fator gerador de confusão, já que pode colocar em dúvida questões de gênero que antes não eram conflitantes. Há registros de mais de cem tipos de gêneros no site Tumblr comprovando a fragmentação deste conceito que corrobora para a “problematização” ao invés de solucionar a confusão¹.

Além da diferenciação cromossômica, toda a estrutura física e cerebral desde o início do desenvolvimento fetal estará sob a influência dos hormônios masculinos ou femininos. As estruturas ósseas, musculares, cerebrais da mulher e do homem se desenvolverão de maneira específica para cada sexo.

¹ Site Tumblr enumera 112 gêneros 2019. <https://www.davidicke.com/article/549278/many-genders-2019>

Identidade de gênero é a consciência, o senso de si mesmo como sendo homem ou mulher. É um conceito psicológico que se consolida por volta dos três anos.

Muitos adolescentes podem ter dúvidas em relação a sua orientação sexual, que diz respeito a sua atração sexual e afetiva por determinado sexo e acabam se confundindo com os conceitos.

Qual a diferença entre sexo e gênero?

A sexualidade humana é uma característica binária biológica objetiva. O par de cromossomas “XY” e “XX” são marcadores genéticos do sexo masculino e feminino, respectivamente. Existem duas alternativas na concepção. Na fusão das células primordiais o óvulo (cromossoma X) com o espermatozoide (cromossoma X ou Y) será gerado um indivíduo do sexo feminino (XX) ou masculino (XY). Na natureza, as células primordiais de um ser humano já definem se será um homem ou uma mulher.

A diferença no design de homem e da mulher é um fato em si e tem o claro objetivo natural de reprodução e preservação da espécie. É um princípio auto evidente². As nossas características corporais, inteligência, temperamento etc., são as expressões destes marcadores genéticos.

Além da diferenciação cromossômica, toda a estrutura física e cerebral desde o início do desenvolvimento fetal estará sob a influência dos hormônios masculinos ou femininos. As estruturas ósseas, musculares, cerebrais da mulher e do homem se desenvolverão de maneira específica para cada sexo. Os cérebros dos bebês são diferenciados já no período intrauterino. Trata-se de um determinante biológico. No feto do sexo masculino, a sua própria testosterona endógena secretada pelos testículos tem esse papel. Tal evento é promovido por um gene do cromossômicas Y. Os bebês do sexo feminino, é claro, carecem de testículos e, portanto, não têm seus cérebros masculinizados pela testosterona endógena³.

Mas e o Intersexo?

Cientificamente, intersexo é a denominação de uma condição médica extremamente rara com incidência de 0,0006% na população geral segundo a Sociedade

2 Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician. https://www.acpedis.org/the-college-speaks/positionstatements/genderdysphoriain-children?fbclid=IwAR062wwkEdIO9HsR4oJeYaKX0VshLCKdDtHO50QAUeWQGxJ74Si3_BN8Ubny.

3 Masculinização do feto - Cromossoma y produz testosterona. REYES FI, Winter JS, Faiman C. Studies on human sexual development fetal gonadal and adrenal sex steroids. J Clin Endocrinol Metab 1973;37(1):74-78.

Norte Americana de Intersexo. O intersexo decorre de uma anomalia anatômica ou cromossômica em que não se pode definir unicamente se o indivíduo é do sexo masculino ou feminino. Exemplos desta condição: síndromes genéticas, anomalias anatômicas das genitálias como hermafroditismo e etc. Pessoas que se identificam como “se sentindo do sexo oposto” ou “em algum lugar no meio” não compõem um terceiro sexo. Eles permanecem homens ou mulheres biológicos. Intersexo não se trata de um terceiro sexo e sim de uma condição médica extremamente rara⁴.

Puberdade não é um distúrbio. Trata-se de uma fase normal do ciclo humano acompanhada das vicissitudes naturais inerentes às mudanças de fase.

Qual é o Conceito de Identidade de Gênero?

Identidade de gênero é a consciência, o senso de si mesmo como sendo homem ou mulher. É um conceito psicológico que se consolida por volta dos três anos. A criança percebe as diferenças anatômicas e comportamentais entre homem e mulher e os seus diferentes papéis na família e sociedade.

É um conceito derivado das diferenças biológicas entre o sexo feminino e sexo masculino. Tal conceito se origina da organização dos grupos humanos desde os primórdios em que a mulher, por ter uma gestação longa e ter que cuidar da prole e dos idosos, tinha um papel mais fixo no ambiente de moradia. Enquanto os homens pela força física e não envolvimento direto com a criação da prole, tinham a função de buscar o alimento para o grupo por meio da caça⁵.

Os papéis de gênero sofrem alterações ao longo do tempo, pois são influenciados pelos aspectos familiares, sociais, culturais e históricos de cada época.

Desenvolvimento saudável da puberdade e adolescência

Todo profissional que trabalha com a infância e adolescência deve conhecer as etapas do desenvolvimento físico e neuropsicológico normais, para então determinar o que está disfuncional ou patológico do que é normal para determinada faixa etária.

A puberdade é uma fase do ciclo vital biológico humano que ocorre por volta dos 9-10 anos e abrange um conjunto de mudanças corporais causadas pelos hor-

4 Sociedade Norte Americana de Intersexo <https://isna.org/>

5 Yuval Noah Harari - Homo Sapiens - Uma Breve História da Humanidade. <https://www.ynharari.com/book/sapiens-2/>

É importante destacar que na história natural da disforia de gênero, cerca de 80% a 95% dos jovens disfóricos de gênero chegarão ao final da adolescência com esse sentimento de angústia e incongruência superados sem necessitar de alguma intervenção.

mônios⁶. O organismo tem uma espécie de relógio determinado geneticamente que dá início às mudanças corporais rumo a maturação sexual, com a liberação em cadeia de uma série de hormônios que atuam em harmonia como uma orquestra.

Surgem os primeiros sinais dos caracteres sexuais secundários como botão mamário, pelos pubianos, mudança na distribuição da gordura corporal, etc., é muito natural um púbere ficar assustado com tais mudanças corporais, pois estavam acostumados com aquele corpo que crescia de uma maneira simétrica sem grandes alterações na sua forma. Com o aparecimento dos caracteres sexuais secundários muitos não se reconhecem e passam a se sentir desconfortáveis, desengonçados ou envergonhados. Precisam fazer o luto do corpo infantil, do corpo que conheciam tão

bem. Agora precisam lidar com um corpo que não reconhecem e que não para de se transformar. É uma espécie de novo nascimento⁷.

A criança púbere poderá apresentar momentos de negação, estados de estranheza consigo mesmo, vergonha, sentimento de perda de controle, despersonalização e retraimento. Ela alterna com momentos de satisfação com o seu novo corpo e atribuições sociais. Puberdade não é um distúrbio. Trata-se de uma fase normal do ciclo humano acompanhada das vicissitudes naturais inerentes às mudanças de fase. A adolescência, por sua vez, compreende a constante transformação corporal e cerebral e os complexos eventos psíquicos desencadeados pela ação dos hormônios sexuais que levam às mudanças físicas e à expansão das habilidades cognitivas. Essas alterações psicológicas e sociais sofrem influências do contexto social, histórico, cultural e familiar no qual o adolescente está inserido.

O fator tempo é essencial para que as mudanças e o amadurecimento psíquico ocorram naturalmente rumo a uma vida adulta e saudável. Tudo isso requer profunda reorganização intrapsíquica. Essa fase de intensas mudanças torna-se um período particularmente vulnerável é nesse período que despontam a maioria dos disfóricos de gênero (DG).

6 Eizerick C., Bassols A. "O Ciclo da Vida Humana: Uma Perspectiva Psicodinâmica". 2ª edição, 2001. https://books.google.com.br/books/about/O_Ciclo_da_Vida_Humana_Uma_Perspectiva_P.html?id=teowAAAACAAJ&redir_esc=y

7 BASSOLS, 2001.

O que é Disforia de Gênero?

Acentuada incongruência entre o seu sexo e o gênero experimentado. Deve ter duração de pelo menos seis meses:

1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que é do gênero oposto (ou algum gênero alternativo);

2. As meninas e os meninos têm forte preferências por roupas, brinquedos e atividades estereotipadas do outro sexo e forte rejeição pelas de seu próprio sexo;

3. Intenso desejo por brinquedos, jogos ou atividades estereotípicas do sexo oposto e preferência por amigos do sexo oposto;

4. Intenso desgosto com a própria anatomia sexual. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias. Desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias;

5. Forte desejo de ser e receber tratamento do outro gênero e convicção de ser do outro gênero;

6. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o sexo desejado;

7. A perturbação está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

8. O transtorno de identidade sexual está categorizado na Classificação Internacional de Doenças – CID10 –, da Organização Mundial da Saúde, sob o código F64.0. Também o mesmo transtorno é categorizado no Manual Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM V –, elaborado pela *American Psychiatric Association* e usado mundialmente pelos psiquiatras tanto no atendimento clínico quanto na pesquisa.

Resolução natural da Disforia de Gênero

É importante destacar que, na história natural da disforia de gênero, cerca de 80% a 95% dos jovens disfóricos de gênero chegarão ao final da adolescência com esse sentimento de angústia e incongruência

Um estudo de base populacional publicado em 2019 aponta para um aumento de 2.300% na incidência de casos de Disforia de Gênero na última década na Suécia.

Não há consenso no meio científico em relação à conduta de afirmação de gênero em crianças e adolescentes.

superados sem necessitar de alguma intervenção⁸.

A genética não é predominante

Há uma teoria de que a Disforia de Gênero tem causa genética, pois esses pacientes apresentam cérebros semelhantes ao gênero que desejam ter. No entanto, os estudos de neurodesenvolvimento apontam que novas experiências e comportamentos aprendidos modificam o cérebro por meio da neuroplasticidade cerebral. Novas conexões neurais são formadas a partir de novos comportamentos e informações adquiridas⁹. Estudos de gêmeos são excelentes para avaliar comportamentos complexos e verificar o que é influência ambiental e o que é genético. Diamon realizou um estudo com 110 pares de gêmeos idênticos (mesma carga genética e mesmas condições intrauterinas) em que pelo menos um dos irmãos é transgênero e verificou que o grau de discordância entre os irmãos era de 72%. A maioria desses gêmeos não concordaram no transgenerismo, o que nos remete a predominância da influência ambiental¹⁰.

Aumento acentuado mundial de novos casos de DG na última década

Um estudo de base populacional publicado em 2019 aponta para um aumento de 2.300% na incidência de casos de Disforia de Gênero na última década na Suécia¹¹. Esse país foi o primeiro a autorizar a cirurgia de mudança de sexo em 1972, sendo, portanto, um dos mais avançados nesse tema. O professor sueco Michael Landé, pesquisador da Universidade de Karolinska, fez um seguimento de 30 anos em outro estudo da população trans de 1972 a 1992 e verificou que, durante esse período, a incidência de Disforia de Gênero era extremamente rara e estável. No entanto, na última década houve uma explosão de novos casos.

Nos EUA houve um aumento de 4 a 5 vezes de crianças e adolescentes em clínicas transgêneros¹². No Brasil, não há dados epidemiológicos confiáveis, mas por meio de dados do Sistema Único de Saúde - SUS vemos aumento de seis vezes

8 Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician

9 Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician

10 Estudo de gêmeos e transexualidade. Diamond, M. "Transsexuality Among Twins: identity concordance, transition, rearing, and orientation." International Journal of Transgenderism, 14(1), 24-38.

11 Estudo de Coorte Retrospectivo de 30 anos em população trans sueca. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371%2Fjournal.pone.0016885&fbclid=IwAR3-UqCHZaihGssik7-OsXgUGbxKfeX4liVd0oNHDGQwUs224SeXggXe6nQ>

12 Epidemia psíquica. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00332925.2017.1350804?scroll=top&needAccess=true>

nas cirurgias de mudança de sexo¹³.

Novos subtipos de Disforia de Gênero

Na última década, a incidência de Disforia de Gênero vem crescendo dramaticamente. Difere de dados epidemiológicos de décadas passadas em que permaneceu estável e apresentava-se como um evento raro, e sua população era mais uniforme em suas características¹⁴.

Muitos estudos vêm demonstrando um aumento drástico na incidência de Disforia de Gênero ao redor do mundo. Pesquisadores passaram a verificar que essa população atualmente é mais heterogênea e, possivelmente, existem outros subtipos que precisam ser mais bem estudados. As diretrizes para tratar transgêneros formuladas em 2012 se basearam no antigo perfil.

Algumas das características verificadas nos estudos recentes:

Cerca de 80 a 95% de Disforia de Gênero tem resolução espontânea ao chegarem no final da adolescência sem qualquer intervenção. A história natural da Disforia de Gênero tem um desfecho favorável sem a necessidade de intervenção de qualquer tipo.

- Atualmente mais meninas do que meninos. Durante décadas esta proporção era invertida¹⁵;
- Porcentagem alta de comorbidade com Transtorno do Espectro Autista (25-35%) dos pacientes com Disforia de Gênero¹⁶;
- Aumento na incidência de jovens destransicionando, configurando casos de Disforia de Gênero falso positivo ou Disforia de Gênero transitória¹⁷;
- Disforia de Gênero de rápido aparecimento. Adolescentes que nunca demonstraram dificuldades com seu sexo passaram a se diagnosticar como transgêneros¹⁸.

13 SUS e aumento de casos de solicitação para cirurgia de transgenitalização. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/10/03/redesignacao-sexual-cresce-no-brasil-e-regras-devem-mudar.htm>

14 Aumento dramático de 2.300% na incidência de Disforia Gênero na população geral Suécia. <http://lakartidningen.se/Klinik-och-vetenskap/Kommentar/2019/10/Okningen-av-konsdysfori-hos-unga-tarvar-eftertanke/>

15 Evidências na mudança entre incidência de DG meninas e meninos [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(18\)31107-X/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(18)31107-X/fulltext) e Evidência - mudança na proporção, na atualidade maior número de meninas do que meninos. [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(18\)31107-X/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(18)31107-X/fulltext)

16 Transtorno do Espectro Autista - 35% comorbidade com DG. <https://adc.bmj.com/content/103/7/631> Alta prevalência de transtorno autista na população trans <https://psychcentral.com/news/2014/03/13/kids-with-adhd-autism-more-likely-to-have-gender-identity-issues/67048.html> Prevalência de Transtorno do Espectro Autista na população trans <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30547258>

17 Extransgêneros <https://www.piqueresproject.com/about.html> Extransgêneros em defesa dos destrancionadores. <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgender-starts-detransitioning-advocacy-group-i-felt-i-had-to-do-something> Grupos extrans denunciam abuso na suprema corte dos EUA <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgenders-tell-us-supreme-court-its-abuse-to-affirm-gender-confusion>

18 DG de rápido aparecimento. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0214157> Nova categoria? DG de rápido aparecimento. LIT-TMAN L. Rapid-onset gender dysphoria in adolescents and young adults: A study of parental reports. PLOS one. August 2018 Available at. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0202330>

Divergências no cenário científico

Até a última década as intervenções médicas para transição de gênero conhecidas como conduta de “afirmação de gênero”, eram reservadas principalmente para adultos com longa história de disforia. No entanto, na Europa Ocidental, Austrália, América do Norte e do Sul, as intervenções hormonais e cirúrgicas estão se tornando cada vez mais a primeira linha de tratamento para adolescentes e adultos jovens com disforia de gênero, incluindo aqueles com início relativamente recente¹⁹.

Não há consenso no meio científico em relação à conduta de afirmação de gênero em crianças e adolescentes. Há duas correntes conflitantes.

Corrente não invasiva: preconiza a abordagem emocional que busca as causas para essa criança ou adolescente ter dissociado seu corpo de seu gênero. Visa proteger o desenvolvimento natural físico e neuropsíquico. Indica apoio psicoterápico, psiquiátrico e familiar para que o paciente encontre a sua verdade interna e viva a sua autenticidade e não uma vida performática²⁰.

Cerca de 80-95% de Disforia de Gênero tem resolução espontânea ao chegarem no final da adolescência sem qualquer intervenção. A história natural da Disforia de Gênero tem um desfecho favorável sem a necessidade de intervenção de qualquer tipo. Estudos recentes vêm apontando para comorbidades com a Disforia de Gênero como Transtorno do Espectro Autista, Depressão, Ansiedade, Abuso sexual, Estresse pós-Traumático que também necessitam tratamento psicológico²¹. Tais medidas podem auxiliar na resolução do sentimento de incongruência de gênero e de as outras questões que também trazem sofrimento emocional.

Corrente Invasiva: preconiza tratamento da Disforia de Gênero com hormonioterapia cruzada e cirurgia de transgenitalização cuja denominação é “Conduta de Afirmação de Gênero”. Esse tratamento abrange²²:

- Avaliação com psiquiatra para confirmação diagnóstico segundo o DSM-V e CID10;
- Laudos psiquiátricos e encaminhamento para equipe multidisciplinar;
- Transição de Mudança de Sexo: se menor de idade o paciente dará o

19 SEGM <https://segm.org/>

20 Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician, Médicos questionam a transição. <https://www.genderhq.org/blog/gender-dysphoria-treatment-children-scientists-safety>. Denúncia Clínica Tavistok. <https://www.theguardian.com/society/2019/feb/23/child-transgender-service-governor-quits-chaos?>. Professor John Withehall da Universidade de Sidney clama pelo banimento da conduta de afirmação de gênero <https://www.theguardian.com/society/2020/mar/06/racp-says-withholding-treatment-for-transgender-youth-unethical-and-calls-for-national-care-plan>

21 Associação DG e Abuso sexual. ROBERTS A. Considering alternative explanations for the associations among childhood adversity, childhood abuse, and adult sexual orientation: reply to Bailey and Bailey (2013) and Rind (2013). Arch Sexual Behav 2014;43:191-196.

22 Resolução CFM 2265/19 <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>. Diretrizes para tratamento da população trans - Wpath. https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf

assentimento e os pais o consentimento;

- Atendimento pode ser pelo SUS.

Tratamento médico para transição de gênero

• **Bloqueio da Puberdade**²³: Está autorizado pelo Conselho Federal de Medicina a partir dos primeiros sinais da puberdade que ocorrem por volta dos 9-10 anos. Para esse bloqueio indicam a medicação agonista LhRh. Esse procedimento é experimental e sua realização é permitida apenas em hospitais universitários ou hospitais do SUS credenciados.

• **Hormonioterapia Cruzada**²⁴: autorizada a partir dos 16 anos. Tais hormônios são prescritos com a finalidade de mudar as características corporais;

• **Cirurgia de Transgenitalização**²⁵: é a última etapa da cadeia da conduta de afirmação de gênero. Compreende vários procedimentos cirúrgicos com o objetivo de mudança da anatomia genital.

○ **Cirurgia - Mulher para homem (M/H)**²⁶:

- Mastectomia bilateral (retirada das mamas);
- Histerectomia (retirada de útero);
- Ooforectomia (retirada de ovários);
- Vaginectomia (retirada da vagina);
- Faloplastia (construção do pênis) pode ser por: metoidioplastia (expansão do clitóris) ou por neofaloplastia (construção de um pênis a partir de algum músculo do corpo);
- Colocação de próteses de testículos.

○ **Cirurgia - Homem para mulher (H/M)**²⁷:

- Penectomia (retirada do pênis);
- Orquiectomia bilateral (retirada de testículos);
- Neovulvoplastia (construção da vulva com a pele do saco escrotal);
- Neovaginoplastia (construção da vagina com a inversão da pele do pênis ou com segmento intestinal);
- Colocação de prótese mamária.

23

24 Diretrizes para tratamento da população trans - W-PATH e Eventos cardiovasculares em trans que tomam hormônios Nota NM, Wiepjes CM, de Blok, C.J. M., Gooren LJG, Kreukels BPC, den Heijer M. Ocorrência de eventos cardiovasculares agudos em indivíduos transgêneros que recebem terapia hormonal. Circulação. 2019; 139 (11): 1461-1462. doi: 10.1161 / CIRCULATIONAHA.118.038584

25 Resolução CFM 2265/19 e Diretrizes para tratamento da população trans - Wpath

26 Resolução CFM 2265/19 e Diretrizes para tratamento da população trans - Wpath

27 Resolução CFM 2265/19 e Diretrizes para tratamento da população trans - Wpath

Bloqueio da puberdade com a medicação agonista do LHRH impede que os ovários e testículos produzam seus respectivos hormônios. Uma questão polêmica é que esta substância é a mesma usada para castrar pedófilos nos países em que é permitido. No Brasil é considerado inconstitucional, pois fere a dignidade humana.

Riscos para a saúde física e mental da conduta de afirmação de gênero

Para os defensores da conduta de afirmação de gênero, o bloqueio da puberdade é benéfico, pois alivia a disforia de gênero e dá mais tempo para o paciente explorar as suas questões de gênero. Os dados da clínica inglesa Tavistok, reconhecida no mundo todo por tratar transgêneros demonstram que essa conduta piora a disforia. Devido à parada na passagem por esta fase do ciclo, a disforia não se elabora²⁸.

Riscos de osteoporose precoce devido a interferência no desenvolvimento ósseo que se encontra programado para intensas mudanças como o estirão de crescimento e a modelagem na formação do quadril da menina que será importante na hora do parto²⁹.

Bloqueio da puberdade com a medicação agonista do LHRH impede que os ovários e testículos produzam seus respectivos hormônios. Uma questão polêmica é que esta substância é a mesma usada para castrar pedófilos nos países em que é permitido. No Brasil é considerado inconstitucional, pois fere a dignidade humana. E a dignidade humana da criança púbere?³⁰ Muitos médicos promovem a medicação dizendo que seus efeitos são reversíveis. No entanto, os estudos mostram que o bloqueio, ao ser suspenso, leva até um ano para voltar ao funcionamento hormonal normal. Não é o mesmo que dar um *pause* e depois um *play*.

Interferência no desenvolvimento do cérebro, pois este se encontra em um período de intensas mudanças maturacionais. As estruturas amadurecem em tempos diferentes, acarretando disparidades no funcionamento que só tendem a se estabilizar por volta dos 20 anos. Algumas estruturas só terminam de amadurecer por volta dos 30 anos³¹. O bloqueio da puberdade prolongado leva à esterilidade, pois o desenvolvimento das gônadas (ovários e testículos) ficam danificados per-

28 Agonista LHRH para Castração de pedófilos. <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-79/a-inconstitucionalidade-da-castracao-quimica-face-ao-principio-da-dignidade-humana/>

Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade. <https://www.thepublicdiscourse.com/2020/01/59422/>

Agonista LHRH - FDA alerta para aumento no risco de morte <https://www.fda.gov/drugs/postmarket-drug-safety-information-patients-and-providers/fda-drug-safety-communication-ongoing-safety-review-gnrh-agonists-and-possible-increased-risk>

Contra bloqueadores da puberdade. [https://www.thelancet.com/journals/landia/article/PIIS2213-8587\(17\)30099-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/landia/article/PIIS2213-8587(17)30099-2/fulltext)

29 Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade.

30 Agonista LHRH para Castração de pedófilos.

31 Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade e Desenvolvimento cerebral adolescente. http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=759&fbclid=IwAR1OLH8kYI_W0et9bQ1qzS4gcYaDTMHWNV8nExLTzVrgg6FMI0gfaQqu6z

A maioria dos membros do comitê da WPATH têm conflitos de interesse financeiros, pois são donos de clínicas e trabalham com transgêneros. Um comitê ideal deveria ter menos de 50% de profissionais que trabalham na área e os demais seriam profissionais sem conflitos de interesse.

manentemente³². Não há estudos científicos que demonstrem que essa prática é segura para crianças³³.

O índice de suicídio na população trans é três vezes maior que na população geral. Isso demonstra que realizar cirurgia de transgenitalização não é um fator protetor para suicídio como muitos profissionais alegam³⁴.

- Riscos da Hormonioterapia de Feminilização: trombose venosa, hipertensão, diabetes tipo 2, câncer de mama, doença cardiovascular, entre outros;

- Riscos da Hormonioterapia de Masculinização: Desestabilização de certos transtornos psiquiátricos, doença cardiovascular, hipertensão, diabetes tipo 2, hiperlipidemia, câncer de mama, câncer de ovário, lesão hepática;

- Riscos da Cirurgia de Transgenitalização: arrependimento, riscos inerentes a todas as cirurgias (infecção hospitalar, morte, complicações), necrose do neopênis, necrose da neovagina, fístula bexiga para neovagina, fístula intestino para neovagina, fístula de uretra, estreitamento da uretra, dependência de hormônios para o resto da vida, sintomas agudos de menopausa e andropausa³⁵, entre outros.

WPATH - Diretrizes médicas seguidas mundialmente para tratar transgêneros com a conduta de afirmação de gênero

A World Professional Association Health Transgender - WPATH elaborou um *guideline* com Padrões de Cuidado para a saúde do transexual, transgênero e pessoas não-conformes de gênero. No entanto, essas diretrizes médicas têm uma série de problemas que tornam o *guideline* não confiável no meio científico. Nos EUA a instituição ECRI TRUST avalia as novas práticas e tecnologias médicas que

32 Diretrizes para tratamento da população trans - W-PATH.

https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf

33 Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade. Contra bloqueadores da puberdade.

34 Estudo de Coorte Retrospectivo de 30 anos em população trans sueca.

<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371%2Fjournal.pone.0016885&fbclid=IwAR3-UqCHZaihGssiK7-OsXgUGbxKfeX4liVdOoNHDGQwUs224SeXggXe6nQ>
Índice de Suicídio três vezes mais na população trans. <https://ftimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/250747967/tragedia-silenciosa-pesquisa-revela-a-epidemia-de-suicidios-entre-transgeneros>

35 Sintomas de menopausa pós cirurgia de transgenitalização por retirada dos ovários. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6436763/?fbclid=IwAR376vOTI2u27BvCo8PuCDDX49dWO8_XG9NKOKw90eiKYFABBFfEU_FgUk

Os pacientes relatam que muitos desses profissionais oferecem cirurgias gratuitas ou de baixo custo sem terem horas suficientes de treinamento, fazendo suas experiências práticas no próprio paciente.

surgem e as classifica se são seguras e eficazes³⁶. A ECRI atende mais de 5.000 instituições e sistemas de saúde em todo o mundo- incluindo quatro em cada cinco hospitais dos EUA. A WPATH não recebeu o selo da ECRI TRUST pois seu *guideline* não preencheu vários critérios para atingir o *scorecard* de *guideline* confiável. Abaixo alguns critérios que não foram preenchidos:

1. A 7ª versão da diretriz foi publicada em 2012 e há 9 anos não tem uma atualização. Todos os *guidelines* que passam de 5 anos sem atualização perdem força científica;

2. A maioria dos membros do comitê da WPATH têm conflitos de interesse financeiros, pois são donos de clínicas e trabalham com transgêneros. Um comitê ideal deveria ter menos de 50% de profissionais que trabalham na área e os demais seriam profissionais sem conflitos de interesse;

3. A diretriz não foi endossada por outro órgão de saúde. Um *guideline* confiável deve ser endossado por alguma entidade de saúde;

4. Há muitos conflitos de interesse intelectual dos membros do comitê que publicaram seus próprios artigos nas diretrizes e tendem a escolher artigos que positivam a conduta de afirmação de gênero;

5. Outros conflitos de interesse intelectual foram identificados nos membros do comitê da WPATH. Muitos são editores de revistas sobre trans e a tendência é de aceitarem artigos que sejam favoráveis ao tratamento de afirmação de gênero e descartarem os que apresentam resultados negativos;

6. Doador anônimo. Não se sabe qual o valor doado nem o grau de conflito de interesse o que compromete significativamente o conteúdo.

Denúncia de condutas antiéticas dos cirurgiões da WPATH

Os resultados desastrosos não tardaram a aparecer. Em 2018 pacientes cirúrgicos da transgenitalização fizeram uma carta aberta denunciando as condutas

36 Guideline da National Academy of Medicine de como avaliar guidelines confiáveis. <http://nationalacademies.org/hmd/Reports/2011/Clinical-Practice-Guidelines-We-Can-Trust.aspx>.

ECRI Instituição que analisa guideline dos classifica em confiáveis ou não. GUIDELINE TRUST <https://www.ecri.org/solutions/ecri-guidelines-trust>

antiéticas dos cirurgiões da WPATH. Os pacientes relatam que muitos desses profissionais oferecem cirurgias gratuitas ou de baixo custo sem terem horas suficientes de treinamento, fazendo suas experiências práticas no próprio paciente. Há relatos de resultados horríveis, abandono do paciente, publicação de casos sem consentimento. Eles também denunciam a falta de fiscalização e supervisão desses profissionais por parte da WPATH³⁷.

... o alerta de muitos profissionais, a Disforia de Gênero pode ser transitória e a conduta de afirmação de gênero na infância e adolescência é contraindicada.

Novas leis nos EUA contra a conduta de Afirmação de Gênero

Nos EUA, vários estados como Alabama, Dakota do Sul, Carolina do Sul, criaram leis que proíbem o profissional de saúde de ministrar tratamento hormonal e ou realizar procedimento de transição de gênero em menores de 18 anos. O embasamento é a falta de fundamentos científicos. A punição para quem infringir a lei é a revogação da licença médica e detenção de até 15 anos.

A WPATH lançou uma carta aberta protestando contra essas novas leis, alegando que suas diretrizes têm embasamento científico³⁸. Existem estudos que mostram que a maioria dos pacientes que entram na conduta de afirmação de gênero vai até o fim, que é a cirurgia de transgenitalização. E outros estudos que mostram que a maioria dos pacientes que mantêm uma conduta de observação ativa cerca de 85-95% dos Disfóricos de Gênero chegam ao final da adolescência de bem com seu gênero. A conduta conservadora é logicamente a mais indicada e não há pressa e precipitação em iniciar o tratamento de afirmação de gênero³⁹.

Destransicionadores – a minoria das minorias

A sociedade precisa dar visibilidade à minoria das minorias. Muitos jovens que

³⁷ Denúncia dos pacientes cirúrgicos da WPATH. <https://wpathopenletter.wordpress.com/>

³⁸ Manifesto da WPATH em oposição as novas leis proibindo tratamento de afirmação de gênero em menores de 18 anos. <https://www.wpath.org/media/cms/Documents/Public%20Policies/2020/FINAL%20Joint%20Statement%20Opposing%20Anti%20Trans%20Legislation%20Jan%202028%202020.pdf?t=1580243903>

³⁹ Senado do Alabama nos EUA - Proíbe o uso hormônios para transição de gênero em menores de 19 anos. <https://noticias.r7.com/internacional/senado-do-alabama-proibe-remedios-para-mudar-genero-de-menores-05032021>

Estado do Arkansas EUA - Proíbe a Mudança de sexo em crianças. <https://noticias.r7.com/internacional/arkansas-aprova-lei-que-proibe-mudanca-de-sexo-em-criancas-31032021>

Dakota do Sul EUA e Flórida - Propõem legislação que proíbe procedimentos de “mudança de sexo” em crianças. <https://conexaopolitica.com.br/mundo/eua/parlamentares-da-florida-consideram-proibir-cirurgias-de-mudanca-de-sexo-para-criancas/>

Existe um sério problema ético em permitir que procedimentos potencialmente prejudiciais e irreversíveis sejam executados em indivíduos em desenvolvimento como as crianças púberes e os adolescentes.

viveram durante muitos anos como homem ou mulher trans estão agora destransicionando. Um fenômeno silencioso pouco divulgado, mas que revela o drama desses indivíduos. Mesmo passando por tratamentos hormonais e cirurgias (irreversíveis) descobrem que tais mudanças externas não contemplaram seus anseios emocionais, conflitos ou elaboraram seus traumas. Por isso o alerta de muitos profissionais, a Disforia de Gênero pode ser transitória e a conduta de afirmação de gênero na infância e adolescência é contraindicada.

No Reino Unido uma jovem que rejeitou sua antiga identidade transgênero como homem, lançou um grupo chamado “The Detransition Advocacy Network”, a fim de prestar apoio a centenas de jovens que se arrependeram da transição de gênero. G. Evans, 28 anos, que destransicionou depois de se identificar como homem por 10 anos, disse que ficou impressionada com o grande número de pessoas que a procuraram depois que ela publicou sua história no ano passado⁴⁰.

No caso Keira Bell, a jovem processou a clínica Tavistok que realizou a sua transição de gênero aos 16 anos após 3 entrevistas. Em sua decisão, Dame Victoria Sharp, presidente da divisão de bancada da Rainha, Lord Justice Lewis e Sra. Justice Lieven, determinou que é improvável que crianças menores de 16 anos que estavam considerando a mudança de gênero fossem maduras o suficiente para dar consentimento informado para a puberdade prescrita - drogas bloqueadoras. Além disso, os juízes decidiram que, mesmo em casos envolvendo adolescentes com menos de 18 anos, os médicos podem precisar consultar os tribunais para autorização de intervenção médica. Eles acrescentaram: “É duvidoso que uma criança de 14 ou 15 anos possa entender e pesar os riscos e consequências a longo prazo da administração de bloqueadores da puberdade”. Na época da decisão, um porta-voz do NHS disse que o Tavistock suspendeu imediatamente novos encaminhamentos para bloqueadores da puberdade e hormônios do sexo cruzado para menores de 16 anos, o que doravante só seria permitido quando especificamente autorizado por um tribunal⁴¹. Robert Diego que participou de inúmeras entrevistas para a mí-

40 Ex-transsexuais dizem à Suprema Corte dos EUA: é “abuso” a afirmação de gênero. <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgenders-tell-us-supreme-court-its-abuse-to-affirm-gender-confusion>.

Grupo criado por ex-transgêneros. <https://www.google.com.br/amp/s/www.lifesitenews.com/mobile/news/ex-transgender-starts-detransitioning-advocacy-group-i-felt-i-had-to-do-something>

41 O Caso de Keira Bell – Ex- Transgênero que Processou a Clínica Tavistok. <http://nocorpocerto.com/carta-aberta-a-keira-bell-a-jovem-que-processou-e-venceu-o-ambulatorio-de-identidade-de-genero-que-comecou-a-hormoniza-la-aos-16-anos/>

Decisão Judicial condenando Clínica Tavistok por realização transição de Gênero aos 16 anos- Caso Keira Bell. <https://www.theguardian.com/world/2021/jan/19/high-court-grants-leave-to-appeal-to-uk-gender-identity-service>

Documento da Decisão Judicial - Caso Keira Bell <https://www.judiciary.uk/judgments/r-on-the-application-of-quincy-bell-and-a-v-tavistock-and-portman-nhs-trust->

dia também apresentou Disforia de Gênero transitória. Viveu muitos anos como mulher trans e explica como a transição de gênero não preencheu suas questões de identidade como um todo⁴².

Questões bioéticas e legais

Existe um sério problema ético em permitir que procedimentos potencialmente prejudiciais e irreversíveis sejam executados em indivíduos em desenvolvimento como as crianças púberes e os adolescentes. A Lei Federal permite esterilização voluntária a partir dos 25 anos e com dois filhos vivos. Só pode ser realizada pela técnica de laqueadura tubaria e vasectomia. É vedado a retirada de útero e ovários e não há legislação para retirada de testículos⁴³.

Como são indivíduos em formação, não estão maduros suficientes para dar um assentimento válido (os pais dão o consentimento). O grande questionamento é a falta de maturidade cognitiva ou capacidade experiencial para entender a magnitude de tais decisões, além do pleno curso da busca de sua identidade que ainda não está consolidada.

Alguns procedimentos são autorizados pelo Conselho Federal de Medicina de maneira experimental como o bloqueio da puberdade e a cirurgia de neofaloplastia (novo pênis feito com uma musculatura do corpo). O Tratado Internacional de Helsinki normatiza as regras para pesquisas em seres humanos e reforça o especial cuidado com a população vulnerável, neste caso as crianças e os adolescentes⁴⁴. Observa-se que, mesmo que o adolescente tenha mais de 18 anos, suas estruturas neuropsíquicas seguem em maturação e ainda são considerados adolescentes.

Classificação diagnósticas – DSM-V e CID10 – futuros conflitos com CID11

O diagnóstico de Transexualidade deixará de ser transtorno mental pela nova Classificação Internacional de Doenças (CID11) em 2022. Passará do capítulo de doenças para integrar ao de “saúde sexual” e a nova nomenclatura será Incongruência

and-others/

42 Depoimento - Robert Diego sobre o que o levou a destransicionar. <https://youtu.be/x1HB6rok5mw>.

43 Lei do Planejamento familiar que versa sobre esterilização só permitida a partir dos 25 anos ou com dois filhos vivos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm

44 Tratado Internacional de Helsinki. <https://www.wma.net/es/policias-post/declaracion-de-helsinki-de-la-amm-principios-eticos-para-las-investigaciones-medicas-en-seres-humanos/>

de Gênero⁴⁵. Avistam-se problemas, pois haverá colisão com o Manual Diagnóstico dos Transtornos Mentais (DSM-V), em que a disforia de gênero seguirá como um transtorno mental.

Outro futuro problema é a Disforia de Gênero, passando a ser Incongruência de Gênero, não será considerado uma patologia. Mas, como ficarão os atendimentos e procedimentos cirúrgicos que ocorrem via SUS? Será uma situação conflitante, pois mesmo deixando de ser doença o paciente precisará consultar regularmente o médico, tomar hormônios para o resto de suas vidas, fazer exames, realizar cirurgia e revisões.

Ideação suicida - Emergência Psiquiátrica

“Você quer um filho vivo ou um filho morto?” Muitos pais escutam essa frase, que representa a alegação de que, devido ao risco de suicídio, a conduta médica para transição de gênero é indicada. Todo risco de suicídio é uma emergência psiquiátrica que deve ser tratada até que o paciente estabilize e, em segundo momento, tratar os estressores que levaram o paciente a considerar o suicídio. Vários estudos apontam que a ideação suicida que em pacientes com Disforia de Gênero foi em média 46,55% e as tentativas de suicídio em média 27,19%⁴⁶.

Um estudo tinha reportado melhora nas questões de saúde mental após o paciente fazer a transição completa de gênero. No entanto após ser revisado por pares, precisou se retratar pois os resultados encontrados não apresentavam significância estatística. Portanto, não poderiam ter feito tal afirmação que houve melhora no quadro de saúde mental⁴⁷.

O suicídio é um problema de saúde pública mundial. Desde 2014, a Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP, em parceria com o Conselho Federal de Medicina - CFM, organiza nacionalmente o Setembro Amarelo. O dia 10 deste mês é, oficialmente, o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, mas a campanha acontece durante todo o ano. São registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil e mais de 1 milhão no mundo. Trata-se de uma triste realidade, que registra cada vez mais casos, principalmente entre os jovens. Cerca de 96,8% dos casos de suicídio estavam relacionados a transtornos mentais.

Há muito preconceito com a doença mental. A mente também adoece, não somente o corpo. Existem muitas doenças mentais e, para cada uma, existe um tra-

45 Movimento para a Despatologização da DG. <https://pt.scribd.com/document/308227649/A-Despatologizacao-Da-Disforia-de-Genero-CID11-ao-entrar-em-vigor-como-sera-o-tratamento-da-DG-pelo-SUS?https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-016-0864-6>

46 Estudo que apontou erroneamente melhora na saúde mental do DG após realizar cirurgia de transgenitalização <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2019.19010080>

47 Errata do estudo acima admitindo que as conclusões não estavam corretas <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2020.1778correction>

As questões do porquê essa criança e adolescente chegaram ao ponto de desejar extirpar uma parte de seu corpo não são tratadas.

tamento adequado, seja para depressão, transtornos ansiosos, alimentares, dependência química, dentre outras que também podem se apresentar como comorbidades. Importante ressaltar que há tratamentos eficazes⁴⁸.

Proteção da infância e adolescência

Devido à explosão de novos casos de disforia de gênero na infância e adolescência, juntamente com as mudanças nas características desta população, vários profissionais de diferentes países⁴⁹ vêm alertando para o risco de procedimentos intervencionistas em pacientes com Disforia de Gênero transitória, imaturos, sem o pleno desenvolvimento de identidade. O sofrimento psíquico tratado com hormônios e cirurgias de maneira alguma alcança os aspectos mais profundos da mente humana e as múltiplas causas que geraram o desejo de mudar de sexo. As questões do porquê essa criança e adolescente chegaram ao ponto de desejar extirpar uma parte de seu corpo não são tratadas.

A saga do adolescente é a busca e a aceitação do seu verdadeiro eu. O caminho é o autoconhecimento que seguirá pelo resto da vida. A verdadeira identidade é experimentada como uma verdade interna. Muitas vezes o aprendizado que vem das experiências e acontecimentos é doloroso. Mas toda experiência propicia autoconhecimento e fortalecimento de sua verdadeira identidade. É isso que forja novas estruturas psíquicas e fortalece o indivíduo para enfrentar os novos desafios que obrigatoriamente a vida lhes apresentará.

A cura da dor psíquica vem de dentro para fora e é um processo que envolve exclusivamente a complexa rede de emoções e os pensamentos acerca de seu mundo interno e externo. Mudar a estética dos genitais e adotar um novo visual de modo algum trará resolução para os vazios e conflitos existenciais. É o nosso dever proteger a integridade física e mental da criança e do adolescente para que o seu desenvolvimento ocorra da maneira segura e saudável possível⁵⁰.

48 Setembro Amarelo – Campanha da Associação Brasileira (ABP) para Prevenção do suicídio – Um problema mundial de saúde pública <https://www.setembroamarelo.com/>

49 Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician.

Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade

Denúncia Clínica Tavistok.

Professor John Withehall da Universidade de Sidney clama pelo banimento da conduta de afirmação de gênero

50 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Referências Bibliográficas

Agonista LHRH - Endocrinologista alerta para o uso em crianças para bloquear a puberdade.

<https://www.thepublicdiscourse.com/2020/01/59422/>

Agonista LHRH - FDA alerta para aumento no risco de morte. <https://www.fda.gov/drugs/postmarket-drug-safety-information-patients-and-providers/fda-drug-safety-communication-ongoing-safety-review-gnrh-agonists-and-possible-increased-risk>

Agonista LHRH para Castração de pedófilos. <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-79/a-inconstitucionalidade-da-castracao-quimica-face-ao-principio-da-dignidade-humana/>

Alta prevalência de transtorno autista na população trans. <https://psychcentral.com/news/2014/03/13/kids-with-adhd-autism-more-likely-to-have-gender-identity-issues/67048.html>

Amar o seu corpo - depoimento. <https://4thwavenow.com/2017/11/07/a-teen-de-sister-tells-her-story/>

Associação DG e Abuso sexual. ROBERTS A. Considering alternative explanations for the associations among childhood adversity, childhood abuse, and adult sexual orientation: reply to Bailey and Bailey (2013) and Rind (2013). Arch Sexual Behav 2014;43:191-196.

Aumento de casos em meninas: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/092623X.2018.1437580?journalCode=usmt20>

SEGM: <https://segm.org/>

Aumento dramático de 2.300% na incidência de Disforia Gênero na população geral Suécia. <http://lakartidningen.se/Klinik-och-vetenskap/Kommentar/2019/10/Okningen-av-konsdysfori-hos-unga-tarvar-eftertanke/>

Classificação Internacional de Doenças - CID 11. <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>

CID11 ao entrar em vigor como será o tratamento da DG pelo SUS? <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-016-0864-6>

CID 11 Vigorará em 2022. <https://abmlpm.org.br/em-1o-de-janeiro-de-2022-entrara-em-vigor-a-nova-classificacao-internacional-das-doencas-cid-11/> ID 11 Vigorará em 2022

Contra bloqueadores da puberdade. [https://www.thelancet.com/journals/landia/article/PIIS2213-8587\(17\)30099-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/landia/article/PIIS2213-8587(17)30099-2/fulltext)

Dakota do Sul EUA e Flórida - Propõem legislação que proíbe procedimentos de “mudança de sexo” em crianças. <https://conexaopolitica.com.br/mundo/eua/parlamentares-da-florida-consideram-proibir-cirurgias-de-mudanca-de-sexo-para-criancas/>

Denúncia Clínica Tavistok. <https://www.theguardian.com/society/2019/feb/23/child-transgender-service-governor-quits-chaos?>

Decisão Judicial condenando Clínica Tavistok por realização transição de Gênero aos 16 anos- Caso Keira Bell. <https://www.theguardian.com/world/2021/jan/19/high-court-grants-leave-to-appeal-to-uk-gender-identity-service>

Denuncia dos pacientes cirúrgicos da WPATH. <https://wpathopenletter.wordpress.com/>

Depoimento - Robert Diego sobre o que o levou a destransicionar. <https://youtu.be/x1HB6rok5mw>

Desenvolvimento cerebral adolescente. http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=759&fbclid=IwAR1OLH8kYI_W0et9bQ1qzS4gcYaDTMHWNV-8nExLTzVrgg6FMIOgfaQqu6zc

DG de rápido aparecimento. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0214157>

Diretrizes para tratamento da população trans - Wpath. https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf

Disforia de Gênero em Crianças - American College of Pediatrician. https://www.acped.org/the-college-speaks/position-statements/gender=-dysphoria-in-children?fbclid=IwAR062wwkEdlO9HsR4oJeYaKX0VshLCKDtHO50QAUeWQGxJ74Si3_BN8UbnY

Documento da Decisão Judicial - Caso Keira Bell. <https://www.judiciary.uk/judgments/r-on-the-application-of-quincy-bell-and-a-v-tavistock-and-portman-nhs-trust-and-others/>

ECRI Instituição que analisa guideline dos classifica em confiáveis ou não. GUIDELINE TRUST. <https://www.ecri.org/solutions/ecri-guidelines-trust>

EIZERICK C., Bassols A. “O Ciclo da Vida Humana: Uma Perspectiva Psicodinâmica”. 2ª edição, 2001. https://books.google.com.br/books/about/O_Ciclo_da_Vida_Humana_Uma_Perspectiva_P.html?id=teowAAAACAAJ&redir_esc=y

Epidemia psíquica. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00332925.2017.1350804?scroll=top&needAccess=true>

Errata do estudo acima admitindo que as conclusões não estavam corretas. <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2020.1778correction>

Estado do Arkansas EUA – Proíbe a Mudança de sexo em crianças. <https://noticias.r7.com/internacional/arkansas-aprova-lei-que-proibe-mudanca-de-sexo-em-criancas-31032021>

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Estudo de Coorte Retrospectivo de 30 anos em população trans sueca. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371%2Fjournal.pone.0016885&fbclid=IwAR3-UqCHZaihGssiK7-OsXgUGbxKfeX4liVd0oNHDGQwUs224SeXggXe6nQ>

Estudo de gêmeos e transexualidade. Diamond, M. “Transsexuality Among Twins: identity concordance, transition, rearing, and orientation.” *International Journal of Transgenderism*, 14(1), 24–38.

Estudo que apontou erroneamente melhora na saúde mental do DG após realizar cirurgia de transgenitalização. <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2019.19010080>

Eventos cardiovasculares em trans q tomam hormônios. Nota NM, Wiepjes CM, de Blok, C.J. M., Gooren LJG, Kreukels BPC, den Heijer M. Ocorrência de eventos cardiovasculares agudos em indivíduos transgêneros que recebem terapia hormonal. *Circulação*. 2019; 139 (11): 1461-1462. doi: 10.1161 / CIRCULATIONAHA.118.038584

Evidências na mudança entre incidência de DG meninas e meninos. [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(18\)31107-X/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(18)31107-X/fulltext)

Evidência - mudança na proporção, na atualidade maior número de meninas do que meninos. [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(18\)31107-X/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(18)31107-X/fulltext)

Ex-transexuais dizem à Suprema Corte dos EUA: é “abuso” a afirmação de gênero. <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgenders-tell-us-supreme-court-its-abuse-to-affirm-gender-confusion>

Extransgêneros <https://www.piqueresproject.com/about.html>

Extransgêneros em defesa dos destrancionadores. <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgender-starts-detransitioning-advocacy-group-i-felt-i-had-to-do-something>

Grupo criado por ex-transgêneros. <https://www.google.com.br/amp/s/www.lifesi->

tenews.com/mobile/news/ex-transgender-starts-detransitioning-advocacy-group-i-felt-i-had-to-do-something

Grupos extrans denunciam abuso na suprema corte dos EUA. <https://www.lifesitenews.com/news/ex-transgenders-tell-us-supreme-court-its-abuse-to-affirm-gender-confusion>

Guideline da National Academy of Medicine de como avaliar guidelines confiáveis. <http://nationalacademies.org/hmd/Reports/2011/Clinical-Practice-Guidelines-We-Can-Trust.aspx>

Índice de Suicídio três vezes mais na população trans. <https://ftimaburegio.jusbrasil.com.br/noticias/250747967/tragedia-silenciosa-pesquisa-revela-a-epidemia-de-suicidios-entre-transgeneros>

KAPLAS & SADOCK. “Compêndio de Psiquiatria” 11 Edição, 2017.

Lei do Planejamento familiar que versa sobre esterilização só permitida a partir dos 25 anos ou com dois filhos vivos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm

Manifesto da WPATH em oposição as novas leis proibindo tratamento de afirmação de gênero em menores de 18 anos. encurtador.com.br/esA89

Manual Diagnóstico Estatístico dos Transtornos Mentais – DSMV. encurtador.com.br/chtFQ

Masculinização do feto - Cromossoma Y produz testosterona

Maturação cerebral bloqueio da puberdade. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fnhum.2017.00528/full>

Médicos questionam a transição. <https://www.genderhq.org/blog/gender-dysphoria-treatment-children-scientists-safety>

Movimento para a Despatologização da DG.

<https://pt.scribd.com/document/308227649/A-Despatologizacao-Da-Disforia-de-Genero>

Nova categoria? DG de rápido aparecimento. LITTMAN L. Rapid-onset gender dysphoria in adolescents and young adults: A study of parental reports. PLOS one. August 2018 Available at <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0202330>

O Caso de Keira Bell – Ex-Transexual que Processou a Clínica Tavistock. <http://nocorpecerto.com/carta-aberta-a-keira-bell-a-jovem-que-processou-e-venceu-o->

-ambulatorio-de-identidade-de-genero-que-comecou-a-hormoniza-la-aos-16-anos/

Prevalência de Transtorno do Espectro Autista na população trans II. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30547258>

Professor John Withehall da Universidade de Sidney clama pelo banimento da conduta de afirmação de gênero. <https://www.theguardian.com/society/2020/mar/06/racp-says-withholding-treatment-for-transgender-youth-unethical-and-calls-for-national-care-plan>

Resolução CFM 2265/19. <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>

REYES FI, Winter JS, Faiman C. Studies on human sexual development fetal gonadal and adrenal sex steroids. *J Clin Endocrinol Metab* 1973;37(1):74-78.

Setembro Amarelo - Campanha da Associação Brasileira (ABP) para Prevenção do suicídio - Um problema mundial de saúde pública. <https://www.setembroamarelo.com/>

Sintomas de menopausa pós cirurgia de transgenitalização por retirada dos ovários. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6436763/?fbclid=IwAR3-76v-OTI2u27BvCo8PuCDDX49dWO8_XG9NKOKw90eiKYFAbBFFeU_FgUk

Senado do Alabama nos EUA - Proíbe o uso hormônios para transição de gênero em menores de 19 anos. <https://noticias.r7.com/internacional/senado-do-alabama-proibe-remedios-para-mudar-genero-de-menores-05032021>

Site Tumblr enumera 112 gêneros 2019. <https://www.davidicke.com/article/549278/many-genders-2019>

Sociedade Norte Americana de Intersexo <https://isna.org/>

SUS e aumento de casos de solicitação para cirurgia de transgenitalização. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/10/03/redesignacao-sexual-cresce-no-brasil-e-regras-devem-mudar.htm>

Transtorno do Espectro Autista - 35% comorbidade com DG. <https://adc.bmj.com/content/103/7/631>

Tratado Internacional de Helsinki. <https://www.wma.net/es/policies-post/declaracion-de-helsinki-de-la-amm-principios-eticos-para-las-investigaciones-medicas-en-seres-humanos/>

Yuval Noah Harari -Homo Sapiens - Uma Breve História da Humanidade. <https://www.ynharari.com/book/sapiens-2/>

Terceira Palestra

Palestra proferida em 28 de abril de 2021 em formato online.

Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes Panorama

Autoria: José Martins Filho

Professor Emérito de Pediatria pela UNICAMP, foi Professor Titular e Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, além de Reitor da mesma universidade entre 1994 e 1998. Graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor em Medicina e Livre Docente em neonatologia (pediatria) pela UNICAMP. É autor de diversos livros, dentre eles “Quem Cuidará das Crianças” e “A Criança Terceirizada”.

Palestra disponível em: <https://youtu.be/tNutCbebXq8?t=9052>

Qr Code de acesso à palestra:



Fotografia por Danielle Macinnes em Unsplash

Uma gestação em que a mãe não é bem cuidada ou sofre violência, agressão, e que realmente não tem uma gravidez tranquila, acaba levando essa criança a ter problemas.

O momento é muito importante. É realmente necessário colocar a posição científica, a posição dos professores, pesquisadores, médicos, psiquiatras e psicólogos sobre a situação da infância. Para tanto, faz-se necessário abordar ao menos um pouco o desenvolvimento cerebral da criança, para dar a importância necessária para impedir a violência contra crianças. É inacreditável o desenvolvimento do cérebro humano: o bebê nasce com mais de 100 bilhões de neurônios que se dividem rapidamente, ainda intraútero. Entretanto, à medida que os bebês crescem, vão perdendo muitos neurônios num fenômeno chamado “poda neural”, quando acabam, na adolescência, ficando apenas com 20% do total dos neurônios.

Isso tem um papel fundamental sobre a influência do meio ambiente com base na hereditariedade que a criança recebe dos pais durante seu desenvolvimento. E tudo o que acontece nesse período inicial da vida, é importante para formação do pensamento da criança. Isto é, qualquer atitude, seja na família, na escola, no meio ambiente ou até por meio das mídias sociais, sobretudo quando é feito mesmo durante a gestação ou nos primeiros 6 anos de vida, tem um papel fundamental.

Antigamente, pensava-se que o feto intraútero permanecia reservado, desassociado e livre de interferências externas. Hoje, sabe-se que uma gestação em que a mãe não é bem cuidada ou sofre violência, agressão, e que realmente não tem uma gravidez tranquila, acaba levando essa criança a ter problemas. Alguns hormônios que a mãe libera como a adrenalina, o cortisol, que acabam passando pela placenta e interferindo no próprio desenvolvimento do bebê, podem levar ao estresse tóxico intraútero do feto.

Foram apresentados três vídeos durante a palestra. Eles têm a finalidade de mostrar o que acontece com o ser humano desde o nascimento, o que acontece no momento intraútero, se houve violência no parto ou ainda, a violência do desmame precoce, quando a criança não é aleitada adequadamente. Tudo isso levando uma criança a ficar previamente problemática. Existem trabalhos interessantes que falam sobre a etiologia da violência na infância, o que acontece com as crianças que sofrem precocemente na vida intrauterina e depois.

A seguir, o conteúdo do primeiro vídeo:

As experiências vividas pela criança durante os

As experiências vividas pela criança durante os primeiros anos de vida têm impacto duradouro na arquitetura do cérebro em desenvolvimento.

primeiros anos de vida têm impacto duradouro na arquitetura do cérebro em desenvolvimento. Os genes representam o diagrama a ser executado, mas as experiências moldam o processo que define se o cérebro formará uma base forte ou fraca para aprendizagem, o comportamento, e a saúde ao longo da vida.

Uma arquitetura sólida do cérebro se forma por meio do jogo de ação e reação entre a criança e os adultos.

Durante essa fase importante do desenvolvimento, bilhões de células cerebrais, chamadas neurônios, enviam sinais elétricos para se comunicarem entre si. Essas conexões formam os circuitos que estabelecem a arquitetura básica do cérebro. Circuitos e conexões se multiplicam rapidamente e se fortalecem por meio do uso frequente. Nossas experiências e o ambiente em que vivemos determinam quais circuitos e conexões são mais usados. As conexões mais usadas se fortalecem e se tornam permanentes, enquanto as conexões pouco usadas desaparecem por meio de um processo normal chamado *poda*.

Circuitos muito usados criam vias expressas para os sinais elétricos percorrerem as diversas regiões do cérebro. O circuito simples se forma primeiro, constituindo a base sobre a qual os mais complexos serão formados depois. Por meio desse processo os neurônios formam circuitos e conexões fortes para emoções, habilidades motoras, controle do comportamento, lógica, linguagem e memória. Tudo isso acontece durante os períodos iniciais do desenvolvimento. Com o uso repetido, os circuitos se tornam mais eficientes e se conectam mais rapidamente às outras áreas do cérebro. Embora se originem em áreas específicas do cérebro, os circuitos são interligados. Não se pode ter um tipo de habilidade sem as demais para complementá-la. Como na construção de uma casa, tudo está conectado, e o que vem primeiro forma a base para o que virá depois.

O primeiro vídeo apresenta como é a arquitetura cerebral e a estrutura do cérebro com os neurônios adaptando-se e crescendo, dividindo-se e multiplicando-se rapidamente. Ou seja, os bebês intraúteros, os fetos intraúteros, a partir das primeiras semanas, já começam a ter desenvolvimento e já têm atividades realizadas com o cérebro. Se a mãe, por exemplo, sofre com algum problema sério durante a gravidez, isso pode afetar o desenvolvimento neuronal do bebê.

A seguir, conteúdo do segundo vídeo:

Uma arquitetura sólida do cérebro se forma por meio do jogo de ação e reação entre a criança e os adultos. Nesse jogo de desenvolvimento, os neurônios formam novas conexões no cérebro à medida em que a criança instintivamente faz carinhas, sons e gestos, e o adulto reage de maneira bem significativa e focada. Isso

A ativação constante de resposta ao estresse sobrecarrega os sistemas em desenvolvimento, com consequência sérias e duradouras para a criança. Isso é conhecido como estresse tóxico.

começa bem cedo na vida, quando um bebê tenta se expressar e o adulto interage, chamando a atenção do bebê para seu rosto ou sua mão. A interação forma as bases da arquitetura cerebral, a partir da qual todo o desenvolvimento futuro será construído. O jogo de ação e reação ajuda a criar conexões por meio dos neurônios em todas as áreas do cérebro, estabelecendo as habilidades emocionais e cognitivas que as crianças precisam para viver. Por exemplo, as habilidades de linguagem e de alfabetização se formam quando o bebê vê um objeto e o adulto pronuncia o nome desse objeto. Isso cria conexões

dentro do cérebro do bebê, entre sons específicos e objetos correspondentes. Mais tarde, os adultos mostram às crianças que tais objetos e sons também podem ser representados por marcas em uma página. Com o apoio constante dos adultos, as crianças aprendem a decifrar a escrita e, então, a escrever. Cada etapa se constrói sobre a anterior. Assegurar que as crianças tenham cuidadores envolvidos no jogo de ação e reação desde os primeiros meses é promover a construção de uma base sólida no cérebro para toda a aprendizagem, o comportamento e a saúde pelo resto da vida.

O terceiro vídeo, assim como os outros, foi realizado em Harvard, no Centro Científico Nacional para o Desenvolvimento da Criança. Apresenta o fenômeno que é o estresse tóxico precoce infantil provocado por lesões que são causadas pela liberação de hormônios, principalmente adrenalina da suprarrenal e pelo cortisol cerebral.

A seguir, conteúdo do terceiro vídeo:

Aprender a lidar com o estresse é uma parte importante do desenvolvimento saudável. Quando vivenciamos a experiência do estresse, o sistema de resposta ao estresse é ativado, o corpo e o cérebro ficam em alerta, a adrenalina toma conta e os batimentos cardíacos aumentam, bem como os níveis de hormônios de estresse. Quando o estresse é aliviado em pouco tempo, ou a criança recebe apoio de um adulto acolhedor, a resposta ao estresse desacelera e o corpo rapidamente volta ao normal. Em situações severas, como abuso e negligência contínuos, ou quando não há um adulto acolhedor para amortecer os impactos do estresse, a resposta ao estresse continua ativada. Mesmo quando não há dano físico aparente, a falta prolongada de atendimento por parte dos adultos, pode ativar o sistema de resposta ao estresse.

A ativação constante de resposta ao estresse sobrecarrega os sistemas em

Bebês que são abandonados, que são colocados em creches precocemente e ficam em lugares que não têm carinho, atenção, cuidado e colo, começam a ter um problema sério, porque esses hormônios podem lesar neurônios, levando a dificuldades futuras.

desenvolvimento, com consequência sérias e duradouras para a criança. Isso é conhecido como estresse tóxico. Ao longo do tempo ele resulta num sistema de resposta ao estresse permanentemente em alerta. Nas áreas do cérebro dedicadas à aprendizagem e ao raciocínio, as neuroconexões que formam arquitetura do cérebro são mais fracas e em menor quantidade. A ciência mostra que a ativação prolongada dos hormônios de estresse na primeira infância pode reduzir o número de conexões neuronais nessas regiões importantes do cérebro, num período em que as crianças deveriam estar desenvolvendo conexões novas. O estresse tóxico pode ser evitado, se assegurarmos que os ambientes nos quais as crianças crescem e se desenvolvem são acolhedores, estáveis

e estimulantes.

O terceiro vídeo apresenta um fenômeno muito sério que há alguns anos não era de conhecimento: o estresse. Os mamíferos, de maneira geral, quando estão com medo e se sentindo acuados, precisam lutar ou enfrentar algo ruim, quando são agredidos, se preparam fisicamente e rapidamente, ou para fugir ou para lutar e enfrentar o perigo. Um gatinho, quando é assustado, eriça o pelo, fica com as garras aumentadas, rosna e chia. O cachorro também. Eles se preparam contra o inimigo ou para fugir desse inimigo. Já o ser humano, quando sofre uma violência, não é atendido, por exemplo, chora sem parar e precisa de cuidado, precisa necessariamente de colo, carinho, afeto e presença da mãe. Antigamente, algumas pessoas diziam: “Se está chorando, deixa chorar, não pega. Porque, senão, ele vai se habituar, se acostumar e depois vai ficar birrento. Terá de ficar com ele no colo todo tempo”. Hoje, fala-se exatamente o contrário, porque o bebê que não é atendido e sofre um estresse prolongado começa um processo de produção de hormônios como a adrenalina, que é produzida na suprarrenal e tem a função de aumentar a frequência cardíaca, causar vasodilatação, mandar mais sangue para os músculos, fornecer midríase para enxergar e ficar mais atento. No cérebro é lançado o cortisol, que é também um hormônio produzido exatamente nessas situações. Bebês que são abandonados, que são colocados em creches precocemente e ficam em lugares que não têm carinho, atenção, cuidado e colo, começam a ter um problema sério, porque esses hormônios podem lesar neurônios, levando a dificuldades futuras. A isso dá-se o nome de estresse tóxico precoce infantil, causado por violência física, violência emocional, falta de cuidado, abandono, de limpeza e higiene, etc. Isso não deixa de ser uma violência também provocada com recém-nascidos, com

lactentes jovens e que acabam se desenvolvendo dessa maneira.

Uma criança, particularmente nos primeiros seis anos de vida, tem um cérebro em desenvolvimento. Ela vai ter a faculdade neuronal completada praticamente no final da primeira infância, quando entrará em idade pré-escolar. Nesse período é muito importante que a criança seja tratada com muita atenção e muito carinho, tanto em casa pela família, tanto na escola ou na creche e até pela sociedade.

São várias as situações graves que são colocadas como violência contra criança. A preocupação de hoje é com a tentativa de modificação do comportamento das crianças.

A primeira violência acontece no parto. Hoje sabe-se que o melhor para o bebê e para a mãe é um parto natural que começa com o trabalho de parto e ruptura das membranas, mostrando que o bebê está amadurecido. Infelizmente, muitas vezes, o parto não vai bem e há indicação médica de fazer uma cirurgia, a cesariana, mas que inevitavelmente compromete a saúde infantil. As cesáreas aumentam as chances de o bebê ter problemas sérios, não só do ponto de vista físico ou intelectual. O primeiro minuto de vida logo após o nascimento do bebê é fundamental porque ele tem que respirar, abrir bem o pulmão, oxigenar o cérebro. Esse “minuto de ouro” é o tempo que ele tem para oxigenar e irrigar o seu cérebro; ele tem que estar preparado metabolicamente. A amamentação é fundamental até para ajudar no desenvolvimento cerebral do bebê, quando exclusiva ao seio pelo menos até os 6 meses. Em certas ocasiões, o bebê é desmamado precocemente por falta de ajuda à mãe, por falta de orientação. Na imensa maioria das vezes as mães não têm culpa, às vezes nem sempre são ajudadas, não são apoiadas para conseguir vencer os primeiros dias de amamentação.

O Professor José Martins trabalha com aleitamento materno há muitos anos e escreveu vários livros a respeito. Quando começou a trabalhar com leite humano há 40 anos, tinha recém voltado da França e trouxe para o Brasil a força para lutar, junto com outros pediatras brasileiros, pelo aleitamento materno. Nessa época, a incidência do aleitamento materno no Brasil tinha caído muito. Hoje, a violência gerada pelo desmame precoce ou a introdução de fórmulas com leite de vaca, que causam alergias, diminuiu. Mais de 40% dos bebês podem fazer alergias por proteínas do leite de vaca.

Em seguida, vem a importância da fase do acalento, do colo, do pegar, do ajudar,

As cesáreas aumentam as chances de o bebê ter problemas sérios, não só do ponto de vista físico ou intelectual.

da presença. O bebê, até mais ou menos 5 ou 6 meses, não tem uma ideia muito clara de que ele nasceu. Ele pensa que aquela pessoa que cuida, que amamenta, é uma continuidade dele: é o fenômeno do desenvolvimento. É interessante ressaltar que o verbo desenvolver possui o prefixo “des” – que significa sair. Quem se “des-envolve”, sai do envolvimento. O envolvimento com a mãe, com a pessoa que cuida, com a que amamenta. Há um crescimento progressivo, primeiro da musculatura cervical – começa a levantar a cabecinha –, aos 6 meses começa a sentar, aos 7 meses fica em pé no berço, começa a tentar a primeira engatinhada, o primeiro distanciamento da cuidadora. Com um ano ele começa a dar os primeiros passos. Com pouco mais de um ano ele começa a andar um pouquinho mais e começará a aprender as primeiras falas. Com dois anos ele está falando, exercendo a linguagem.

Aí vem a grande discussão de creche. O ideal é que o bebê fique perto da mãe pelo menos nessa fase inicial, pelo menos até um ano – o ideal é até 2 anos –, mas nem sempre isso é possível. Nos países mais desenvolvidos existe a licença maternidade adequada e licença paternidade. No Brasil, há a licença que foi razoavelmente aumentada para 6 meses, mas em outros países chega a um ano. Economicamente, é um problema, pois as mães precisam trabalhar e os pais também. É uma agressão, uma violência, tirar o bebê rapidamente da mãe e botar numa creche onde ele, com sua imunidade mais baixa até 2 anos, tem muito mais chances de fazer febres e os problemas que são comuns nesse contexto.

Então o bebê sai de casa e vai para a creche onde precisa ser bem cuidado. A boa creche não é só um lugar onde se troca a fralda e se dá alimento e, se a mãe não pode amamentar, se dá a mamadeira com as fórmulas. Também é, significativamente, um lugar que proporciona afeto, carinho e amor. A boa creche é formada por funcionários e cuidadores que tratam os bebês com carinho e atenção, que dão colo, o que é fundamental para o desenvolvimento cerebral.

Há trabalhos internacionais mostrando que existem culturas onde as crianças são colocadas nas creches e ali abandonadas, recebendo apenas os cuidados básicos como a troca de fralda e a mamadeira. Por meio de um estudo feito em alguns lugares do mundo, foi possível observar que esses bebês, que ficam o dia inteiro trancados em creches, começam a movimentar as mãos, assim como se eles quisessem se distrair, porque eles precisam de uma relação afetiva, em que haja ação e reação. As crianças precisam reagir e ter interação. Quando eles não têm interação, o desenvolvimento cerebral é prejudicado. Surgem os problemas

As crianças precisam reagir e ter interação. Quando eles não têm interação, o desenvolvimento cerebral é prejudicado.

Por favor, deixem as crianças em paz! Deixem as crianças crescerem! Deixem as crianças atingirem seus momentos de maturidade para tomar as decisões

que vão repercutir no aprendizado, nas dificuldades escolares, na agressividade e, conseqüentemente, na violência. Tem um pediatra, professor de Pediatria em Brasília, que é autor de um livro chamado “Agentes da violência na infância”. Ele trabalha com esse conceito da ideologia de cuidado e de afeto. À vista disso, o ambiente da família, da escola e da sociedade interfere no desenvolvimento da criança. E aí vêm os problemas importantes das ideias que muitos adultos têm sobre a sua vida, sobre a sua existência, sobre as

suas preferências e a tentativa, às vezes, de influenciar essas crianças com essas ideias. Isso pode ser complicado porque, na maior parte das vezes, os adultos não têm o direito de querer fazer com que as crianças pensem aquilo que eles pensam.

“Criar, a educação dos filhos dos tempos modernos” é um livro que foi feito em coautoria com a psicóloga Cibele Passos Zuchello, e surgiu a partir de um fórum realizado na Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, cujo tema principal é: as crianças devem ser livres para brincar e crescer. A família tem o direito de pensar o que é melhor para os seus filhos sem, entretanto, não sugerir, influenciar ou decidir por eles o que é melhor. Ou seja, deve-se esperar a maturidade, que acontece progressivamente, para as crianças começarem a saber o que elas querem. É muito importante respeitar o desenvolvimento infantil, deixando à livre demanda as suas percepções sobre seu corpo e sobre a sociedade que as cerca, sem desconstruir ou induzir a problematização das questões de vida, de relações familiares e de gênero, pois essas ofertas de informação contraditórias causam confusão e podem trazer sérios danos ao bom desenvolvimento das crianças.

Na verdade, qualquer decisão sobre o que fazer com uma criança, sobretudo nas ideias afetivas e de desenvolvimento cerebral, deve ser tomada com zelo e bastante cautela. Por exemplo, hoje é comum algumas famílias, às vezes até as escolas, quererem influenciar nas decisões pessoais das crianças ou mostrar para elas ideias em que não estão querendo pensar. A frase a seguir é usada em todas as conferências: “Por favor, deixem as crianças em paz! Deixem as crianças crescerem! Deixem as crianças atingirem seus momentos de maturidade para tomar as decisões”. É nesse ponto que convém lembrar que não se confunda orientação sexual com ideias de gênero. Toda criança nasce com o sexo biológico: XY ou XX, homem ou mulher. Há algumas diferenciações médicas que precisam ser

A ciência aponta que falar precocemente sobre gênero com crianças pode ser prejudicial ao desenvolvimento, uma vez que não estão preparadas nem física nem emocionalmente para refletirem sobre o tema.

tratadas e estudadas. Em relação à orientação sexual, as pessoas têm todo direito de decisão e fazer o que querem do seu corpo, depois que amadureceram, depois que cresceram, depois de tomarem decisões importantes, mas não sob uma influência precoce. Ou quando a ele se pergunta qual seu sexo, em vez de falar masculino ou feminino, colocar “X”. Tal questionamento é impróprio! É alguém tomando uma decisão por uma criança, querendo influenciar precocemente a sua vida nesse sentido.

A sexualidade humana é binária por design, com o óbvio propósito de reprodução e florescimento de nossa espécie.

A sociedade deve ser orientada a entender que cada ser, no momento adequado com a sua maturidade, deve escolher e tomar decisões sobre gênero, amparado por conhecimento seguro e profissional sobre todas as implicações físicas, genéticas, fenotípicas, hormonais e emocionais. Induzir essa confusão em crianças pequenas, sob o pretexto ilusório de desconstruir preconceitos, não é uma boa estratégia.

A ciência aponta que falar precocemente sobre gênero com crianças pode ser prejudicial ao desenvolvimento, uma vez que não estão preparadas nem física nem emocionalmente para refletirem sobre o tema. O cérebro humano tem um tempo natural de desenvolvimento para aprendizagem e para tomada de decisões. Até 2 ou 3 anos de idade os neurônios se reproduzem em uma velocidade muito grande. Nessa fase, a criança aprende, toma decisões e começa a entender o mundo externo. Neurologicamente, afirma-se que cerca de 85% do cérebro se forma até os 5 anos de idade.

Não é praticável aliciar crianças em idade em que o cérebro está em constante transformação, seja por conceitos filosóficos, psicológicos ou sociológicos. Foi criada uma confusão entre orientação sexual, decisões de gênero e sexo biológico. Esse posicionamento, que às vezes algumas pessoas podem tomar, tira das famílias o direito de pensar o que é melhor para os seus filhos. Porém, essa interferência não deve tentar sugerir, influenciar ou decidir por elas; deve apenas servir de referência. Nesse sentido, a posição é notoriamente contrária a essa precocidade em influenciar as crianças sobre essa questão de gênero e sexo. Na verdade, é uma confusão científica: não existe um gênero como tal; existe sexo biológico. Aliás, isso é dito em várias organizações internacionais e nacionais.

Tomam-se como base dois documentos disponíveis; um da Associação Americana de Pediatria dos Estados Unidos e outro da Academia Brasileira de Pediatria. São dados internacionais que manifestam uma posição referente a essas discussões. Os documentos afirmam: “A sexualidade humana é um traço biológico binário objetivo: XY ou XX. São marcadores genéticos de saúde, não são marcadores de

De acordo com alguns indicadores de doença apontados pela Academia Americana de Pediatria, 98% de meninos e 88% de meninas, confusas com o próprio gênero, aceitam seu sexo biológico depois de passarem naturalmente pela puberdade.

um distúrbio. A norma para o design humano é ser concebido ou como homem ou como mulher. A sexualidade humana é binária por design, com o óbvio propósito de reprodução e florescimento de nossa espécie”. Para a perpetuação da espécie, é necessário que haja homens e mulheres que se reproduzem.

Esse princípio é autoevidente de transtornos extremamente raros de diferenciação sexual, inclusive, mas não apenas, como a feminização testicular e a hiperplasia adrenal, que são problemas hormonais. São desvios médicos. Isso não tem nada a ver com a opção sexual que alguém pode ter depois da maturidade, da atração sexual pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto. Isso é uma decisão madura de adultos

e pessoas já com seus hormônios funcionando muito bem. E continua: “Ninguém nasce com um gênero; todos nascem com sexo biológico. Gênero é uma consciência e percepção de si mesmo como homem ou mulher. É um conceito sociológico e psicológico, não um conceito biológico objetivo”. Na verdade, não se consegue mudar o sexo, pode-se até fazer cirurgias, mas as células são masculinas ou femininas. A genética das células é imutável.

A crença de uma pessoa que ele ou ela é algo que não é, trata assim, na melhor das hipóteses, de que a pessoa está confusa. Mas ela tem o direito de escolher e ser aceita na sociedade, não reprimida nem agredida. Na puberdade é que se dá o início da produção hormonal que ocorre nos adolescentes. O fato de alguém achar que não tem o sexo adequado, que é outra pessoa e que começa a tomar hormônios, é inócuo. Os documentos declaram: “A puberdade não é uma doença, e hormônios que bloqueiam a puberdade podem ser perigosos. Reversíveis ou não, hormônios que bloqueiam e induzem a um estado doentio, a ausência de puberdade, inibe o crescimento e a fertilidade em uma criança até então biologicamente saudável”. Estão tratando uma criança biologicamente saudável e introduzindo hormônio contrário ao seu sexo biológico. De acordo com alguns indicadores de doença apontados pela Academia Americana de Pediatria, 98% de meninos e 88% de meninas, confusas com o próprio gênero, aceitam seu sexo biológico depois de passarem naturalmente pela puberdade. A estatística é impressionante: não tem nada a ver com a orientação que receberam.

Segundo a Academia Americana de Pediatria, crianças que usam bloqueadores de puberdade para personificar o sexo oposto vão requerer hormônios do outro sexo no fim da adolescência. Esses hormônios, testosterona ou estrogênio, são

associados com riscos à saúde, inclusive, mas não apenas, o aumento de pressão arterial, formação de coágulos sanguíneos, acidente vascular cerebral e até câncer. Há outros trabalhos que mostram e confirmam esses dados: “Taxas de suicídio são 20 vezes maiores entre adultos que usam hormônios do sexo oposto, e se submetem a cirurgia de mudança de sexo, mesmo na Suécia que está entre os países mais afirmativos em relação a essas práticas. Condicionar crianças a acreditarem que uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto é normal e saudável, é considerado uma violência contra a criança”. É um tipo de abuso infantil.

Endossar discordância de gênero como normal por meio de rede pública de educação e de políticas legais irá confundir as crianças e os pais, levando mais crianças a serem apresentadas às clínicas de gênero, onde lhes serão dados medicamentos bloqueadores de puberdade. Isso, por sua vez, praticamente garante que vão escolher uma vida inteira de hormônios cancerígenos e tóxicos de sexo oposto, além de levar em conta a possibilidade de mutilação cirúrgica, quando tiram os seios de meninas, fazem amputações de pênis, tentam criar neovaginas. Não é só o Brasil que demonstra preocupação em relação a esse tema; em alguns países a situação é mais ampla.

Algumas pessoas vão abordar filósofos e sociólogos que defendem essa teoria da ideologia de gênero e não consideram isso um abuso, não consideram uma violência agir precocemente com uma criança.

Aqui no Brasil há um manifesto em defesa das crianças e adolescentes. Trata-se de um documento científico endereçado aos pediatras, elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Academia Brasileira de Pediatria, que revela a posição oficial das instituições em relação à violência que é impor ou induzir a uma criança, precocemente, ideias de orientação sexual. Muitas vezes uma criança, uma menininha que brinca num lugar em que só há meninos, acaba achando que ela gostaria de ser menino, pois ela se satisfaz em um contexto em que interage com meninos. De forma alguma isso quer dizer que ela não quer ser menina; é uma questão de hábito e de influência pelas companhias.

A Associação de Pediatra reitera, segundo a Nota Técnica da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Academia Brasileira de Pediatria: “...destacando-se que as crianças de baixa idade recomenda-se referir sempre como a identidade sexual”. Compostas inteiramente por médicos, a Sociedade de Pediatria e a

Compreende-se, dessa forma, que seja considerada a identidade social da criança desde seu nascimento como sendo o seu sexo genético para identificação, e que escolhas eventualmente diferentes sejam deixadas para idade e etapas posteriores.

As pessoas podem se arrepender futuramente da escolha feita precocemente, sendo suscetíveis a problemas sérios emocionais e psíquicos, evoluindo, inclusive, o suicídio.

Academia Brasileira de Pediatria têm proporcionado espaço de discussão, elaborando documentos que, baseados em conhecimentos científicos e dinâmicas das mudanças culturais e legais na sociedade, destacam a importância da defesa dos direitos da criança. Compreende-se, dessa forma, que seja considerada a identidade social da criança desde seu nascimento como sendo o seu sexo genético para identificação, e que escolhas eventualmente diferentes sejam deixadas para idade e etapas posteriores. Não há nenhum preconceito contra as pessoas que fazem opções, que

são homossexuais ou se dizem transgêneros. Respeita-se a reação deles, se são felizes e estão fazendo aquilo que para sua vida lhes parece importante em uma idade adequada, com os seus hormônios funcionando bem, sem colocar em risco sua vida, tomando medicações que podem ser agressivas.

O documento também informa: “Os casos mais raros das alterações congênitas ou cromossômicas de diferenciação sexual deverão receber as terapêuticas articuladas, em equipes multiprofissionais, e compartilhados com as famílias, tendo em vista se a situação é individualizada. As decisões de intervenções devem ser postergadas, respaldadas em opiniões sobre identidade de gênero e quando os riscos farmacológicos de intervenções precoces são mostrados que podem acontecer. Indica-se o adequado acompanhamento do desenvolvimento psicossocial nos limites necessários da prudência, promoção da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes, nas diferentes dimensões de saúde, incluindo a sexualidade. A Sociedade de Pediatria e a Academia Brasileira afirmam o seu respeito à diversidade e à escolha das pessoas autônomas em relação ao gênero com as quais se identificam”. Nem sempre as consequências relativas a essa conduta de mudanças sérias no corpo da criança ou do adolescente são divulgadas. As pessoas podem se arrepender futuramente da escolha feita precocemente, sendo suscetíveis a problemas sérios emocionais e psíquicos, evoluindo, inclusive, o suicídio.

Prof. José Martins Filho é autor, também, do livro “A família educa e forma. A escola escolariza e intelectualiza”. Por essa razão, é fundamental que cada instituição exerça o seu papel com clareza. É imprescindível que respeitem, estejam atentos, que cuidem bem das crianças. Isso sim é fundamental para qualquer escolha que vão enfrentar.

Ou seja, a ideia é valorizar intensamente a importância da família notabilizando o papel do pai, da mãe, do afeto, do carinho e da atenção. É muito importante entender que afeto, carinho, atenção e presença familiar nutrem as crianças. É

muito importante que os médicos e os pensadores, as pessoas que pensam sobre a situação filosófica da vida, entendam que não se pode interferir precocemente na vida de um ser humano que está em fase de formação, de desenvolvimento. O seu cérebro ainda está imaturo e proporciona progressivamente a possibilidade que tomar decisões à medida que amadurece. Quanto mais cedo se interfere, mais se influencia.

O sexo é biológico, é ciência, é célula! As células são masculinas ou femininas. A genética está impregnada no DNA.

É considerável aceitar as pessoas como são, mas não influenciar crianças precocemente a terem dúvidas sobre o seu corpo, sobre a sua genética, sobre a sua formação. Todo pediatra sabe que a criança é um ser excepcionalmente maravilhoso e lindo, ela precisa crescer livremente! Qual é a gravidade de uma cirurgia de ressecção de mamas de uma menina que acha que não é menina e que vai retirar seus seios? Ou amputação de pênis? O que acontece com essas pessoas se elas se arrependem depois? É preciso que essas pessoas tenham maturidade, acompanhamento, ajuda e apoio. O sexo é biológico, é ciência, é célula! As células são masculinas ou femininas. A genética está impregnada no DNA.

O bebê intraútero deglute e suga o líquido dentro do útero. Ele faz isso para desenvolver a oralidade, para depois mamar bem na mãe. Mas ele também deglute o líquido amniótico que contém substâncias dos alimentos que a mãe come e que liberam “flavors” – sabores, que caem nesse líquido amniótico. O cérebro recebe essas informações e já começa a identificar o gosto dos alimentos, o que interfere depois em sua dieta. Tensões emocionais e sofrimentos maternos levam a liberação de hormônios que atuam no bebê. A melatonina produzida pela mãe que recebe sol e que depois não usa luz acesa forte quando está amamentando, atua dentro do bebê intraútero, acertando seus ciclos de sono. Tudo isso é biológico, como é biológico, também, a própria tendência de as crianças brincarem. Há trabalhos mostrando que as crianças escolhem brinquedos já na tenra idade de acordo com seu sexo biológico. Os meninos gostam de carrinhos. Não há problema que meninas gostem de carrinho, mas, estatisticamente, é possível ver a preferência na escolha dos brinquedos.

A escola tem que ensinar a ler, a matemática, a aritmética, a socialização, a brincar com as crianças. A educação formal, intelectual, vai acontecendo progressivamente e as decisões da vida vão aparecer posteriormente.



Fórum Nacional

Sobre Violência Institucional
Contra Crianças e Adolescentes



Relatório de Comunicação

Convidados especiais e formulário de inscrição geral:

Lista	Convidados	Participantes	
Geral	6712	4705	70%
Especiais	182	58	32%
Total	6894	4763	102%

Convidados especiais:

Região	Confirmou	Participou	Taxa de Participação
Área da Educação	39	36	92%
Área da Saúde	28	34	121%
Total	67	70	107%

Plenária:

Região	Confirmou	Participou	Taxa de Participação
Plenária	67	35	52%



Adesão durante o evento:

Evento	27/04/2021	28/04/2021
Facebook Alcance	21845	2288
Facebook Visualizações	6882	1151
YouTube Reproduções	4580	2442
YouTube Picos Simultâneos	650	492
Total	33957	6373

Envio de convites e lembretes por meio dos meios eletrônicos:

E-mails	Data	Leads	Entregues	% de Entrega
Convite	05/04/2021	6712	6410	95,50%
E-books 2º e 3º Fórum	07/04/2021	6477	6372	98,38%
Palestrante Inez	20/04/2021	6456	6364	98,57%
Palestrante Ana	21/04/2021	3121	3032	97,15%
Palestrante Alexandre	22/04/2021	3149	3069	97,46%
Palestrante Fernando	23/04/2021	3138	3123	99,52%
Palestrante Chris	24/04/2021	3156	3141	99,52%
Palestrante Akemi	25/04/2021	3162	3152	99,68%
Palestrante José	26/04/2021	3170	3167	99,91%
É amanhã	26/04/2021	8686	8336	95,97%
É hoje	27/04/2021	8407	8330	99,08%
Convite VIP	27/04/2021	157	147	93,63%
É hoje	28/04/2021	8541	8452	98,96%
Instruções para os VIPs	28/04/2021	61	57	93,44%
Lembrete Instruções para os VIPs	29/04/2021	60	58	96,67%
Total		64453		



SISTEMATIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS



Fotografia por Jonathan Borba em Unsplash

Sistematização dos Diálogos da Área da Educação



Photo by banfersnaps on Unsplash

SISTEMATIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS - ÁREA DA EDUCAÇÃO

A oficina da área da Educação, com participantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, esteve representada por professores de Educação Básica e Universitários, Representantes do Ministério Nacional da Família e dos Direitos Humanos, representantes de instituições sociais, educacionais e religiosas, psicólogos, médica psiquiatra, terapeuta ocupacional, neuro psicopedagogo, psicopedagogos, líderes religiosos, capelão escolar, assessores e coordenadores de projetos, dentre outros.

Durante a Oficina Temática, ocorreu um momento de diálogo, escuta, compartilhamento de experiências e discussões de forma multidisciplinar e intersetorial. Os participantes tiveram oportunidade de conversar a respeito de casos reais de violência praticados contra crianças e adolescentes.

No **primeiro estudo de caso**, a facilitadora expôs o caso de uma Escola do Rio de Janeiro que adota a linguagem neutra na sala de aula: por exemplo, em vez de “Queridos alunos”, expressa-se “*Querides alunes*”, introduzindo uma “linguagem neutra” em sala de aula¹. O motivo é promover o respeito à diversidade e valorizar as diferenças no ambiente escolar. Segundo o Colégio Franco-Brasileiro, a medida é um “suporte institucional à adoção de estratégias gramaticais de neutralização de gênero em nossos espaços formais e informais de aprendizagem”. A linguagem neutra, além de ser Língua Portuguesa ensinada de forma errada, suprime as diferenças entre homens e mulheres, impondo uma assepsia de gênero que destrói o princípio de separação entre meninos e meninas. No latim, os pronomes neutros terminam em “u” e foram adaptados para “o” no português. Ou seja, se eu digo “todos” em português, posso estar me referindo a ambos os sexos. O diferencial é o pronome feminino, “todas”. Ou seja: não existe rigorosamente nada de machismo linguístico nos pronomes em português.

Os participantes foram convidados a responder a três perguntas:

- Do seu ponto de vista, como a introdução da “linguagem neutra” pode afetar a estruturação da Língua Portuguesa que envolve o processo de alfabetização?
- Como situar crianças com necessidades específicas dentro da “linguagem neutra”? Exemplo: dislexia, autismo, deficiência visual.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EOdcJ7JuiXk>. Acesso em: 24 abr. 2021.

A sugestão de mudança linguística é uma destruição dos princípios básicos da Língua Portuguesa.

- Será que a escola pode obrigar o uso da “linguagem neutra” sem anuência da família tendo em vista o caráter ideológico?

As contribuições sistematizadas dos participantes foram as seguintes:

- O objetivo de quem trabalha com crianças e adolescentes deve ser de formar uma identidade saudável. Propor uma linguagem neutra é assunto muito sério, porque pressupõe uma cultura. Precisamos de um posicionamento mais determinante em nossas escolas;

- A linguagem neutra é prejudicial à alfabetização. A teoria do desenvolvimento infantil nos ensina que a criança de 3 a 5 anos está na fase da estabilidade da sua identificação, ou seja, sabe que a menina vai ser mulher, e o menino será homem. Posteriormente, mas ainda nesta etapa, ela confunde muito a realidade com a fantasia, porque ainda não desenvolveu a constância do gênero que, vem apenas depois dos 5 anos. Assim as crianças são vulneráveis e alvos de confusão, o que é muito nocivo para elas;

- Infelizmente, ações como estas induzem uma formação mental nas crianças e adolescentes, levando-as a se perguntarem: quem sou ou o que estou me tornando? Há um índice de 7 milhões de crianças com depressão no mundo! Uma ideologia cultural não pode mudar o que é mais importante para a sociedade, família e Estado;

- A sugestão de mudança linguística é uma destruição dos princípios básicos da Língua Portuguesa, trazendo gênero como uma construção sociocultural. Homens e mulheres biologicamente são distintos, mas socialmente interagem.

Na Língua Portuguesa não existe gênero neutro;

- Linguagem neutra é uma violência contra o Estado (já temos o idioma definido). A escola tem o compromisso em formar e ensinar e, ao impor uma linguagem que não está de acordo com o idioma já definido na sua estrutura da linguagem escrita e falada, violentará institucionalmente a criança e ao adolescente em desenvolvimento;

- Levantaram-se as seguintes questões: Quem regula este tipo de determinação em relação a Língua Portuguesa? Quem determina a ortografia? Ao escrever, como posso ser orientada? Usar algo mais genérico ou definido? A quem devemos consultar as

É necessário termos políticas públicas oriundas do MEC e das Academias para que a proteção da infância seja exercida com posicionamentos claros e não confusos, que poderão desencadear problemas maiores posteriormente

Preservar a língua em sua norma culta é o objetivo da estrutura da Língua Portuguesa.

mudanças na Língua Portuguesa?

- Crianças vivem conflitos e dificuldade de aprendizado. Precisamos auxiliar e orientar nossas crianças incluindo entendimento oriundo das pessoas que possuem a especialidade no assunto, como por exemplo as academias de letras e fonoaudiologia, para assim, conseguirmos instruir e realizar os processos de aprendizagem com segurança e não incluir mais um fardo na vida da criança que psicologicamente não está apta para decidir;
- É inquestionável o que a adulteração da linguagem faz. Hoje a educação é um instrumento da política utilizada para a desconstrução, roubando-se o senso de identidade, e até nos levando a questionar: qual é a autonomia da escola para fazer uma reestruturação em relação à Língua Portuguesa?
- É necessário termos políticas públicas oriundas do MEC e das Academias para que a proteção da infância seja exercida com posicionamentos claros e não confusos que poderão desencadear outros problemas maiores posteriormente;
- A evolução da agenda mundial de gênero, ou o do termo “gênero”, ocorre a partir das Conferências da ONU sobre População realizada no Cairo, em 1994, e sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. A partir de então vimos o deslanchar político e ideológico da Agenda de Gênero Mundial;
- É importante ter a ciência de que há a normatização da língua falada em relação à escrita. A escrita valida o poder, e na falada existem as variações linguísticas. A linguagem neutra pertence a estas variações. O problema é quando a variação passa da falada para a escrita. Preservar a língua em sua norma culta é o objetivo da estrutura da Língua Portuguesa. O gênero não implica só na pessoa. Este é o perigo que atrapalha e confunde a criança, conforme já citado anteriormente. Reafirmamos que a inclusão traz uma série de confusões;
- Na Europa a Academia já orienta a Linguagem neutra nas escritas acadêmicas. Dessa forma está explícito o quanto é realizado um esforço para desviar o curso da normalidade, tornando uma volta muito difícil. Assim, nas escolas, sem o conhecimento dos pais, as crianças estão sendo conduzidas a caminhos sem volta, com confusões de identidade;
- Sugere-se que o MEC, responsável pela educação nacional, avalie os planos estaduais, municipais e nacionais, e incentive a família a denunciar o que é realizado e que está ao contrário do proposto legalmente;

- Uma breve reflexão para finalizarmos este estudo de caso: estes movimentos, de fato, trabalham no âmbito da transformação da linguagem, que na Academia é chamada de Morfologia Flexional e Morfologia Lexical. Apesar, da Língua ser viva, é importante dizer que a mudança linguística somente ocorre quando determinados vocábulos passam a ser adotados pela imprensa. Não obstante, em plena era digital, a velocidade com que isso pode ocorrer, e de forma bastante violenta, é um fato que precisa ser encarado. A própria pressão das empresas que, visando o lucro, usam essa “moda” de forma massiva no marketing, contribui para esta transformação, que, no caso, não influencia apenas no modo de falar e escrever, mas no modo de pensar, em como nos relacionamos com o outro; afinal, a linguagem é um ato de comunicação e representação do pensamento, a qual reflete a natureza político-social do homem, contando a sua história, sendo a própria representação do mundo.

No **segundo estudo de caso**, a facilitadora expôs a participação de uma *Drag Queen* em uma escola em Juiz de Fora, no momento propiciado aos alunos foram identificadas motivação às ideologias que podem ser contrárias aos princípios e valores da família². O Conselho Tutelar da cidade pede ao Ministério Público Federal – MPF – que a artista e a direção da escola sejam punidas, porque teriam desrespeitado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e o Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora. De acordo com o Conselheiro Tutelar Fernandes, o pedido de providência não questiona a presença da *Drag Queen* no colégio, nem a entrevista da artista com as crianças, mas sim o fato dela ter “disseminado a ideologia de gênero” entre os estudantes, o que desacata o ECA e o plano de educação do Município. Em um determinado momento do vídeo, depois de questionar as crianças sobre quais presentes elas gostariam de ganhar, e ouvir de uma menina “uma boneca” e de um menino “dois bonecos do Pokémon”, a *Drag Queen* afirmou dentro da sala de aula: “Vocês vão ficar repensando sobre essas coisas de menino e de menina, isso não existe, tá?”

Os participantes foram convidados a refletirem sobre as seguintes perguntas:

- Qual a responsabilidade da escola quando os limites do conteúdo escolar são extrapolados?
- Que ações a família pode fazer para preservar os alunos da sobreposição ideológica?
- As contribuições dos participantes são as seguintes reflexões:

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e68jTxo0twQ>. Acesso em: 24 abr. 2021.

Estamos infelizmente perdendo o controle de pactos e direitos adquiridos, quem se posiciona é vítima de perseguição.

- Primeiramente realizou-se um alerta de que a ADI nº 5668 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) de autoria do PSOL no STF, pretende oficializar a questão de gênero nas escolas. Quem vai decidir não será o MEC e nem Academia de Letras e sim o ativismo judicial. Hoje já existe a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas respeitarem o direito ao uso do nome social. São necessários resoluções para barrar este ativismo judicial e que inclusive está em

desencontro com o PNE que está em vigor;

- Estamos, infelizmente, perdendo o controle de pactos e direitos adquiridos. Quem se posiciona é vítima de perseguição. Hoje as instituições devem ser coordenadas com o governo que temos atualmente: um governo pró família. As famílias precisam ser informadas dos seus direitos legais, e que possuem direito de interferir quando o que é ensinado não está de acordo com os seus princípios e valores;

- De igual modo, a família deve instruir as crianças sobre as realidades que elas encontram nas escolas. É preciso que realizem e proporcionam diálogos com seus filhos sobre o que é ensinado nas escolas e, igualmente, ensinar o contraponto para que as crianças, ao vivenciarem ensinamentos contraditórios, estejam amparadas por informações e formações concisas. Assim os auxiliarão a não serem influenciáveis e a criarem resiliência quando participarem destes momentos dentro das escolas;

- A única saída é a mobilização dos pais. Porém, tem que ser a maioria, caso contrário serão cancelados e perseguidos. Infelizmente, vemos a família muitas vezes não exercendo esse papel, seja por falta de informação ou desejo. Há a necessidade de uma campanha efetiva de conscientização da responsabilidade da família na formação do seu filho;

- É necessário combater a lei com a lei. A família, quando tiver atividades na escola que violarão seus valores, deve ter a liberdade e direito de pedir que a criança não participe. Exercer, de igual modo, como temos a Liberdade religiosa, os pais devem ser motivados a informar à escola quando não é do seu interesse a participação de seus filhos em determinada atividade escolar, lembrando que, mesmo não participando, não podem ser punidos por isso;

Muitas escolas desviam-se do princípio fundamental do ensino e acabam interferindo em áreas que não são de sua responsabilidade, provocando confusão.

Não se pode negar que há uma luta social.

- A realidade é uma família, muitas vezes, ausente na educação de seus filhos, deixando a responsabilidade totalmente para a escola. Propõe-se uma campanha de informação e conscientização

aos pais;

- Educação é, por definição, uma ação governamental. As diferentes pedagogias têm “educado”, ou seja, têm direcionado as crianças e jovens para uma vida sem princípios absolutos, sem autogoverno (portanto, sem liberdade), sem capacidade de raciocinar e liderar. Para isso, precisam tirar a família e a igreja do processo e, também por isso, dizem que a educação é “laica”, e não religiosa;

- Sensibilizar os pais sobre as práticas parentais: é necessário inserir nas escolas a importância da participação dos pais para fortalecer os vínculos entre escola e família. Isso é indispensável para potencializar o desenvolvimento da criança, pois, quanto mais as famílias se envolvem na educação, melhor o desenvolvimento das crianças;

- Muitas escolas desviam-se do princípio fundamental do ensino e acabam interferindo em outras áreas que não são de sua responsabilidade, provocando confusão. Deve haver o respeito à diversidade, mas sem oposição à família;

- Você autoriza perturbar a identidade do seu filho? Neste caso faltou orientação até aos professores. Os professores precisam ser informados e formados. A escola deve saber até onde vai o limite dela, ou seja, qual autonomia, e não esquecer que o seu papel é cumprir o ato de ensinar;

- O déficit de aprendizagem no Brasil ainda está muito alto, além do analfabetismo funcional, entre outros problemas. Então, precisamos repensar o papel da escola e, neste sentido, pensar em políticas públicas para resgatar até a voz dos professores conservadores. A sugestão não é de conservador político, social ou religioso, mas em relação ao conservadorismo do ensino. A liberdade abrangente que a nova BNCC traz leva a um entendimento equivocado sobre até onde é o papel da escola na formação da criança;

- Ao mesmo tempo que há o desejo de ampliar e fortalecer o vínculo familiar com a escola, há a consciência de que a família também não sabe o seu papel, aceitando tudo. Por isso, urgentemente é necessário ampliar este pacto entre família e escola;

- Liberdade de expressão é um direito de todos. Não é só no caso da escola e de seus diretores e professores, mas também no que diz respeito aos educadores formais;

- Conscientização maciça sobre o papel dos pais no desenvolvimento e formação dos filhos, pais presentes, participando do que acontece nas escolas e vendo o que é valor para eles;
- Não se pode negar que há uma luta social. É necessário unir forças e conhecimento em uma só voz, usando os instrumentos disponíveis. Isso é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento dos direitos de nossas crianças, adolescentes e famílias, em resposta àqueles que querem modificar e perverter esses direitos.

No **terceiro estudo de caso**, a facilitadora expôs momentos de interação em uma escola com o funk. O problema identificado é o uso da escola como veículo de propagação da erotização precoce, principalmente quando se encontra o professor participando das danças³. Afinal, lugar de funk não é na escola, certo? Dá para entender a resistência. Muitas letras são fortes e fazem referência à violência e à sexualização precoce. Os movimentos da dança transitam entre a sensualização excessiva e a transformação do corpo em objeto. De fato, causa assombro pensar nos seus alunos descendo até o chão ao som do funk sensual. Mas é o que muitos deles fazem. É a realidade.

Os participantes foram convidados a refletir sobre as seguintes perguntas:

- Qual o limite para o que é cultura ou arte e a erotização de crianças e adolescentes?
- Que ações podem ser propostas para evitar a propagação da erotização

Vivemos hoje os reflexos das doutrinações em universidades e cursos de formações.

precoce dentro da escola? As contribuições dos participantes são descritas a seguir:

- Existe uma perda da consciência do professor do que é lecionar e qual é o seu papel como agente educacional. O princípio da interação demonstrou ser equivocado. Percebemos a desqualificação dos professores que estão em sala de aula e a imposição que se coloca nas crianças, sabendo que a influência do professor na vida da criança é muito forte;
- Faz-se necessário resgatar a formação missional dos educadores;
- A criança, em alguns aspectos, tem o seu direito de escolha, quando

3 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PXW5S9ID_M4. Acesso em: 24 abr. 2021.

por exemplo demonstra sinais naturais, como o sono. Mas a criança não tem a maturidade em certas áreas, e necessita de adultos que estejam presentes para a orientá-la;

- Precisamos entender que nossos professores não esqueceram da sua missão, mas sim, foram doutrinados durante muitos anos e encontram-se atualmente sem direção;

- A formação inicial e continuada é muito importante e precisa ser resgatada e reorganizada. Vive-se hoje os reflexos das doutrinações em universidades e cursos de formações;

- O número de professores doutrinadores/ativistas não é grande, mas a forma de intimidação que exercem sobre os que não são é muito forte. Da mesma forma, a imposição de uma pedagogia progressista, vinda da direção, de fato têm sido uma forma de imposição aos que discordam;

- Aqui novamente percebe-se que falta investirmos em informar. Apesar de a escola ser utilizada para informar sobre todos os temas importantes, como dengue, lixo, etc, observa-se que é sempre a escola que leva a informação a partir do seu espaço para a sociedade. Mas não é sentido o movimento em relação à identificação de teorias e ideologias ensinadas que estão contra os princípios e/ou ausência da participação da sociedade e família;

- O estudo de caso não é apenas sobre funk, mas sobre a indução interativa dentro de uma sala de aula. As comunidades têm suas culturas peculiares, mas não deve ser assim dentro da escola. Está ocorrendo a violação da cultura da família;

- A criança, quando ensinada em casa, leva consigo os valores ensinados pela família e vai conseguir decidir o que não é confortável e está sendo ensinado em sala de aula. E os pais devem autorizar junto à escola o que querem para seus filhos. Pais devem exercer o direito de supervisão das ações da escola. Se há de fato a liberdade de expressão, então é esse o momento de se usar esta oportunidade para expressar a opinião;

- Faz-se necessário avaliar grades curriculares e seus conteúdos, além das metodologias que serão utilizadas. Essa postura docente não é referencial, não é da maioria e sim, é uma minoria que “grita” de tal forma que ensurdece aos demais. Uma triste realidade que vem há muito tempo sendo arraigada na sociedade;

Precisamos avaliar quais as propostas dentro das instituições formadoras, muito marxismo na formação leva a um negativismo presente.

A criança está em desenvolvimento como um todo e precisa de adultos que a instruem no caminho em que devem andar, com verdades inegociáveis.

- Como ouvimos nas plenárias, o objetivo é a destruição da família por meio das interações educacionais e, conseqüentemente, da sociedade;
- Sugere-se a Formação de Diretores, Professores e Orientação aos pais, pois estamos colhendo os frutos que foram plantados há muito tempo. Os professores foram induzidos a serem ativistas e os pais precisam ser orientados a serem pais. Sugere-se usar a mídia para falar coisas simples aos pais;

- Como estão sendo formados e preparados professores e pedagogos? Motivar o contexto missional do professor: “Por que estou aqui e para onde estou levando este aluno?”

- É necessário avaliar quais as propostas dentro das instituições formadoras. Muito marxismo na formação leva a um negativismo presente, uma falta de motivação para ver o belo. Escola não pode ser um lugar de doutrinação política/ideológica;

- Dessa forma, faz-se necessária uma campanha maciça de informação/formação dos pais sobre o seu papel e a importância deste papel no processo de desenvolvimento da criança, seus direitos e deveres neste processo de desenvolvimento e formação da criança;

- Em resumo, essa prática constitui crime. Se por um lado nós temos a liberdade de informação e a liberdade de expressão como direitos intocáveis, intransponíveis e livres por via constitucional, por outro lado a Constituição Federal claramente estabelece os direitos relativos à infância. O Art. nº 227 na referida Carta Maior, assegura: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade.”

Finalizando as reflexões da Oficina da Educação, concluiu-se que:

A criança está em desenvolvimento como um todo e precisa de adultos que a instruem no caminho em que devem andar, com verdades inegociáveis. O homem nasce com a definição dos cromossomos e é preciso sustentar as verdades oriundas da biologia nas escolas. Infelizmente, as pessoas são enganadas em algum momen-

to da vida, sendo influenciadas pelos meios externos. É preciso atenção para que as nossas crianças não sejam confundidas mas, sim, instruídas, pois elas não escolhem as informações, mas as informações lhes são transmitidas, e, dessa forma, responsabilidade está nos adultos que têm o acesso à educação destas crianças. Gênero não é uma escolha, a ciência comprova isto e as escolas devem se comprometer em realizar a instrução e sustentar a verdade.

É muito importante o papel do professor em sala de aula, como um currículo vivo, independente da escola ser privada ou pública ou não utilizar materiais didáticos. A pessoa do professor é fundamental para a formação do aluno e, para isto, é preciso estar atento às formações iniciais e continuadas dos professores, verificando a parceria da família com a escola e, assim, juntos realizar da educação um ato missional.

A educação, segundo as leis vigentes deve ser integral, podendo ser entendida também como o pleno desenvolvimento dos alunos, e está relacionada à formação do ser humano em sua integralidade e para sua emancipação. Essa integralidade abrange aspectos físicos, psíquicos, morais, éticos, intelectuais e afetivos. Construir uma educação que emancipe e forme em uma perspectiva humana, que considere suas múltiplas dimensões e necessidades.

Em outras palavras, a educação não ocorre de forma neutra, a teoria e a prática articulam as finalidades individuais de educação do homem a um modelo de sociedade, por meio da atividade de quem ensina e dos meios utilizados.

Que estes momentos proporcionados por este Fórum levem a identificação de políticas que contribuem para o desenvolvimento integral dos nossos alunos, onde a família e a escola andem em sintonia.

Todos os participantes contribuíram significativamente para o diálogo que favorecerá a construção de políticas para a prevenção da violência institucional contra crianças e adolescente.

A educação não ocorre de forma neutra, a teoria e a prática articulam as finalidades individuais de educação do homem a um modelo de sociedade, por meio da atividade de quem ensina e dos meios utilizados.

Sistematização dos Diálogos da Área da Saúde



Photo by Carlos Magno on Unsplash

SISTEMATIZAÇÃO DOS DIÁLOGOS - ÁREA DA SAÚDE

A oficina da área de Saúde, com participantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, esteve representada por Advogados, Representante do Conselho Federal de Medicina, Pesquisadores, Técnica de Enfermagem, Membros do Poder Legislativo, como Vereador e Deputado Estadual, Procuradora da República, Representantes do Poder Executivo, Professora, Médicos, Pediatras, Psicanalistas, dentre outros.

Durante a Oficina Temática, ocorreu um momento de diálogo, escuta, compartilhamento de experiências e discussões de forma multidisciplinar e intersetorial. Os participantes tiveram oportunidade de conversar a respeito de casos reais de violência praticados contra crianças e adolescentes.

No **primeiro estudo de caso**, o facilitador expôs a história de um pai que foi preso no Canadá por discordar da decisão da Justiça que autorizou o procedimento de mudança de sexo de sua filha adolescente.

Os participantes foram convidados a responder a duas perguntas:

- Em sua opinião, até que ponto uma determinação judicial pode interferir em uma decisão dos pais?
- Como o profissional de saúde pode atuar em casos similares, especialmente quando há conflito entre pais ou responsáveis e seus filhos?

As contribuições dos participantes são descritas a seguir:

- Mencionou-se que crianças e adolescentes não têm maturidade suficiente para decidir sobre uma intervenção em seu corpo. O cérebro da criança está amadurecendo, e o lobo frontal, responsável por decisões, é o último a amadurecer;
- Há casos de disforia de gênero temporária, em que a pessoa pode mudar de opinião e de opção. Aconselha-se aguardar o amadurecimento de menores de idade para se entender se é uma disforia de gênero fixa;
- Comentou-se ainda que há muitos casos

Não é aconselhável intervenção nem terapia hormonal em crianças e adolescentes, justamente por estarem em fase de desenvolvimento.

A esterilização a partir dos 18 anos com retirada do útero, ovários e testículos estão em conflito com a Lei Federal do Planejamento Familiar, Lei nº 9.263 de 12/01/1996.

de disforia de gênero entre autistas, indicando que pode haver confusão no diagnóstico da condição. Estes casos merecem mais estudo por parte da comunidade científica;

- Não é aconselhável intervenção nem terapia hormonal em crianças e adolescentes, justamente por estarem em fase de desenvolvimento;
- Em outra contribuição, o representante do Conselho Federal de Medicina - CFM mencionou as Resoluções de nos 1482/97; 1652/2002 ;1955/2010; especialmente a 2265/2019, que determina o acompanhamento de crianças e adolescentes transgêneros por equipe multidisciplinar. O diagnóstico é transversal e efetivamente acompanhado por vários profissionais, analisando várias áreas na vida da criança e da família;
- Outro participante externou sua percepção de que as matérias jornalísticas têm uma tendência que incentiva a transição de gênero, não havendo espaço para o contraditório, não há o esclarecimento sobre os efeitos colaterais de tais terapias. Não há, também, espaço público para destransicionadores;
- Outro participante asseverou que é mister separar o que é ideologia de gênero e ideologia fluida de gênero;
- Houve a participação de médicos pesquisadores que atuam em centros de pesquisa e tratamento de pessoas transgêneros. Afirmou-se que a incongruência de gênero ocorre desde a primeira infância. Os tratamentos prestados seguem Protocolos de Pesquisa desenvolvidos e regulamentados pelo Conselho Federal de Medicina. Segundo estes protocolos, qualquer intervenção deve ser precedida de um acompanhamento de, no mínimo, dois anos. Citou ainda que o bloqueio puberal, procedimento ainda em fase experimental, pode ser feito, desde que seja seguindo-se Protocolos de Pesquisa em Centros de Pesquisa;
- Um Médico Pediatra mencionou que a grande maioria das crianças aceita sua sexualidade ao final da puberdade. Este processo natural deveria ser respeitado antes de se fazer qualquer intervenção no corpo da pessoa em desenvolvimento;
- Uma Médica Psiquiatra observou que a esterilização a partir dos 18 anos com retirada do útero, ovários e testículos estão em conflito com a Lei Federal do Planejamento Familiar, Lei nº 9.263 de 12/01/1996, que versa sobre esterilização. Ainda sobre Procedimentos de Pesquisa, afirmou-se que o próprio

CFM classifica como Experimental o bloqueio da puberdade e a cirurgia de neofaloplastia. Em sua concepção, é preciso proteger as crianças e adolescentes de experimentos em seres humanos de acordo com o tratado de Helsinque;

- Outro participante, trouxe ao debate a legislação do Brasil, que protege crianças e adolescentes. Neste sentido, expressou preocupação com experimentos direcionados a estas faixas etárias. Os pais precisam ter inteira ciência e noção de que os tratamentos são experimentais e das consequências, por vezes irreversíveis, à criança e ao adolescente. A sociedade precisa refletir sobre a legalidade destes procedimentos;

- Outra contribuição reiterou que se deve respeitar a família e a criança, enfatizando que intervenções precoces têm consequências graves para a pessoa em desenvolvimento. A destruição é quase impossível e, por isso, os primeiros procedimentos precisam ser realizados com extremo cuidado, respeitando o indivíduo e sua família, acolhendo-o e dando-lhe toda assistência necessária. Entretanto, as crianças e adolescentes não têm maturidade para decidir.

Não há consenso entre a comunidade médica, ocorrendo incongruência e contradições entre os profissionais.

No **segundo estudo de caso**, o facilitador expôs famoso caso da Família Reimer que foi uma espécie de cobaia de um experimento do Dr. John Money, um pesquisador da Universidade Johns Hopkins. A Jane, mãe, teve bebês gêmeos que nasceram saudáveis: o Brian e o Bruce. No entanto, aproximando-se do sexto ou sétimo mês, eles foram submetidos a um procedimento muito comum, como se fosse um procedimento de circuncisão. O primeiro a passar para esse procedimento, foi o gêmeo Bruce. No momento de fazer a cauterização houve um problema com o instrumento e Bruce acabou tendo o seu órgão genital mutilado. A família foi orientada a seguir procedimentos experimentais, sem a devida clareza e sem a consistência científica adequada, optando pela transição de sexo de um bebê que tinha agora menos de dois anos e passaria a se chamar Brenda.

Os participantes foram convidados a responder a uma pergunta:

- Em sua opinião, que medidas protetivas poderiam ser adotadas para prevenir erros como o do caso narrado?

As contribuições dos participantes são descritas a seguir:

- O pesquisador médico esclareceu que Processo Experimental é diferente de Experimento Científico. O procedimento de bloqueio hormonal para puberdade precoce já é de grande conhecimento da comunidade científica. Os protocolos para estas intervenções foram muito bem estudados e trabalhados, considerando não somente a criança, mas também sua família;

- Fez-se um apelo, registrado neste relatório: “Quem protege as crianças trans? Na adolescência se suicidam, se automutilam, sofrem abusos e bullying”. A sociedade precisa amparar estas pessoas;

- Outro participante da área médica mencionou que o bloqueio da puberdade e a neofaloplastia ainda são procedimentos experimentais. Estas informações precisam de ampla divulgação na sociedade e, especialmente, àqueles que se submetem a tais procedimentos;

- Uma Médica Psiquiatra mencionou que há duas correntes de entendimento científico: uma que diz que o gênero é uma verdade biológica e outra que é uma performance, ou o desempenho de um papel na sociedade. Entretanto, asseverou que há diferenças entre homens e mulheres desde a concepção;

- Outro participante expressou sua percepção de que as discussões sobre gênero têm confundido muito as crianças, provocando-lhes sofrimento;

- O representante do CFM afirmou que as resoluções supracitadas estabelecem:

- Protocolos de pesquisa;

- Comissão de Ética de Pesquisa;

- Termos de consentimento assinados pelos pais e pelo paciente;

- A atual Resolução do CFM foi resultado de dois anos de pesquisas e discussões;

- Uma participante expressou que, em sua opinião, as discussões públicas sobre ideologia de gênero têm aumentado a incidência destes casos, ventilando a hipótese de ser apenas um comportamento social. Asseverou ainda que, muitas vezes, a disforia de gênero é revertida com sessões de psicoterapia;

- Em outra contribuição mencionou-se que os pais são vulneráveis diante dos discursos dos especialistas, indicando que se deve tomar muito cuidado na prescrição de tratamentos ou determinação de diagnósticos. Em sua opinião, o termo “gênero” já foi tão vilipendiado que não deveria ser utilizado em resoluções médicas. Ainda apelou para que os dados estatísticos dos Centros de Pesquisa e Atendimento a Pessoas Trans deveriam ser públicos.

- Um participante destacou que tais tratamentos e tais discussões têm

Ambulatórios e Centros de Pesquisa de Transição de Gênero deveriam divulgar dados estatísticos dos atendimentos realizados.

acarretado danos físicos e emocionais a pessoas, e que há cultura antívida e antifamília que permeia o debate. Enfatizou que a família é a primeira entidade de proteção da pessoa humana;

- Uma participante da área médica citou várias resoluções e guias, exemplificando que não há consenso entre a comunidade médica, ocorrendo incongruência e contradições entre os profissionais. Estas dificuldades precisam ser esclarecidas para as

famílias;

- Um membro da comunidade médica observou que se cria confusão na criança quando se exerce influência imprópria em seu comportamento ou suas escolhas. Ou seja, o que se vê nas crianças pode não corresponder a suas reais escolhas, mas sim as influências dos adultos que as educam. À medida que as crianças vão se desenvolvendo, devem ser respeitadas, aguardando seu amadurecimento natural e o florescimento do desejo sexual. O procedimento de se administrar medicação precoce para atrasar a puberdade é errado;

- Foi esclarecido que as resoluções do CFM explicam que os procedimentos de transsexualização são experimentais. Outra participante declarou que tais protocolos se baseiam nos guias da *WPATH - World Professional Association for Transgender Health*, e que estes guias são antigos e não mais refletem a realidade da população que se identifica como transgênero.

No **terceiro estudo de caso**, o facilitador expôs a história de Keira Bell que, aos 15 anos, procurou uma clínica no Reino Unido para fazer a transição de gênero. Apesar de ser orientada, na primeira consulta, a não se submeter a procedimentos médicos, depois de três outras consultas de uma hora cada, iniciou uma terapia com bloqueadores hormonais aos 17 anos. Entretanto, aos 23 anos, esta pessoa processou o Serviço de Saúde do Reino Unido, alegando que a orientação médica que recebeu não foi adequada por ser influenciada ideologicamente.

Os participantes foram convidados a responder a uma pergunta:

- Em sua opinião, o que poderia ser feito para esclarecer aos adolescentes e à família sobre as consequências decorrentes da transição de sexo?

As contribuições dos participantes são descritas a seguir:

- Um integrante da discussão compartilhou sua experiência em trabalhar com “pessoas trans”, afirmando que estas estão vivendo na rua, sem acompanhamento médico e psiquiátrico;
- À medida que a mídia divulga a transexualidade há um aumento do número de casos de pessoas trans. Deve-se tomar mais cuidado no diagnóstico;
- Outra participante indagou qual seria a responsabilidade dos pais em relação à educação de seus filhos. Em um exercício de reflexão, convidou os integrantes do diálogo a se perguntarem: com quanto anos a criança adquire uma carteira de habilitação? Ou tem acesso a bebidas alcoólicas? Por que esta criança não pode esperar a mesma idade para decidir sobre sua orientação sexual?
- Comentou-se que há modismos de transexualidade incentivados por ativistas. Mas estes mesmos ativistas não prestam o mesmo cuidado para com aqueles pacientes que estão nos hospitais;
- Toda a literatura médica deveria ser considerada nos tratamentos, e não somente os últimos estudos, pois a dignidade do ser humano está em jogo. Devemos buscar a proteção da vida humana, principalmente nas fases mais vulneráveis, como infância e velhice;
- A pesquisadora médica asseverou que o caso estudado evidencia o que é um péssimo acompanhamento. O CFM insistiu para que crianças e adolescentes fossem inclusos nas Resoluções Médicas relativas a pessoas transgênero, com critérios estritos de avaliação, para que houvesse um cuidado maior no atendimento e tratamento destes pacientes;
- Defendeu-se a ideia de que fenômenos sociais devem também ser considerados nos critérios de avaliação médica, e que o papel do médico, em consideração à bioética, é de respeitar a dignidade das crianças que buscam tratamento;
- Por outro lado, destransicionadores reclamam dos serviços médicos recebidos e de não terem espaço na mídia para expor seus problemas. É preciso, também, atender a estas pessoas;

A população LGB-TQIA+ morre mais cedo, tem problemas de complicações decorrentes das cirurgias.

- Comentou-se que os Ambulatórios e Centros de Pesquisa de Transição de Gênero deveriam divulgar dados estatísticos dos atendimentos realizados;
- Uma pesquisadora médica observou que os tratamentos para pessoas transexuais deveriam

O tratamento de transgêneros deve considerar que a realidade de hoje pode não ser a mesma no tempo porvir.

seguir as orientações do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, utilizar Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e respeitar os Códigos de Ética Médica. Entretanto, asseverou que o simples fato de ser médico não capacita o profissional para promover saúde em pessoas trans. Tais profissionais de saúde precisam ser capacitados e treinados nesta especialidade. Ainda afirmou a necessidade de haver auditoria e fiscalização na

abertura de Ambulatórios de Transição de Gênero. Atualmente suas pesquisas seguem os procedimentos preconizados pelo *PubMed* e que os pacientes do Hospital de Clínicas de São Paulo recebem acompanhamento de, pelo menos um ano;

- Outra participante aconselhou precaução e prudência no tratamento de crianças e adolescentes, e não fazer intervenções hormonais e cirurgias em pessoas em desenvolvimento;

- Comentou-se ainda que o Sistema Único de Saúde - SUS deveria oferecer tratamento para destransicionados, que hoje são acompanhados por Organizações da Sociedade Civil;

- A médica psiquiatra asseverou que, quando há risco de suicídio, não é aconselhável recompensar o motivo para prevenir a tragédia, e que o tratamento deve ser muito mais cuidadoso;

- Um participante observou que, respeitando a questão multidisciplinar do tratamento, este deveria também considerar questões religiosas;

- Há que se ter muito cuidado com o tratamento precoce, pois é irreversível. Os pais, as clínicas e o Estado futuramente podem ser responsabilizados caso haja um posterior arrependimento;

- Expressou-se também a necessidade de se preocupar com toda a dor e sofrimento humanos, em toda a sua complexidade. Pode ser fácil mudar de corpo, mas tratar da mente é muito mais difícil;

- Um participante trouxe a informação de que uma pesquisa observou que os adolescentes são orientados a ameaçar os pais com o suicídio caso não aceitem a redesignação sexual. Esta orientação pode ser encontrada na Internet. Observou ainda que a população LGBTQIA+ morre mais cedo, tem problemas de complicações decorrentes das cirurgias, estão sofrendo;

- Um médico observou que há espaço democrático de diálogo no CFM,

mas o mesmo não acontece em outras entidades médicas, como os Conselhos de Psicologia;

- Uma Procuradora da República que participava das discussões observou que a Constituição Federal de 1988 introduziu a Doutrina da Proteção Integral da Infância e da Juventude. Esta mesma doutrina está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que estabelece que a proteção da infância é prioridade absoluta da sociedade, reconhecendo as crianças como condição especial de pessoa em desenvolvimento. É preciso proteger as crianças de suas más escolhas. É preciso entender que deve haver uma precaução no tratamento de crianças. O tratamento de transgêneros deve considerar que a realidade de hoje pode não ser a mesma no tempo porvir. Deve-se haver cuidado jurídico para não haver problemas no futuro, inclusive responsabilização dos pais, médicos e sistema de saúde por decisões erradas;

- Fez-se um apelo para proteger as crianças, que estão confusas em meio a tantas discussões;

- A pesquisadora médica enfatizou que nem todas as pessoas que entram no tratamento recebem o diagnóstico de disforia de gênero. Asseverou ainda que não é feita nenhuma intervenção em crianças. O bloqueio da puberdade se faz em pré-púberes até a definição de diagnóstico. Este procedimento é totalmente reversível. Manifestou ainda a necessidade de capacitação de médicos e das equipes para este tratamento, e que é preciso melhorar e aumentar o acesso da população a centros de excelência;

- Um participante opinou que, baixar a idade de 21 para 18 anos para a redesignação sexual, é uma violência contra a criança. Apesar de prioritária no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, a infância é atacada por vários movimentos;

- A título de reflexão, um participante questionou: “a hormonioterapia, ela mesma, não pode criar problemas psicológicos e pensamentos suicidas?”

- A Médica Psiquiatra afirmou que a 5ª Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 trata de Disforia de Gênero Transitória e Disforia de Gênero Fixa. Em saúde busca-se a prevenção:

- Prevenção Primária: prevenir que mais crianças desenvolvam esse transtorno mental que é a disforia de gênero;
- Prevenção Secundária: crianças e adolescentes

A proteção da infância e a adolescência devem ser prioridade nas Políticas Públicas. A situação peculiar de pessoa em desenvolvimento deve ser respeitada.

com disforia de gênero devem receber tratamento não intervencionista até que cheguem à maioridade. Tratar as comorbidades de outros transtornos mentais ou estressores emocionais;

- Prevenção Terciária: Minimizar os danos já estabelecidos decorrentes do erro causados pela transição de gênero no diagnóstico DG transitório. Dar assistência médica especializada para os destransicionados para reparar os danos.

Ainda manifestou o desejo de que as Políticas Públicas deveriam prevenir sofrimento: por que esta população de transgêneros, estas crianças, sofrem tanto?

Finalizando as reflexões da Oficina da Saúde, concluiu-se que:

- A proteção da infância e a adolescência devem ser prioridade nas Políticas Públicas. A situação peculiar de pessoa em desenvolvimento deve ser respeitada;
- O Conselho Federal de Medicina tem buscado desenvolver protocolos de pesquisa que regulem o tratamento de pessoas trans;
- Há uma carência de centros de referência, deixando este público à mercê de profissionais não capacitados e tratamentos não devidamente regulamentados;
- Os pais e as crianças devem ser esclarecidos quanto aos procedimentos médicos, à irreversibilidade de certas escolhas e às consequências dos tratamentos;
- As discussões sobre Teoria de Gênero e a ênfase midiática têm trazido confusão para as crianças, em uma fase que estão muito sensíveis e propensas a serem influenciadas, e que é papel da sociedade protegê-las;
- Os destransicionados, a minoria das minorias, deveria receber maior atenção e cuidado da sociedade e terem seus direitos e suas escolhas respeitadas.
- Todos os participantes contribuíram significativamente para o diálogo que favorecerá a construção de políticas para a prevenção da violência institucional contra crianças e adolescentes em nosso país.



